

**REVISTA
DO
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
E
HISTÓRIA MILITAR
DO
BRASIL**



ANO: 72 N° 100 2013

ANO: 73 N° 101 2014

ISBN: 0020-3890

EXPEDIENTE

REVISTA DO INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL

O IGHMB foi fundado em 7 de novembro de 1936. Órgão Consultivo Oficial dos Assuntos de Geografia e História Militar reconhecido pelo Decreto nº 27.512, de 26 Nov 49, e Órgão de Utilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro pela Lei nº 2.217, de 28 Ago 73.
Filiado à Comissão Internacional de História Militar

Diretor da Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil

Gen Div Aureliano Pinto de Moura

Editor

Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz

Secretário

Cel Antônio Ferreira Sobrinho

Conselho Editorial – Diretor

Cel Av Manoel Cambeses Júnior

Membros do Conselho Editorial

Cel Antônio Ferreira Sobrinho
Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz
Cel Manoel Cândido Andrade Netto

Casa Histórica de Deodoro
Praça da República, 197 – Centro
Rio de Janeiro, RJ – Brasil
CEP: 20.211-350
Tel (21) 2232-2691
www.ighmb.org
ighmb@yahoo.com.br



SUMÁRIO

- 2 – Editorial
- 4 – Instituto de Geografia e História Militar do Brasil - 78 anos
Gen Div Aureliano Pinto de Moura
- 12 – Guerras ... sempre guerras!
Gen Ex Pedro Luís de Araújo Braga
- 25 – O lado perverso da globalização
Cel Av Manuel Cambeses Júnior
- 29 – A artilharia de Roma e a guerra de sítio
Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz
- 48 – A Crimeia e o poder
Gen Ex Paulo César de Castro
- 59 – A implantação do Estado Novo e a revolta integralista
VA Hélio Leôncio Martins
- 73 – A Campanha da Guiana: Caiena tomada aos franceses
Cel Cláudio Skora Rosty
- 93 – Inhaúma, o herói modesto
CMG Francisco Eduardo Alves de Almeida
- 123 – Rondon, o marechal da selva
Prof. Israel Blajberg

Os conceitos emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Estão autorizadas as transcrições integrais ou parciais das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte.
Por imposição do espaço, a redação do artigo poderá receber pequena modificação, sem alterar o seu entendimento e a sua compreensão.

Os anúncios desta revista são de total responsabilidades dos anunciantes, tirando qualquer responsabilidade do IGHMB.

Editorial

A Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil n° 100 e 101 referente aos anos de 2013 e 2014, é expressão do objetivo maior do periódico e dos esforços do Instituto em divulgar investigações que contemplem uma gama variada de temas e as diversas áreas da história militar, da geografia, da estratégia, da geopolítica e das relações internacionais.

Neste volume, estudiosos de diferentes campos colocam em tela os resultados de suas pesquisas. Cada um dos artigos, a seu modo, desafia pressupostos historiográficos e oferece novas perspectivas a partir do trabalho de investigação em arquivos e da exploração de novas fontes documentais,

apresentando com isso contribuições ao debate historiográfico e acadêmico. É este o sentido comum do volume.

Os artigos que compõem estes números da revista, além da diversidade de abordagem, se diferenciam também em relação à temática.

Concentram em sua maioria trabalhos ligados à História Militar brasileira, mas também apresentam textos preocupados em analisar questões geopolíticas; em examinar a arte da guerra na Antiguidade, bem

como estudar a teoria dos conflitos.

A pesquisa *A artilharia de Roma e a guerra de sítio* estuda como os romanos empregavam suas armas de arremesso, em um cenário pré-arma de fogo, para subjugar seus inúmeros adversários em combate.





Os estudos de geopolítica, temática sempre atual, estão bem representados neste exemplar da revista. *A Crimeia e o poder* explora como a Rússia empregou seu poder militar para anexar a península da Crimeia, então sob o controle da Ucrânia. Na mesma linha, os aspectos nocivos do mundo globalizado, particularmente o crescimento da desigualdade social, é estudado no artigo *O lado perverso da globalização*. O texto *Guerras ... sempre guerras!* É resultado de um abrangente estudo sobre o impacto dos conflitos para a sociedade e para os Estados, evidenciando sua atualidade e inevitabilidade.

A História Militar brasileira é revisitada por meio de diferentes trabalhos que contribuem para a discussão sobre temas da maior relevância, englobando os períodos monárquico e republicano. O trabalho *Inhaúma, o herói modesto* descortina a trajetória do almirante Joaquim José Inácio, destacando sua participação nos conflitos do século XIX e sua brilhante carreira na Marinha Imperial. A política externa

de D. João VI empreendida imediatamente após a transmigração da Família Real portuguesa para o Brasil é tema do artigo *A campanha da Guiana: Caiena tomada aos franceses*. O início do nosso período republicano é tratado com atenção neste exemplar da revista. O fracassado levante integralista contra o Governo de Getúlio Vargas é tema da pesquisa *A implantação do Estado Novo e a revolta integralista*. Finaliza esta edição um estudo sobre a trajetória de vida de um dos mais notáveis militares brasileiros, verdadeiro bandeirante do século XX, intitulado *Rondon, o marechal da selva*.

Beneficiada por contar com a participação de importantes e renomados pesquisadores, apresenta-se ao público esta nova edição da Revista do IGHMB, *na certeza* de que contribui para as discussões e produção da História Militar.

Boa leitura!

Instituto de Geografia e História Militar do Brasil - 78 anos

Aureliano Pinto de Moura^a

Resumo: No ano de 2014 o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil completou 78 anos de existência. Ao longo dos anos, a instituição vem contribuindo para o desenvolvimento científico e cultural no campo da História, Geografia, Estratégia, Geopolítica e Relações Internacionais. Este artigo é adaptação de pronunciamento do Gen Aureliano, Presidente do Instituto, na Seção Magna comemorativa aos 78 anos de criação do IGHMB.

Palavras-chave: IHGMB, cultura.

No dia 7 de novembro de 1936, foi fundado o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil que, em 15 de novembro de 1938, foi instalado como uma associação civil, de caráter cultural e científico, destinada a promover estudos sobre Geografia, História Militar, Estratégia e Geopolítica, bem como a incentivar o culto cívico de vultos, atos e fatos gloriosos de nossa História Pátria.

Neste ano de 2014, comemoram-se os seus 78 anos, o que não constitui longa existência, para uma instituição da natureza do IGHMB, mas é um importante marco, quando relembremos as realizações e as dificuldades superadas, para nos mantermos em atividade, sendo a maior delas, por certo, a própria preservação de sua existência. São esses momentos que nos dão a oportunidade para lembrar o nosso passado e o

^a General de Divisão Médico. Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



presente, assim como relembrar os nossos confrades que já se foram. É um momento em que homenageamos os ilustres fundadores desta casa, na pessoa do então Capitão Severino Sombra e do primeiro presidente, General Tasso Fragoso.

Ao longo de todos esses anos, a História Militar, como um todo, vem sendo pesquisada e estudada, no Brasil, por eminentes pesquisadores, escritores e professores do Instituto. São militares e civis empenhados no culto aos grandes feitos dos nossos antepassados, na intenção de mantermos vivas as lembranças dos confrades e congreiras que já se foram.

São os estudiosos e pesquisadores da nossa História Militar, assim como da Geografia, da Estratégia e da Geopolítica, buscando superar os obstáculos e as dificuldades que possamos vir a encontrar. Fazem com que, no presente, possamos sentir um melhor aproveitamento da metodologia, da pesquisa e do ensino da História e da Geografia Militar. Aprimoram os resultados das

nossas pesquisas, leituras, trabalhos, procurando chegar, o mais perto possível, da verdade histórica.

Atualmente podemos ver e sentir, com satisfação, o desenvolvimento e o empenho em relação à pesquisa e ao estudo da História Militar, nos estabelecimentos de ensino de nossas Forças Armadas, com os quais temos o orgulho de cooperar. Participando de sessões, de mesas, painéis, simpósios e outras atividades.

Ultimamente temos tido a oportunidade e a satisfação de ver crescer o intercâmbio e as parcerias entre as organizações militares e o meio acadêmico através de um esforço conjunto, recompensado pelos bons resultados que estamos alcançando.

Mas os sucessos de hoje não podem esquecer o que já foi realizado nestes 78 anos de existência. Não podemos esquecer aqueles que nos antecederam e que permanecem em nossas lembranças. Assim, sinto-me no dever de relembrar com admiração, em particular, aqueles que estiveram reunidos no dia 7 de novembro de 1936, no Salão Nobre do



Clube Militar: os oficiais do Exército e de nossa Marinha.

Aqueles idealistas e intelectuais, sob a feliz inspiração do então Capitão de Infantaria Severino Sombra de Albuquerque, ali estavam para tratar da criação da Sociedade Militar Brasileira de História e Geografia que viria a entrar em atividade, oficialmente, em 15 de novembro de 1938, já com seu nome definitivo: Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB).

Naquela memorável data, a mesa que presidiu os trabalhos estava constituída pelos Generais Moreira Guimarães, Azeredo Coutinho e o Almirante Raul Tavares, além do nosso saudoso Capitão Severino Sombra, atuando como Secretário. Aberta a sessão pelo General Moreira Guimarães, a palavra foi dada ao Capitão Severino Sombra para expor os motivos daquela reunião, uma vez que foi sua a iniciativa da criação de uma sociedade voltada para a pesquisa e o estudo da História Militar. Devia aos presentes a explicação de como concebia a criação de uma sociedade destinada à pesquisa, ao estudo e à divulgação

da nossa História, assim como em âmbito internacional.

Na oportunidade, Severino Sombra iniciou mostrando a importância e a necessidade da especialização, da História e da Geografia Militar, no âmbito das nossas Forças Armadas. Isto exigia a criação de uma entidade voltada ao estudo da História e da Geografia, em seus aspectos militares.

Severino Sombra salientou que a História Militar representava e representa, para todos nós, a fonte mais rica para os ensinamentos destinados a todos os militares e civis interessados no assunto. Absorvendo as lições da estratégia, da política e da tática, lições que sempre iriam constituir motivos de meditação para todos nós, militares e civis, voltados para o passado e para o presente, procurando vislumbrar o futuro dos Exércitos e das guerras.

Era a História Militar que proporcionava, proporciona e proporcionará uma explicação melhor do estágio alcançado pelas Forças Armadas e a base para promover sua evolução. Pois que: Os povos se afirmam e sobrevivem pela existência



de uma personalidade nacional característica que se mantém e se manifesta, passando de geração a geração, graças à continuidade do estudo e da pesquisa histórica.

O esquecimento do passado, as rupturas com a tradição, a ignorância da História Nacional são elementos decisivos na descaracterização dos povos, na sua assimilação por outros e no enfraquecimento do organismo nacional.

Aclamado pelos presentes, Severino Sombra marcava, naquele momento, o nascimento do que viria ser o nosso Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, que hoje conta seus 78 anos de lutas e vitórias, de altos e baixos. Mas ele resiste impavidamente às agruras dos tempos atuais. Trabalhamos para ofertar às gerações futuras uma lição edificante de defesa constante de nossos valores maiores, da preservação da memória e das tradições nacionais, fazendo crescer o amor à Pátria sem esmorecimentos.

Assinaram a histórica ata de fundação nomes, que deixaram marcas indeléveis em nossa cultura civil e

militar. Em relação a esses abnegados estudiosos e pesquisadores da História Militar, sinto-me na obrigação de enumerar alguns, sem desmerecer aos demais:

- Tasso Fragoso, renomado historiador, autor de: *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai e Batalha do Passo do Rosário*, 1º Presidente de nosso Instituto.

- Raul Tavares, estudioso de Geografia Militar, presidente da Sociedade Brasileira de Geografia e grande incentivador da Sociedade Brasileira de Filosofia.

- Cândido Mariano Rondon, bandeirante do século XX e patrono das Comunicações.

- Dídio Costa, pesquisador dos arquivos da Marinha e famoso biógrafo de Saldanha da Gama e de Tamandaré.

- Alípio di Primo, fundador e organizador do Serviço Geográfico do Exército, autor do *vade-mecum* para determinação de coordenadas geográficas, à noite.

- Rego Monteiro, notável pesquisador e antigo Diretor do Arquivo do Exército, que nos legou



obras de fôlego, como: *A Dominação Espanhola no Rio Grande do Sul e Colônia do Sacramento*.

- Henrique Boiteux, oficial de Marinha, infatigável pesquisador que escreveu *Marquês de Tamandaré*, *Anita Garibaldi* e *Santa Catarina no Exército*.

- Nogueira da Gama, estudioso dos problemas de navegação e colaborador assíduo da *Revista Marítima Brasileira*.

- Lísias Rodrigues, veterano do Correio Aéreo Militar, geopolítico invulgar, autor da obra *Geopolítica do Brasil e Formação da Nacionalidade Brasileira*.

- Souza Docca, homem de letras, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, orador oficial da sessão inaugural desse Instituto, Presidente da comissão de redação dos estatutos, juntamente com o Capitão-de-Fragata Pinto Guimarães e do Capitão de Engenharia Lima Figueiredo.

- Danton Garrastazu Teixeira, autor da *História da Guerra do Paraguai* e incansável pesquisador que, mais tarde, se tornaria Presidente deste Instituto.

- Valentim Benício da Silva, ba-luarte da fundação, organização e consolidação do IGHMB, que, por três vezes, exerceu a sua presidência, reorganizador e diretor da Biblioteca do Exército e Secretário-General do Ministério da Guerra na gestão de Eurico Gaspar Dutra.

- Jonas de Moraes Correia Filho, emérito pesquisador e ilustre conferencista, Presidente de nosso Instituto por 13 anos.

- Lima Figueiredo, integrante da comissão de redação dos estatutos e autor de: *Grandes Soldados do Brasil*, *Casernas e Escolas*, *Cidades e Sertões*, *Centenário do Marechal Bormann* e *Um Ano de Observação no Extremo Oriente*.

- Cordolino de Azevedo, insigne professor de História da Escola Militar de Realengo, que nos legou a valiosa História Militar, em dois volumes.

- Genserico de Vasconcelos, historiador famoso, precursor dos estudos de História Militar do Brasil.

A esses todos e outros tantos, responsáveis diretos pela fundação do Instituto, vieram juntar-se outros não menos célebres, como: Paula



Cidade, Umberto Peregrino, Humberto de Alencar Castelo Branco, Aurélio de Lyra Tavares, J. B. Magalhães, Mário Travassos, Werneck Sodré, Dioclécio de Siqueira, Luiz Paulo Macedo Carvalho, Rua Santos e outros mais.

Entre os civis, não podemos deixar de lembrar: Gustavo Barroso, Afonso Taunay, Pedro Calmon, Jacobina Lacombe, Carneiro de Mendonça, Gilberto Freyre, David Carneiro, Vicente Tapajós e outros tantos.

Comprova-se, assim, que nada nasce do nada. Imensamente injusto é pretender, nesta vida tão curta, não datar, não relatar, não reverenciar os fatos e aqueles que nos antecederam, pois a evolução e o progresso só se fazem pela transmissão da cultura e reconstrução de experiências. A vida das entidades culturais é avaliada pelas suas atividades e realizações no campo da razão e dos valores do espírito.

Seus frutos, às vezes, imperceptíveis, só germinam no íntimo de cada um. Desempenham relevante papel na solução dos problemas multiformes da humanidade.

O IGHMB situa-se, precisamente, dentre essas instituições que contribuem, anonimamente, para a interpretação e solução dos problemas nacionais, mediante o estudo dos fatores geográficos, históricos, sociais, políticos e econômicos. Nossos predecessores semearam denodadamente e nós continuamos lavrando, modestamente, o campo da Estratégia, Geopolítica, Geografia e História Militar. Sem ideias preconcebidas, sem distorções ideológicas, sem faccionismos, ufanismos ou revisionismos infundados, para que as gerações do futuro se beneficiem desse labor silencioso.

Até hoje, sem receber o devido apreço à obra meritória por ele conduzida no anonimato, o Instituto persiste nesses esforços, orgulhoso do que lhe tem sido dado realizar, na esperança de ver, algum dia, sua finalidade e atuação mais reconhecidas, prestigiadas e bem compreendidas. Para isso, clamamos por maiores recursos, com mais apoio que garantam as pesquisas e a divulgação dos nossos trabalhos.



O IGHMB nasceu em 1936. A sua criação provocaria o ressurgimento e a reorganização, em novas bases, de outra tradicional instituição militar centenária, em junho de 1937: a Biblioteca Militar, hoje denominada Biblioteca do Exército ou Casa do Barão de Loreto. Irmanadas desde esses tempos, em perfeita interação, quis o destino que as duas entidades culturais crescessem juntas. Propunha-se o Instituto à pesquisa seletiva e sistematizada do aspecto militar da nossa História e da nossa Geografia, enquanto que a Biblioteca faria a difusão do resultado desses trabalhos que encontrariam, no Arquivo Histórico do Exército, fontes de consulta inesgotáveis.

Com esse tripé, visualiza-se desenvolver um centro de excelência de pensadores militares nacionais, reforçados pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército, pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha e pelo Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica.

No elenco de nossas realizações, podemos lembrar: os importantes

trabalhos de pesquisa, a organização de eventos voltados à História Militar, assim como a participação nos eventos proporcionados pela Comissão Internacional de História Militar, integrante da Comissão Internacional das Ciências da Geografia e da História Militar, órgão da UNESCO. Fomos nós uma das primeiras instituições nacionais a integrar-se à Comissão Internacional de História Militar. E a primeira, e única, latino-americana.

Essa convivência internacional cerrada teve início na gestão do Coronel Luiz Paulo Macedo Carvalho, então Presidente deste Instituto e meu antecessor. Temos procurado essa interação por meio da nossa presença aos eventos e contribuições com informações sobre a nossa História Militar.

Essa integração fez com que o Brasil realizasse o XXXVII Congresso Internacional de História Militar no Rio de Janeiro, em 2011. Para isso, contamos com o aval do Ministério da Defesa, graças ao apoio do General Paulo Cesar de Castro, então Chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa do



Exército e nosso confrade, assim como gestões do General Enzo, Comandante do Exército Brasileiro. Nos planejamentos e execução, contamos com a parceria da Diretoria de Assuntos Culturais do Exército e da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha. Contamos, também, em particular, com a Escola de Comando e Estado Maior do Exército, local do evento.

Segundo o Presidente da Comissão Internacional de História Militar, Prof Piet Kaphius, com sede em Amsterdã, o XXXVII Congresso Internacional de História Militar realizado no Rio de Janeiro, foi o melhor evento realizado até então. Com 274 participantes, de 47 nações presentes. E, pela primeira vez, com quatro nações latino-americanas presentes.

Além da presença aos Congressos Internacionais, mantemos o intercâmbio por meio da nossa Revista, do Boletim Informativo, assim como divulgação em publicações de nossas Forças Armadas. Anualmente, apresentamos ao Comitê de Bibliografia as publicações

nacionais referentes à História Militar, de autores brasileiros. O nosso representante nesse Comitê, com direito a voto, é o Professor Guilherme Frota, sempre presente nos Congressos Internacionais, há muitos anos.

Também colaboramos com a Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército, junto ao Exército Italiano, onde se desenvolve um trabalho relativo à participação da Força Expedicionária Brasileira, nos campos de batalha da Itália, participação essa, até pouco tempo, quase desconhecida pelos próprios italianos. Eles até sabiam da presença brasileira no seu país, mas desconheciam a História da Força Expedicionária Brasileira.

Hoje, somamos os nossos esforços em busca da verdade histórica, assim como contribuímos para uma convivência fraterna entre estudiosos da História Militar, com civis e militares, aproximando o quartel, as universidades e as associações de cultura em benefício do nosso Brasil.

Guerras ... sempre guerras!

Pedro Luís de Araújo Braga^a

Resumo: Ao longo da história, a arte da guerra evoluiu com base na cultura e na tecnologia disponível. O mundo contemporâneo vivencia, na atualidade, a emergência de uma nova forma de enfrentamento: o conflito assimétrico. O presente artigo estuda essa nova faceta da guerra, na qual Estados com seus poderosos e bem estruturados exércitos frequentemente têm enfrentado organizações irregulares que praticam a guerra de guerrilha. Adicionalmente, o estudo aborda o impacto da tecnologia na evolução da arte da guerra contemporânea.

Palavras-chave: Arte da guerra, tecnologia, guerra assimétrica.

Guerras... Sempre guerras! Mas por que título nada alegre, quicá ameaçador? Porque a história do mundo, gostemos ou não, é uma história de guerras! Guerras de reinos contra reinos, de nações ou blocos de nações contra organizações do mesmo tipo. O homem é um ser em permanente conflito, uma guerra ambulante. Ele está em contenda com o próximo, com o seu Deus,

consigo mesmo. Ao longo dos tempos, registram-se inúmeras guerras: localizadas ou regionais; duas Guerras Mundiais; conflitos de baixa, média ou alta intensidade, de curta, média ou longa duração; guerras de conquista; guerras por tronos; guerras pela posse de mananciais; guerras religiosas; guerras ideológicas ... Guerras e mais guerras!

^a General de Exército. Antigo presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



Levantamento realizado entre o século XVIII e o terceiro quartel do século XX mostrou que, em 230 anos, houve 366 guerras, o que, estatisticamente, significa 1,5 guerras por ano. Mas a guerra, como é conhecida pela maioria dos não combatentes – uma batalha campal entre homens e materiais – ou como um evento decisivo, derradeiro, numa disputa internacional, já não existe. Na verdade, com frequência, os exércitos se prepararam não para a última guerra, mas para a guerra errada.

Conhecido chefe militar britânico, com larga experiência de combate, o General Sir Rupert Smith, assim se manifestou:

Fenômeno incontornável da História, a guerra é uma atividade plena de paradoxos. Criadora e destruidora de grandes civilizações, promotora de encontros e choques entre culturas e religiões, viveiro de líderes e fonte inegável de progresso científico; origem dos piores e dos melhores momentos da humanidade. Por tudo isso e pelos ensinamentos e perspectivas que pode proporcionar, a história das

guerras constitui um importante tema de estudo e reflexão. Importa conhecer a Arte da Guerra.

Desde o século passado, a humanidade vive a Era do Conhecimento. A vontade das nações, instituições ou indivíduos é imposta a outras nações, instituições ou indivíduos pelo conhecimento. Conhecimento é Poder!, como já dizia Sir Francis Bacon, Chanceler da Inglaterra no reinado de James I (século XVI e início do século XVII). O conhecimento é o passaporte para a soberania.

E, no ciclo evolutivo da sociedade, a contar de 1945, entramos no período tecnológico. Aliás, o surgimento da arma nuclear naquele ano tornou a chamada guerra industrial praticamente impossível como evento decisivo. Por outro lado, o que era considerado inexecutável no final da 2ª Guerra Mundial é factível agora. E, observem, essa revolução não está acontecendo em instalações secretas no deserto, mas, sim, diante de nós.



O CONFLITO ASSIMÉTRICO

O mundo está enfrentando hoje um novo tipo de guerra: o chamado Conflito Assimétrico. Segundo esta nova concepção, todo Estado, por mais poderoso que seja, está sujeito e vulnerável a atos terroristas, praticados por entidades não estatais, até com caráter global, as quais, por sua forma de ação, são difíceis de serem previstas, identificadas e localizadas. Uma dessas organizações, por exemplo, a Al-Qaeda, é considerada como operando em mais de 50 países. Vale lembrar o atentado por ela praticado em 11 de setembro de 2001, contra o World Trade Center, de Nova Iorque, as Torres Gêmeas, e que decretou a falência do exército industrial.

Tais organizações terroristas não se subordinam às leis internacionais sobre a guerra, possuem armas químicas e biológicas, além de outros equipamentos de alta tecnologia ao alcance, apenas, de poucos países. Há ainda, não raro, um componente religioso, o que torna suas ações mais cruéis e aviltantes. Quem as fi-

nancia? De onde procedem os recursos para o seu armamento e equipamento? E, paradoxalmente, no interesse comum, têm forçado a união de países outrora antagônicos.

Uma outra peculiaridade, assaz importante, da guerra de hoje: o combatente já não está isolado no campo de batalha. Suas ações, atitudes, como procede, enfim, estão sendo monitoradas a milhares de milhares de quilômetros de distância. Lembram-se da operação de uma equipe Seal – Forças Especiais da Marinha dos EUA –, para capturar Osama Bin Laden, o líder da Al-Qaeda, em um sítio no Paquistão, onde uma atividade de inteligência o localizara? O Presidente Barak Obama e assessores da Casa Branca assistiram, em tempo real, a toda a operação! É o que se chama de guerra no meio do povo. Reflete a dura realidade da ausência de um campo de batalha isolado. Hoje, pessoas em casa, na rua, no local de trabalho, estão todas no campo de batalha, como que participando, em tempo real, das operações.



O USO DA TECNOLOGIA NA GUERRA

Em 1957, o Presidente Eisenhower, dos EUA, estava preocupado com o atraso norte-americano em relação aos soviéticos, na corrida espacial. Para recuperá-lo, criou uma agência, cuja sigla em inglês é DARPA – Agência de Pesquisa de Projetos Avançados de Defesa –, ultra-secreta, instalou-a em Arlington, na Virgínia, próxima ao cemitério nacional do mesmo nome e reuniu, nela, diversos cientistas, PhD, para criar e desenvolver tecnologias. Cérebros pagos para pensar! Que visão extraordinária de estadista! Esses cientistas criaram o foguete Saturno que levou o homem à lua, o laser, as células de combustível, a computação gráfica, equipamentos de visão noturna, a internet, os e-mails, os telefones celulares, o GPS, os robôs e os VANT – veículos aéreos não tripulados.

Todavia, tecnologia é tanto um grande diferencial como um considerável equalizador em assuntos militares. Os EUA, potência hegemônica, que investem milhões de

dólares em tecnologia, não têm podido, sempre, transformar seu extraordinário poder em vitória. Por outro lado, grupos que nem mesmo Estados são, têm sido capazes de frustrá-los e enfurecê-los, apenas com o emprego de armas baratas e de tecnologias primárias, como carros-bomba e explosivos de confecção caseira. É a guerra assimétrica a que nos referimos antes. Ainda – o que é mais grave – tais grupos têm sido capazes também de utilizar produtos que resultaram de anos de pesquisa e investimentos altíssimos, mediante compra, à distância, por meio de sites de vendas na internet, como a Amazon.com.

Talvez a melhor ilustração acerca do que essas mudanças causaram nos conflitos seja a do Hezbollah, reconhecido como um dos mais criativos grupos nessa guerra assimétrica. Organização de fundo religioso, amplamente xiita, ela nasceu no Líbano, em 1985. Desde então, vem experimentando metamorfoses de identidade e de formas de atuação. Ao mesmo tempo em que aparece como instituição paramilitar, capaz de mobilizar tanto quanto



dez mil combatentes, é um partido político que ocupa quatorze cadeiras no Parlamento libanês, é um conglomerado de mídia que opera suas próprias estações de rádio e TV, e é provedora de internet. E é, também, um serviço de assistência social que mantém sua própria rede de hospitais, ambulatórios, clínicas, escolas e um programa de bem-estar para muitos no Sul do Líbano. Como é fácil perceber, preocupa-se em conquistar o apoio da população. A pergunta feita antes se repete aqui: quem o sustenta? De onde

vêm os recursos para sua sobrevivência?

No verão de 2006, conforme amplamente noticiado, militantes do Hezbollah sequestraram dois soldados israelenses. Israel, então, lançou, sobre o sul do Líbano, um maciço ataque de retaliação com o propósito de ensinar-lhes uma lição e forçá-los a libertar os dois soldados. E, pela primeira vez na história, falhou. Depois de uma guerra de 34 dias, quando veio o cessar-fogo, Israel havia contabilizado 120 solda-



No conflito ocorrido no Líbano em 2006, o qual os israelenses chamaram de híbrido, o Hezbollah distribuiu seus militantes por unidades descentralizadas, que poderiam agrupar-se para atacar, mas dispersar-se e desaparecer todas as vezes que as forças de Israel tentaram fixá-las no terreno.



dos judeus mortos, cerca de 500 feridos, 43 civis mortos e 4.262 feridos pelos rojões e mísseis que o Hezbollah lançou contra cidades israelenses: E não conseguira resgatar seus soldados sequestrados!

É interessante registrar que aquele diminuto ator não oficial foi capaz de executar aquilo que forças combinadas dos países árabes não o fizeram, derrotados que foram em 1948, 1967 e 1973. Nessa guerra de 2006, que os israelenses chamaram de híbrida, o Hezbollah distribuiu seus militantes por unidades descentralizadas, que poderiam agrupar-se para atacar, mas dispersar-se e desaparecer todas as vezes que as forças de Israel tentaram fixá-las no terreno. E tais grupos combinaram táticas clássicas de guerrilha, com conhecimento de guerra convencional e o emprego da mais moderna tecnologia.

Israel talvez tenha sido um dos primeiros países a desenvolver, para emprego militar, e utilizar os VANT – Veículos Aéreos Não Tripulados. Mas não pôde impedir de ser também o primeiro alvo do emprego deles, lançados pelo Hezbollah.

Enquanto que, no seu ataque ao Líbano, fez voar uma vintena de VANT, o grupo shiita lançou sobre Israel, no mínimo, três VANT emboscada, cada um deles conduzindo uma carga de 10 quilos de explosivos, cheia de esferas de aço para torná-la mais letal. E, enquanto aeronaves a jato e VANT israelenses sobrevoavam o Líbano em busca de alvos a serem atacados, rojões misteriosos do Hezbollah eram lançados sobre cidades de Israel, muitos deles disparados por controle remoto, ou automaticamente, por tempo.

Uma vez que não fora possível destruir tais rojões no ar, os israelenses pensaram que poderiam controlar as regiões de onde eles eram lançados, afastando, assim, a ameaça para longe do alcance de suas cidades. E empregaram suas forças terrestres para invadir o sul do Líbano. Mas aí, também, as forças irregulares mostraram uma iniciativa estonteante: segundo a imprensa internacional noticiou, o Hezbollah foi capaz de penetrar no sistema de informática das Forças de Defesa de Israel e de, também, interferir nas



suas redes rádio. E, pasmem, tais ataques cibernéticos, realizados por hackers a soldo do Hezbollah, partiram, via internet – foi a hipótese levantada – de empresas provedoras localizadas nos Estados do Texas, Virgínia, Nova York, Nova Jersey, todas dos EUA, bem como em Nova Delhi, na Índia, e em Montreal, no Canadá. Outro grupo de hackers conseguiu penetrar no sistema de telefonia celular israelense e, assim, escutar as chamadas de comandantes e outros combatentes, do campo de batalha para seus correspondentes no país, conseguindo, destarte, levantar nomes de código e outros dados significativos. Parece um filme de ficção, mas foi a pura realidade.

AS NOVAS INVENÇÕES

Neste pequeno exemplo de um caso ainda recente e verdadeiro, estão presentes dois novos atores da Guerra Moderna: a robótica e a cibernética. A utilização adequada de ambos, decorrente de estratégias assimétricas, pode anular a grande

vantagem de forças regulares, numericamente superiores, e obrigá-las a jogar, de igual para igual, em seu próprio jogo de alta tecnologia.

Muitos já pensam que o conhecimento sobre robótica e cibernética é hoje tão importante que qualquer pessoa, independente de seus interesses, ocupação e formação intelectual, pode e deve – precisa mesmo, dizem os mais radicais – mergulhar neles. Pois pode ser o alvo de tais avanços! Estudiosos afirmam que estamos vivendo a Idade de Ouro das invenções e que o futuro está chegando mais cedo do que pensamos. Nós estamos construindo a ponte para esse porvir!

A Fundação Nacional de Ciência dos EUA, no início deste século, reuniu centenas de cientistas para avaliar o que acontecerá nos próximos 10 e 20 anos, no que tange a novos conhecimentos – robótica, cibernética, inteligência artificial, nanotecnologia e biociência – que avançam, convergem, interferem-se e alimentam-se reciprocamente. A conclusão, talvez surpreendente, é que a única coisa de que se tem certeza é da incerteza em si mesma. Vivemos



num período de transição que deverá durar, no mínimo, 50 anos.

Um sentido de dualidade – robôs e seres humanos – é o que talvez represente melhor o que está acontecendo na guerra e na política. Pois os confrontos e conflitos devem ser compreendidos, por razões que já mencionamos, como acontecimentos políticos e militares e, destarte, examinados conjuntamente, eis que se influenciam mutuamente e, só assim, poderão ser resolvidos. As novas tecnologias revolucionárias não estão apenas sendo trazidas para a guerra, mas usadas, cada vez mais, com novos efeitos e frequência inesperados. E, por não serem humanas, elas estão sendo utilizadas de uma forma que não era possível antes. Provavelmente por isto, estão criando novas dificuldades, bem como complicando outras já existentes.

Combatentes à distância, confortavelmente instalados em centros climatizados e em total segurança, diante de uma tela, conduzem, hoje, a guerra travada a milhares de quilômetros de distância, por robôs e VANT, como se fosse um jogo de

videogame, um *Wi* do agrado das crianças e adolescentes. As máquinas terão um papel cada vez mais importante no planejamento e execução de missões. E os que travarão esse combate tanto poderão ser agentes do Estado como grupos não oficiais, de qualquer idade ou sexo, e até mesmo pessoas enlouquecidas, dispostas a comportamentos suicidas, uma vez contidas. Então, a finalidade da robótica é substituir o homem em funções por ele originalmente executadas, pela máquina por ele inventada. E mais: as guerras do futuro farão surgir novos conceitos, já sendo hoje examinados pela ONU, sobre o que é legal e ético, inclusive quanto ao tipo e modo de emprego de nosso próprio material, e até do armamento.

Como curiosidade, numa pesquisa de opinião recente entre combatentes norte-americanos no Afeganistão sobre o que pensavam em ser substituídos por máquinas, o resultado foi que os robôs e VANT são atrativos e adequados ao cumprimento de missões 3D – *dweel, dirty and dangerous* – isto é, monótonas, sujas e perigosas.



Mais uma vez, reafirmo que as guerras modernas, que empregam essas novas tecnologias, parecem-se, cada vez menos, com aquelas que uma vez conhecemos e compreendemos.

LEMBRANDO OS CONFLITOS

Faz-se mister relembrar alguns eventos importantes para ilustrar este artigo: Ainda neste mês, comemoramos o Jubileu de Ouro do Movimento Cívico-Militar de 31 de março de 1964, a Contrarrevolução Brasileira que salvou o país do caos para onde ia sendo jogado, mas que, os derrotados de então e os veículos de divulgação por eles dominados fazem tudo para denegrir ou para que seja esquecido. Foi um “basta!” à segunda tentativa de tomada do poder por uma minoria comunista que, às escâncaras, ousadamente, pregava a inversão dos valores, o peleguismo, a destruição dos princípios morais e espirituais em que se alicerçam as nossas famílias e a nossa sociedade.

Passados 50 anos, há ainda quem a olhe pelo retrovisor da História, mas com um espelho que deforma a imagem, como na conhecida lenda infantil, que mostra as coisas como queremos vê-las. Como dizia Talleyrand, não aprenderam nada e não esqueceram nada!

E por que devemos lembrar tal acontecimento? Não só para reverenciar aqueles que, colocando o interesse nacional acima de outros sentimentos, como lealdade e estima a governantes – pois governos passam e, muitos, a poeira do tempo e o juízo implacável da História se encarregam de encobri-los, como inglórios e indignos – e vencendo o natural instinto de legalidade, livraram o Brasil de triste destino; e outros que perderam suas vidas, assassinados por terroristas e subversivos, quando defendiam a lei e a ordem. Mas também como um alerta, pois está em curso uma terceira tentativa de comunicação, irradiada com fulcro no Fórum de São Paulo e seguindo ensinamentos de Antonio Gramsci, abraçados por grande parte da imprensa escrita e televisada, e da cátedra irresponsável.



Procedem, em sua solerte atuação, como lembrou George Orwell.

A linguagem política destina-se a fazer com que a mentira soe verdade e o crime se torne respeitável, bem como imprimir ao vento uma aparência de solidez.

Para o momento que vivemos, por aplicáveis, lembramos lições de duas grandes mulheres: - Margareth Thatcher, a Dama de Ferro, escreveu: O socialismo dura até acabar o dinheiro dos outros. Para cada pessoa que recebe sem trabalhar, uma outra deve trabalhar sem receber. Quando metade da população entender a ideia de que não precisa trabalhar, pois a outra metade irá sustentá-la; e quando esta outra metade concluir que não vale mais a pena trabalhar, pois irá sustentar a outra que não trabalha, então chegamos ao começo do fim de uma nação.

Ayn Rand, uma filósofa judia nascida na Rússia e que de lá fugiu na metade da década de 1920, ensinou-nos:

quando você perceber que, para produzir, precisa obter a autorização de quem não produz nada;

quando comprovar que o dinheiro flui para quem negocia, não com bens, mas com favores; quando perceber que muitos ficam ricos pelo suborno e pela influência, mais que pelo trabalho, e que as leis não nos protegem deles, mas, ao contrário, são eles que são protegidos de você; quando perceber que a corrupção é recompensada e a honestidade se converte em auto-sacrifício, então poderá afirmar, sem temor de errar, que sua sociedade está condenada.

O Brasil, que já foi potência emergente, só marchará para a frente, respeitado no concerto mundial, quando ficar livre da ação nefasta de grupos antolhados, aproveitadores, que não pensam no bem público e só em seus interesses, suas vantagens e sua sobrevivência. A arma para isso está ao alcance de todos, legal, sem risco e sem sangue: o voto!

Logo a seguir, em junho, lembraremos os 70 anos da Operação Overlord, a Batalha da Normandia na 2ª Guerra Mundial. Consistiu ela na invasão da França, ocupada desde 1940 por tropas da Alemanha nazista, por consideráveis efetivos



dos EUA, Reino Unido, França livre e aliados, visando à sua libertação. Foi o começo do fim do Eixo. Fruto de longo e assaz minucioso planejamento, a operação ocorreu após a derrota alemã frente aos russos, na famosa Batalha de Stalingrado.

Até hoje, continua a ser a maior invasão marítima da História, com quase três milhões de combatentes cruzando o Canal da Mancha em 6 de junho de 1944, partindo de vários portos e aeroportos localizados na Grã-Bretanha. Precedidos por um assalto aéreo na noite anterior, 155.000 homens, transportados por 14.200 embarcações de desembarque, e com a proteção de 600 vasos de guerra e de milhares de aeronaves, chegaram às praias de Omaha, Utah, Juno, Gold e Sward, bombardeadas previamente que foram por disparos de canhões de 1.240 belonaves e de 10.000 aeronaves.

Números gigantescos, sem dúvida. Estava aberto, com muito sacrifício, o caminho para Paris e para a vitória!

Em agosto, completa o seu 1º Centenário a Grande Guerra, a 1ª

Guerra Mundial, que a muitos ainda assombra pelo gigantesco número de vítimas: quase 10 milhões de mortos e um elevadíssimo contingente de pessoas mutiladas; impérios inteiros destruídos e sociedades brutalizadas. Ela ainda provoca enorme impacto emocional, pois não há como esquecer suas terríveis consequências. O extermínio de uma geração é sempre lembrado, enquanto que problemas não resolvidos, ou criados por aquela conflagração, persistem e ainda ameaçam a paz mundial.

Uma dúvida permanece latente, passado quase um século: por que ela aconteceu? Ambições desmedidas de homens no poder? Rivalidades nacionais? Ideologias conflitantes? Crescimento do militarismo? Ausência de líderes carismáticos e com força bastante para suportar pressões? Há muitos historiadores que, depois de longa meditação sobre os fatores que a provocaram e de pesquisas sérias, chegaram à conclusão de que ela foi um erro estúpido que poderia ter sido evitado. É o estado belicoso do ser humano, que temos salientado. No real centro



do conflito, situa-se a Alemanha, por sua ambição desmedida. Uma combinação infeliz de belicismo e de uma diplomacia inepta deixaram aquele país tendo que enfrentar a guerra em duas frentes. Mas nenhum dos beligerantes pode julgar-se inocente.

Por fim, a Grande Guerra não foi uma guerra para acabar com as guerras. Isto nunca existe! A prova é que, dentro de vinte anos, o mundo se viu envolvido em uma nova guerra, de mais longa duração.

Por último, já no fim do ano, celebra-se o sesquicentenário do início da Guerra da Tríplice Aliança – a Guerra Maldita, a Guerra do Paraguai. Pouco mais de cinco anos de conflito, que resultou de agressões praticadas, por ordem de Solano Lopez, pelos paraguaios dos quais era o Presidente. Este era um visionário, que sonhava com um Paraguai Maior, com uma saída para o mar, e que teve a incentivá-lo, em sua megalomania, sua companheira, com quem veio a casar-se, a irlandesa Elisa Lynch, antiga cortesã de luxo na Cidade Luz.

A verdade é que Lopez tornou-se um ditador quase caricato de um país agrícola; fez crescer seu exército, armou-o bem e lançou-o em uma ofensiva militar, numa almejada guerra relâmpago para alcançar seus quiméricos objetivos. Todavia, o revisionismo histórico, em especial, a partir do final dos anos 1960, tendo à frente, pensadores de esquerda do Prata, promoveram Solano Lopez a grande chefe militar e notável estadista, ao mesmo tempo em que acusavam o Império do Brasil e a Argentina de terem sido manipulados por interesses britânicos. Mas tal grupo encontrou logo adeptos em nossa terra, onde maus brasileiros, facciosos, contadores de estórias em busca de escândalos e sensacionalismo, chegaram a taxar a conduta das tropas de Caxias de praticarem um genocídio americano.

Macular a memória de Caxias e de outros grandes vultos nacionais, como ousam fazer tais indivíduos, é ultrajar a própria honra nacional! Vitorioso militarmente, o Brasil perdeu cerca de 50.000 homens dos 139.000 enviados para a guerra, a



maior parte dos quais por doenças e condições do clima. Foi magnânimo para com o Paraguai vencido, exauriu-se economicamente, e o conflito assinalou a marcha decadente da monarquia. Lembraremos, reverentes, e agradecidos, as figuras de Caxias, Tamandaré, Barroso, Inhaúma, Osório, Sampaio, Mallet, Andrade Neves, Villagran Cabrita e tantos outros. Felizmente, o que não acontece com outros países, não nos faltam heróis nacionais a reverenciar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Guerras...Sempre guerras! Sim, lamentavelmente. Por isto, em termos reais, cumpre obedecer ao velho adágio latino: se quisermos a paz, temos que nos preparar para a guerra. Acompanhar sua evolução, novos meios, as formas de atuação. Sobretudo, cuidar para não sermos surpreendidos. Os militares, que conhecem os horrores e as consequências de uma guerra, não a declaram, mas são chamados a travá-la.

É bom lembrar que a guerra não começa quando alguns matam os outros, mas no momento em que uns se arriscam para matar os outros, em represália. Dwight Eisenhower, antes citado, um combatente vitorioso, grande líder e estadista norte-americano, alertou seu país, dizendo:

Cada canhão produzido, cada vaso de guerra lançado, cada foguete disparado, significa, afinal, um furto daqueles que têm fome, dos que sentem frio e não têm agasalho. O mundo em armas não está apenas gastando dinheiro. Está dependendo o suor de seus trabalhadores, o gênio de seus cientistas e a esperança de suas crianças.

O lado perverso da globalização

Manuel Cambeses Júnior^a

Resumo: O fenômeno da globalização não resultou apenas em relações econômicas positivas e vantajosas para as nações, mas provocou efeitos nocivos, como o desemprego e a desigualdade social. O aumento de uma massa social que não usufrui dos benefícios da globalização levou o sociólogo francês Henri Mendras a cunhar o termo “contra-sociedade”, composta por pessoas que não conseguiram assimilar a evolução da sociedade globalizada. No presente artigo, é feita uma análise desses efeitos e o papel do Estado para tentar minimizá-los.

Palavras-chave: Globalização, sociedade, Estado.

O sociólogo francês Henri Mendras (1927-2003) batizou o termo “contra-sociedade” para referir-se a todos os integrantes de um determinado grupo social que não podem ou não querem seguir o ritmo e as exigências que este lhes impõe. Seu expoente natural seria aquele indivíduo que por impossibilidade, ou simples falta de desejo, não consegue adaptar-se à velocidade com que se move o seu entorno social, transformando-se, conseqüentemente,

em um verdadeiro pária dentro da sociedade a que pertence. Ou seja, um deslocado, um ser excluído, um autêntico *homo sacer*.

Nos dias atuais, bem poderíamos falar de uma contra-sociedade mundial. A mesma estaria composta por todos aqueles que não conseguiram assimilar o ritmo evolutivo da sociedade globalizada. O número de desadaptados pode contabilizar-se em dezenas de milhões. E mais ainda, dia-a-dia aumenta o nú-

^a Coronel Aviador. Sócio do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



mero de pessoas que, em todas as regiões do planeta, albergam o temor e a angústia de sentirem-se excluídas das filas dos seres produtivos. São pessoas comuns que vivem atormentadas e sob a ameaça permanente da exclusão social.

Os números desta contra-sociedade têm sido manejados com bastante frequência. Michel Rocard, ex-Primeiro Ministro da França, aponta os seguintes dados: 30% da população ativa dos Estados Unidos, ou seja, quarenta milhões de pessoas, vivem em situação de pobreza ou precariedade social, ao passo que 30% da população ativa nas três grandes regiões do mundo industrializado pode qualificar-se como desocupada ou marginalizada. Por sua parte, Jacques Chirac, ex-Presidente da França, assinala que os países que compõem a União Europeia, contam com dezoito milhões de desempregados e cinquenta milhões de cidadãos sob a ameaça de exclusão social. Os países integrantes da OCDE, o clube dos estados mais ricos do planeta, contam hoje com trinta e cinco milhões de desempregados. E o que dizer dos países em vias de desenvolvimento?

A conjunção entre um desenvolvimento técnico acelerado, sustentado na automação, associado à ausência ou abandono generalizado das normas de proteção social, estão fazendo aumentar, assustadoramente, os números de desempregados e de subempregados. O Brasil, lamentavelmente, em face de atual crise que o assola, é um bom exemplo de país que tem aumentado substancialmente sua competitividade e inserção na economia global às custas de um notável incremento das filas de desempregados.

A lógica deste perverso processo é simples. Sob o impacto de uma competição produtiva sem fronteiras e sem medidas, em que a redução de custos transformou-se em dogma, não há espaços para considerações sociais. Existe a tendência, por essa via, a uma nivelção por baixo, na qual a mão-de-obra mais barata, ou a substituição desta pela tecnologia, determinam a sobrevivência dos produtos no mercado. A tecnologia e a redução de custos laborais são os grandes dinamizadores do novo crescimento econômico. Como bem assinala a revista *Fortune*, em sua edição de abril de 1996: “Os



avanços tecnológicos unidos aos implacáveis desempregos em massa, dispararam a produtividade e elevaram, consideravelmente, os ganhos da indústria”.

Frente a esta dura realidade, os países apresentam a tendência de transformarem-se

em um autêntico bazar persa, competindo entre si para fazer maiores concessões ao grande capital, como via para captar investimentos e garantir o crescimento

econômico. O resultado desta postura é que observa-se o abandono do sentido do coletivo e do imprescindível papel do Estado em matéria de arbitragem e de observância da regulamentação social. Que outra coisa poderia fazer o Estado? Este se vê incapacitado para fazer frente ao volume e à dinâmica dos capitais privados. Os três maiores fundos de pensão estadunidenses, Fidelity Investments, Vanguard Group, Capital

Research & Managements controlam em torno de quinhentos bilhões de dólares. Impotente, o Estado teve de adaptar-se às exigências do grande capital, sem poder evitar que o homem transforme-se, cada vez mais, no lobo do próprio homem.



Sob o impacto de uma competição produtiva sem fronteiras e sem mesuras, em que a redução de custos transformou-se em dogma, não há espaços para considerações sociais.

teiras e atropelando governos, impondo leis à sua conveniência e promovendo uma acirrada e desumana competição entre países, a serviço de seus interesses. Prova incontestável disso, encontramos no acordo multilateral sobre inversões que está sendo negociado na Organização Mundial de Comércio, que submeteria as leis regulatórias dos países membros às objeções internacio-

A força emergente após o ocaso do Estado é, obviamente, o grande capital privado transnacional. Este governa a economia globalizada, passando por cima de fron-



nais, restringindo a capacidade dos Estados para ditar políticas econômicas de interesse nacional. A pergunta a fazer, nesse caso, é a seguinte: que lógica domina o grande capital transnacional? Esta se sintetiza em uma consideração fundamental: a rentabilidade imediata. A necessidade de dar resposta às exigências de curto prazo, de um gigantesco número de acionistas anônimos, tem se transformado, efetivamente, na razão de ser fundamental do processo econômico em curso. Dentro desse contexto, as grandes corporações competem ferozmente entre si para captar as preferências dos acionistas, livrando-se de tudo aquilo que possa significar um peso na busca por maiores rendimentos.

Porém, quem é esse acionista anônimo que sustenta a engrenagem e dita as regras da economia globalizada? Este não é outro, senão o homem comum: o operário, o gerente médio, o funcionário público, o profissional liberal, a dona-de-casa. Ou seja, o mesmo homem comum que vive atormentado pelo fantasma do desemprego e com medo de vir a engrossar, com sua presença, as filas da grande contra-sociedade dos dias atuais. Através de sua

cotização e na busca de máximo rendimento para as suas economias, investe em fundos de pensões e fundos mutuais ou, através de pequenas inversões de capitais, nas Bolsas de Valores. Desta maneira, paradoxalmente, ele tem se transformado em atuante protagonista deste perverso processo econômico que o atemoriza e o encurrala.

Segundo um curioso processo circular imposto por esta globalização perversa, em que vivemos na atualidade, o homem comum tem se transformado em seu próprio inimigo, erigindo-se feroz e desapiedadamente frente a si mesmo.

A artilharia de Roma e a guerra de sítio

Carlos Roberto Carvalho Daróz^a

Resumo: Por muitos anos, Roma foi a cidade mais importante do mundo antigo, e dela resultou um dos mais florescentes impérios Antiguidade. Com seu grande e bem treinado exército, conquistou praticamente todos os territórios banhados pelo Mar Mediterrâneo e expressiva parcela das ilhas britânicas. Um dos componentes de relevo da organização militar romana era a sua artilharia, utilizada para empreender a guerra de sítio. O presente artigo tem por objetivo, com base na arqueologia, na historiografia e nos monumentos, estudar como se estruturava a artilharia do exército de Roma e analisar sua eficácia como instrumento de conquista na máquina de guerra romana.

Palavras-chave: Roma, guerra de sítio, artilharia

“Basta que ameaceis com a guerra: tereis a paz”.¹ Com essa exaltação, em sua obra *Ab Urbe Condita*, o historiador romano Tito Lívio destacou a principal característica da cidade-império: as conquistas militares que lhe permitiram estender a uma vasta porção do mundo seu domínio e sua cultura.

A expansão de Roma fundamentou-se solidamente em seu poder militar, baseado em um grande exército, disciplinado e bem estruturado. O exército de Roma possuía em sua organização o que havia de mais moderno à sua época no que diz respeito às táticas e equipamentos. Um dos componentes de relevo da organização militar romana era a

^a Coronel de Artilharia. Sócio do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



sua artilharia, utilizada para empreender a guerra de sítio, comum desde o século II a.C. entre as cidades-estado da Mesopotâmia.² Composta por armas de arremesso, a artilharia romana mostrou-se eficaz e decisiva em diversas oportunidades, assegurando as conquistas militares do império.

O presente trabalho tem por objetivo estudar como se estruturava a artilharia do exército de Roma e analisar sua eficácia como instrumento de conquista na máquina de guerra romana.

ROMA E A GUERRA

Por muitos anos, Roma foi a cidade mais importante do mundo antigo, e dela resultou um dos mais florescentes impérios da Antiguidade. Diz a lenda que Roma foi fundada no ano 753 a.C. por Rômulo e Remo, filhos gêmeos do deus Marte e da mortal Rea Sílvia. Ao nascerem, os dois irmãos foram abandonados junto ao rio Tibre e salvos por uma loba que os amamentou e os protegeu. Por fim, um

pastor os recolheu e lhes deu os nomes de Rômulo e Remo. Depois de matar Remo numa discussão, Rômulo deu seu nome à cidade. A história, por sua vez, assevera que algumas tribos de origem sabina e latina estabeleceram um povoado no monte Capitolino, junto ao rio Tibre.

Num período lendário, Roma foi governada por sete reis que tinham poder absoluto. O Senado, formado por chefes de família, os aconselhava. Por volta de 575 a.C., os reis etruscos dominaram Roma e influenciaram decisivamente o início da civilização romana. Editaram leis em favor do artesanato e do comércio, com os quais Roma adquiriu grande importância. Aos poucos, porém, esses reis deram lugar a outros monarcas, violentos e tirânicos, que desprezavam as opiniões do Senado.

A partir de 510 a.C., Roma dedicou-se à conquista de toda a península Itálica. Em 264 a.C., o interesse pelo domínio da Sicília colocou Roma em conflito com Cartago, dando início às Guerras Púnicas (264 a.C.-201 a.C.), das quais saiu



vencedora.³ De 200 a.C. até o fim do Império Romano do Ocidente, em 476, atravessou seis séculos de contínua expansão territorial. Os romanos conquistaram a Macedônia e a Grécia, a Ásia Menor, o Egito, a Cirenaica (atual Líbia), a península Ibérica, a Gália (França), a Germânia (Alemanha), a Ilíria (Albânia), a Trácia, a Síria e a Palestina.

Durante o período em que funcionou como uma República, a atividade militar romana foi se tornando cada vez mais importante. Os chefes militares foram adquirindo maior importância política, o que resultou na implantação do regime imperial.

Os romanos valorizavam a conquista e a dominação, o que leva a história de Roma a se confundir com a de sua expansão militar. Sem a guerra não teria existido o Império Romano. As guerras romanas visavam conquistar áreas e rotas de comércio, fontes de matérias-primas e pontos estratégicos para a defesa do império.

A paz, mesmo no limitado período em que prevaleceu, era uma paz armada. Tratava-se de garantir a

posse e a segurança dos territórios conquistados. Durante o império, as conquistas foram reduzidas e lentas. As extensas fronteiras do império, que no seu apogeu atingia cerca de 9 mil quilômetros, exigiam um exército permanente. Esse exército profissional começou a se formar ainda no período republicano, com o estímulo ao alistamento voluntário, mas somente se consolidou como tal no período imperial. Alimentava-se o orgulho de ser soldado, mas dava-se a ele também compensações materiais: os soldos, os *donativa* (distribuições adicionais de dinheiro), as promoções, os prêmios, e, acima de tudo, terras. Os soldados eram recrutados também entre os povos vencidos, que se sentiam tentados a fazer parte do exército dos vencedores, evidenciando o prestígio de Roma.

O EXÉRCITO ROMANO

Até o final do período republicano Roma não possuía um exército regular. Somente após Júlio César



chegar ao poder por e com a implantação do período imperial, os romanos procuraram estruturar um exército permanente. O exército era uma das mais importantes instituições do Império Romano, não somente como sustentáculo do poder do imperador, mas, principalmente, para a manutenção do equilíbrio social e econômico que possibilitou a continuidade do poder autocrático. O exército romano desempenhou papel fundamental nas conquistas e na preservação das províncias responsáveis pela riqueza de Roma. Desse modo, beneficiou tanto patrícios como mercadores, possibilitando, ainda, o controle da plebe e dos escravos.

Nas épocas mais singelas da república, o uso das armas ficava reservado àquelas classes de cidadãos que tinham um país para amar, uma propriedade a defender e alguma participação na feitura das leis que eram do seu interesse e da sua obrigação manter. Para valorizar o exército, era dada atenção especial ao mérito da idade, do vigor físico e da estatura militar. Em todos os recrutamentos avultava uma justificada

preferência pelos climas do norte em relação aos do sul; a classe de homens mais adequados para o exercício das armas era antes buscada nos campos que nas cidades e, com muito boa razão, supunha-se que as rudes ocupações de ferreiro, carpinteiro e caçador dariam a seus praticantes mais vigor e intrepidez do que os ofícios sedentários a serviço do luxo.

Os exercícios militares eram o objeto mais relevante e contínuo de sua disciplina. Os recrutas e soldados novos recebiam adestramento constante de manhã e à tarde; nem a idade nem o conhecimento serviam de desculpa para eximir os veteranos da repetição diária daquilo que já haviam aprendido completamente. Grandes telheiros eram erigidos nos quartéis de inverno das tropas, para que os seus treinamentos não sofressem nenhuma interrupção mesmo na mais tempestuosa das quadras; tinha-se, outrossim, o cuidado de prover, para tal imitação de guerra, armas com o dobro do peso das usadas na ação real.⁴

Os soldados eram diligentemente instruídos a marchar, correr,



saltar, nadar, transportar grandes pesos; manejar qualquer espécie de arma que fosse usada para ataque ou defesa quer no combate à distância, quer na luta corpo a corpo; fazer variadas evoluções e mover-se ao som de flautas marciais. Em tempos de paz, as tropas romanas se familiarizavam com as práticas de guerra e, com propriedade, observa um antigo historiador que lutara contra elas, ser o derramamento de sangue a única circunstância que diferenciava um campo de batalha de um campo de exercícios. Os generais mais capazes, e os próprios imperadores, tinham por norma encorajar tal preparação militar pela sua presença e exemplo. Sabe-se que Adriano, tanto quanto Trajano, frequentemente instruíam os soldados inexperientes, premiava os que se destacavam e, às vezes, disputava com eles torneios de destreza ou força. No reinado desses monarcas, a ciência da tática foi cultivada com sucesso e, enquanto o império logrou manter o seu vigor, sua instituição militar era respeitada como o modelo mais perfeito da disciplina romana.

Os escalões presentes no exército romano eram o Exército, a Legião, a Coorte, a Centúria e a Decúria. Os exércitos romanos continham um número variado de Legiões, além de tropas auxiliares e de apoio. A Legião era uma grande unidade formada por elementos de todas as armas e era dividida em dez Coortes, unidades táticas com efetivo de 500 a 600 homens que, por sua vez, eram constituídas por cinco ou seis Centúrias de cem homens. Cada Centúria possuía dez Decúrias em sua estrutura.

Inicialmente Roma não dispunha de artilharia em seu exército. O gradual crescimento do Império e de sua força terrestre, no entanto, levou os romanos a introduzirem a arma em suas fileiras, sabidamente no fim das Guerras Púnicas (264 a.C.-201 a.C.). À medida que novos territórios eram anexados e a engenharia militar romana se desenvolvia, o exército passou a adotar os engenhos de guerra de maneira sistemática e doutrinária, organizando sua artilharia.



A GUERRA DE SÍTIO E OS PRIMÓRDIOS DA ARTILHARIA

A Idade Antiga caracterizou-se pelo surgimento de impérios e conflitos entre povos e civilizações. Nesse contexto, os povos procuraram se organizar em cidades fortificadas que oferecessem proteção e segurança contra exércitos invasores. Para conquistar estas fortificações surgiu, então, a guerra de sítio, tática militar pela qual procurava-se destruir o inimigo privando-o do acesso a víveres, mantimentos, água ou reforços. Em sua expansão, os romanos empregaram amplamente às táticas de sítio tendo sido, alguns deles, eternizados na história, como os cercos à Alexandria, à Jerusalém, e à fortaleza judaica de Massada, dentre outros.

Em Massada, nos primeiros anos da era Cristã, o Exército Romano provocou o suicídio coletivo da população da fortaleza, na Judéia, que, incapacitada a continuar na luta, por falta de meios, preferiu a morte à rendição.⁵ Estes cercos

podiam durar semanas ou até mesmo anos.

Com a melhoria da engenharia de fortificações, que tornou as defesas mais sólidas, os exércitos sitiados se depararam com a necessidade de possuir armamento adequado que permitisse a conquista das cidades muradas. Sob este pano de fundo, surgiram os engenhos de guerra, máquinas que arremessavam pedras, flechas e outros materiais contra as muralhas ou sobre elas, atingindo a população sitiada outrora segura dentro de seus muros. Essas armas, surgidas séculos antes do surgimento da pólvora, representaram os primórdios da artilharia, realizando o lançamento de projéteis à distância em trajetórias tensa e curva.

A história é pouco precisa quando trata da origem desses engenhos. Historiadores da Antiguidade apresentam informações contraditórias citando os fenícios, os babilônios, os assírios e os gregos como criadores de tais máquinas de guerra sem esclarecer seus reais inventores. A mais antiga referência escrita



sobre tais engenhos, contudo, encontra-se na Bíblia⁶, durante o reinado de Uzias no século VII a.C.: “Também fez em Jerusalém máquinas de invenção de engenheiros, que estivessem nas torres e nos cantos, para atirarem flechas e grandes pedras”.

Embora a verdadeira origem dos engenhos de guerra seja nebulosa, foram os gregos quem elaboraram as melhores máquinas da Antiguidade, aplicando materiais e técnicas revolucionárias em sua construção. Quando Roma passou a utilizar a sua artilharia em larga escala, adotou a tecnologia desenvolvida pelos gregos e incorporou seus principais modelos de engenhos de guerra.⁷

ARMAS UTILIZADAS PELA ARTILHARIA ROMANA

Ao organizar a artilharia de seu exército, Roma adotou o que havia de melhor em termos de material na época, os projetos já testados e consagrados pelos gregos. A artilharia

romana possuía engenhos de guerra de arremesso, os quais lançavam projéteis de pedra ou grandes dardos em trajetórias tensa e curva. Os primeiros disparavam flechas e pedras em trajetória rasante a pouca altura do solo e com grande velocidade inicial que produziam graves danos ao alvo quando o atingia. Os engenhos de trajetória curva também lançavam os mesmos tipos de projéteis, sendo capazes de disparar por sobre as muralhas e, excepcionalmente, também realizarem o tiro tenso.

Os engenhos de artilharia romanos dividiam-se em dois grandes grupos: os que empregavam a torção de cordas – balistas, onagros e catapultas - e os que não utilizavam a torção em seu funcionamento, como os trabucos e escorpiões.

O funcionamento das armas de torção baseava-se na torção de um feixe de cordas até seu limite, o qual, ao ser subitamente liberado por um gatilho, transmitia a energia acumulada ao projétil. O material utilizado para a confecção dos feixes é desconhecido até hoje, embora



haja indícios de que eram feitos de cabelo de mulheres, pelos, couro e nervos de animais.

O mais simples – e também um dos mais eficientes – destes engenhos era o onagro. Sua construção consistia em uma lança de vertical embutida em um reparo horizontal de madeira. A lança, inicialmente na vertical, era torcida mediante um sistema de engrenagens e manivelas, acionado por cinco serventes, até atingir a posição horizontal onde era travada por um gatilho e carregada. Na extremidade da lança havia uma grande colher para alojar um projétil de pedra de até 70 kg ou uma funda que possuía uma ponta presa firmemente à lança e outra apoiada por um gancho. Quando o gatilho era acionado por um cordel de disparo, a lança era liberada com violência para a posição vertical arremessando o projétil contra seu alvo. A utilização da funda conferia um alcance 30% maior do que quando empregada a colher.

O onagro romano era normalmente montado sobre um reparo de madeira com quatro rodas, que o

tornava uma arma ideal para acompanhamento nas operações de movimento. O nome onagro, em latim, significa “burro selvagem”. Os soldados romanos apelidaram o engenho com este nome devido a um comportamento por ele apresentado durante os disparos. Ao liberar o projétil, o centro de gravidade era alterado bruscamente fazendo com que a parte posterior do reparo saltasse, assemelhando-se a um burro escoiceando.

A balista era uma arma de tiro tenso maior do que o onagro e assemelhavam-se a um arco e flecha gigante (fig.1). O projétil era carregado em uma calha e impulsionado por um feixe de cordas tensionado que se ligava às extremidades de dois braços horizontais, os quais formavam um arco deitado. Embora fosse capaz de lançar pedras, a balista disparava essencialmente dardos de 1 kg a 500 metros de distância, um alcance impressionante para a época. A balista superava muito o alcance do onagro e, enquanto este era capaz apenas de ultrapassar as muralhas com pedras

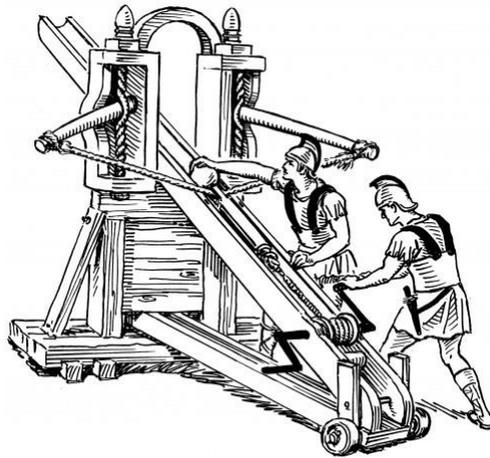


Fig.1 – Balista romana na configuração para lançamento de pedras
Fonte: CARTWRIGHT, Marck. Roman Artillery. *Ancient History Encyclopedia*. Disponível em <http://www.ancient.eu/article/649/>. Acesso em 7 nov.2016.

do tamanho da cabeça de um homem, o grande arco da balista impulsionava os dardos contra alvos posicionados no centro das cidades.

A catapulta foi desenvolvida a partir de um aperfeiçoamento da balista e era a arma de arremesso mais precisa da época. Montado sobre um pivô central, o engenho podia ser apontado em elevação e direção e disparava um dardo curto e pesado em trajetória curva com velocidade inicial de 60 m/s. Como na balista,

o projétil também percorria uma calha durante o disparo que conferia grande precisão no tiro. Uma grande catapulta era provida de quatro braços e podia lançar dardos de 3 kg a alcances de 400 metros.

Dentre as armas romanas que não utilizavam a torção de cordas em seu funcionamento destacam-se o escorpião e o trabuco. O escorpião, também conhecido em Roma pelo nome de *falarica*, disparava dardos em trajetória tensa a baixa altura empregando a força elástica



de tábuas de madeira especial. Era comum os dardos serem disparados inflamados como tochas acesas, como objetivo de produzir incêndios em fortificações de madeira inimigas. Quando as cidades fortificadas começaram a utilizar pedras em suas muralhas ao invés de madeira, o escorpião foi gradualmente sendo retirado da linha de frente da artilharia romana até ser completamente abandonado.

A maior arma de artilharia utilizada pelos romanos era o trabuco.

Este engenho era uma enorme gan-gorra constituída por pranchas de comprimentos diferentes, uma de cada lado de um eixo pivô. Na extremidade da prancha mais curta havia uma caixa cheia de pedras que serviam de contrapeso. Na extremidade da prancha de maior comprimento era montada uma funda, onde o projétil era carregado. Durante o processo de armação, a prancha com a funda era tracionada até uma posição próxima ao solo, onde era travada e carregada. Nesta posição

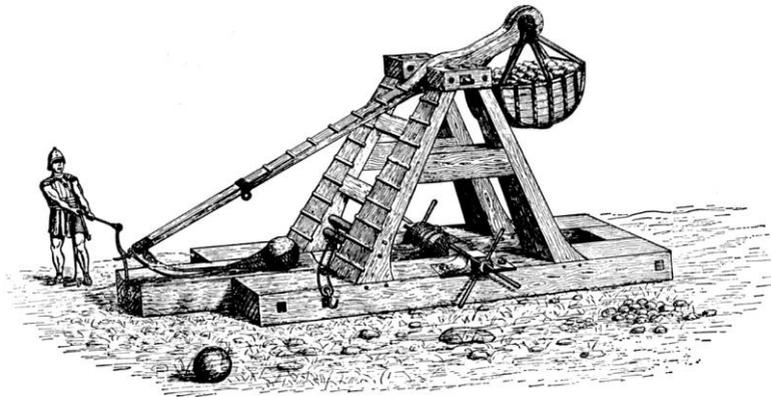


Fig.2 – Maior arma da artilharia romana, o trabuco podia lançar pedras de 80 kg a um alcance de 200 metros

Fonte: CHINN, George. *The Machine Gun History, Evolution, and Development of Manual, Automatic, and Airborne Repeating Weapons*. Washington: Department of the Navy, 1951, p.7.



Armamento	Onagro	Balista	Catapulta	Trabuco	Escorpião
Trajectoria	Curva	Tensa ou curva	Curva ou tensa	Curva	Tensa
Munição	Pedra 70 kg	Dardo 1 kg	Pedra 70 kg Dardo 3 kg	Pedra 80 kg	Dardo
Alcance (m)	Aprox. 200	500	400	200	?
Funcionamento	Torção	Torção	Torção	Gravidade	Flexão
Guarnição	4-5 homens	3-4 homens	4-5 homens	8-10 homens	2 homens
Emprego	Campanha	Campanha	Sítio e campanha	Sítio	Sítio

Tabela 1 – Comparativo entre as diversas armas utilizadas pela artilharia de Roma
Fonte: Elaborada pelo autor

o contrapeso era erguido pelo sistema de gangorra. Quando o gatilho era liberado, o contrapeso descia por força da gravidade impulsivando a prancha com a funda para o alto e liberando o projétil.

O trabuco romano (fig.2) geralmente possuía dimensões tão avantajadas que precisava ser construído no próprio local do sítio; a prancha na qual era montada a funda consumia um tronco inteiro de árvore de grande porte. Apesar de ser pouco preciso, era capaz de lançar pedras de até 80 kg a 200 metros de distância e sua simples presença em um cerco levava o pânico à população sitiada.

O alcance dos engenhos acima descritos era bastante variado e a

precisão deixava muito a desejar. Na verdade, devido à total ausência de padronização nas técnicas e no material empregados na construção dos engenhos, cada um comportava-se de uma maneira, particularmente quanto às suas características balísticas.

A semelhança entre os engenhos de artilharia romanos ocasionou natural confusão, levando alguns historiadores a crerem que se tratavam de um único tipo de arma com ligeiras variantes. Apesar desse entendimento errôneo, cada tipo de arma possuía suas características próprias bem definidas, desempenhando papel distinto na organização da artilharia romana. A



tabela a seguir apresenta, resumidamente, as características do armamento empregado pela artilharia de Roma:

ORGANIZAÇÃO DA ARTILHARIA

Após o término do período republicano em Roma (27 a.C.), foi organizado em cada exército romano um corpo de artífices, denominado *fabri*, que tinha por missão construir pontes, organizar o terreno, realizar a manutenção do material bélico e construir máquinas de guerra para as operações de sítio. O corpo dos *fabri* era comandado pelo *praefectum fabrum*, cargo de confiança diretamente subordinado ao comandante-chefe do exército. Esta organização perdurou até o governo do imperador Sétimo Severo (193 a 211), quando os *fabri* foram desmobilizados e seus homens distribuídos às legiões onde lutaram como infantaria regular ou tropas auxiliares.

Júlio César, um dos mais célebres imperadores de Roma, reorga-

nizou a artilharia romana conferindo-lhe maior eficiência. Com a flexibilidade de ser variável de acordo com a modalidade e a amplitude da operação a ser realizada, a artilharia das Legiões possuía normalmente 35 balistas, dez onagros e um número incerto de catapultas e escorpiões. Cada Coorte era apoiada por um onagro e cada Centúria por uma balista leve. Os trabucos eram construídos quando a situação exigia e operavam, geralmente, sob o controle da Legião. Em linhas gerais, a organização romana previa maior quantidade de armas de tiro tenso do que de trajetória curva.

EM COMBATE

Os exércitos romanos começaram a empregar sua artilharia de maneira sistemática e organizada durante as Guerras Púnicas, travadas contra Cartago pelo domínio da península da Sicília. Na oportunidade os comandantes romanos fizeram vir da Grécia e da Ásia Menor engenhos de guerra que foram empregados no cerco de Alexandria.



Nos anos subsequentes, os romanos equiparam suas legiões gradualmente com engenhos de modelos gregos sem, contudo, incluírem nenhum melhoramento tecnológico nos projetos já consagrados.

As balistas foram empregadas pelos romanos pela primeira vez no ano de 66 a.C. durante a transposição do rio Eufrates na Mesopotâmia. As tropas romanas realizaram uma preparação no início da operação varrendo as posições inimigas na margem oposta com uma chuva de dardos de suas balistas de acompanhamento antes de lançarem uma ponte e atravessarem o rio. Essas armas leves eram montadas sobre reparos móveis e integravam a vanguarda dos exércitos de Roma, enquanto os engenhos de sítio maiores deslocavam-se juntamente com o grosso da tropa dias de marcha à retaguarda.

Na virada para o século I da era Cristã, a quantidade de engenhos de artilharia aumentou sensivelmente nas formações romanas, atingindo a proporção de onze peças para cada mil homens.

A dosagem dos tipos de armamento variava também em função da modalidade da operação. Nas ações de movimento predominavam as armas de acompanhamento, mais leves, empregadas para o apoio aos ataques e à defesa de posições fortificadas. As armas de acompanhamento mais comuns eram o onagro leve, a balista e o carrobalista, uma espécie de balista montada em um reparo sobre rodas tracionado por parelhas de cavalos ou muares.

As armas mais pesadas – catapultas, e trabucos – eram empregadas essencialmente nas operações de sítio, que exigiam menos mobilidade em detrimento de maior poder destrutivo. Esta dosagem pode ser bem visualizada durante duas famosas operações de cerco desencadeadas por Roma. Durante o sítio de Cartagena (209 a.C.), liderado pelo general Cipião, havia 120 grandes catapultas e somente 23 balistas. Para atacar Jerusalém no ano 70, Tito Flávio Vespasiano utilizou cerca de 300 catapultas e trabucos e apenas 40 balistas.

Analisando o emprego da artilharia romana nas operações de



combate, verifica-se o estabelecimento de duas modalidades distintas de artilharia no exército romano: a de campanha e a de posição (pesada), estrutura que perdurou até meados do século XX nos principais exércitos do mundo.

EVIDÊNCIAS E VESTÍGIOS

O estudo dos armamentos empregados nas guerras da Antiguidade – inclusive pelos romanos – sempre foi marcado por poucas certezas e muitas dúvidas. Construídos com materiais perecíveis, que o tempo se encarregou de destruir, estes engenhos não deixaram muitos vestígios para arqueólogos e historiadores militares. O conhecimento acerca da existência da artilharia romana e de seus engenhos de guerra provém, basicamente, de evidências literárias, arqueológicas e artísticas.

Obras de escritores da Antiguidade versando sobre a artilharia de Roma, geralmente sob a forma de tratados técnicos, apresentam imprecisões e omissões que deixam

sem resposta diversos questionamentos sobre o emprego da artilharia e seus engenhos. Autores da época como Vitruvius, Heron, Vergécio e Josefo, dentre outros, trazem em suas obras algumas contradições, que lançam ainda mais sombras sobre a matéria. Diversos dados técnicos sobre os engenhos perderam-se no tempo, como, por exemplo, o tipo de madeira utilizado na construção dos armamentos e o material empregado na confecção dos feixes de corda utilizados nos engenhos de torção.

Por outro lado, os tratados e relatos da Antiguidade – inclusive dos autores acima citados – constituem-se em valiosa fonte de informação sobre Roma, seu exército e sua artilharia. Heron de Alexandria, autor grego, descreve em um tratado a construção da balista com riqueza de detalhes.⁸ Vitruvius apresenta dados técnicos sobre o escorpião e o carrobalista, bem como seus desempenhos em combate.⁹ Outros relatos narram o ataque de balistas contra a cidade de Pérgamo no século III a.C. e o emprego de um trabuco em meados do século IV a.C.



Flávio Josefo, escritor judeu a serviço de Roma, testemunha ocular dos cercos de Jerusalém e da fortaleza de Massada, cita em diversos trechos de sua obra o emprego da artilharia romana contra os sitiados. Sobre o ataque à Jerusalém escreveu: “As pedras lançadas pelas catapultas e os dardos inflamados com fogo voaram por sobre o templo, matando sacerdotes e trabalhadores [...].” Em sua obra *A Guerra Judaica*¹⁰, relata o efeito destrutivo de um onagro romano contra os defensores de Massada:

As grandes máquinas lançadoras de pedras entrarem em ação, destruindo as extremidades da torre. Havia constante derramamento de sangue e os corpos empilhavam-se um após o outro na rampa.

Diversos achados arqueológicos dão conta da existência e da utilização dos engenhos de artilharia pelos romanos (fig. 3 e 4). Em sítios arqueológicos localizados em diversos pontos da Europa foram encontrados fragmentos e peças de metal das armas de arremesso, além de restos mortais de desafortunados

inimigos de Roma que morreram em combate atingidos pelos projéteis.



Fig.3 – Ponta de balista alojada na coluna vertebral um guerreiro bretão sepultado junto ao castelo de Maiden, em Dorset, Inglaterra.

Fonte: THE ROMAN Military Research Society. Disponível em < http://www.romanarmy.net/ballista_accuracy.shtml>. Acesso em 6 nov. 2016.



Fig.4 – Crânio de guerreiro celta perfurado por uma balista romana. Pode-se ver a destruição dos ossos da face, resultando em um ferimento letal.

Fonte: JONES, Christopher. *The Power of the catapult. The gates of Nineveh*, 2011. Disponível em <<https://gatesofnineveh.wordpress.com/2011/08/25/the-power-of-the-catapult/>>. Acesso em 7 nov. 2016.



A artilharia romana também foi bem representada pelos artistas da Antiguidade. A mais notória destas obras de arte é a Coluna de Trajano, erigida em Paris no ano 110 e existente até os dias atuais (fig.5).



Fig.5 - Relevo existente na Coluna de Trajano, em Paris, mostrando artilheiros romanos tensionando um engenho de artilharia

Fonte: Museo della Civiltà Romana, EUR, Roma. Disponível em

<https://www.flickr.com/photos/roger_ulrich/4258046222> Acesso em 7 nov. 2006.

Na base do monumento existem cinco painéis esculpidos em alto-relevo, representando operações de combate das legiões romanas, que trazem imagens dos engenhos de artilharia de Roma em diversas situações, desde o transporte em carros tracionados por animais, até o lançamento de projéteis contra uma fortificação inimiga. Outros trabalhos artísticos de vulto, como o Trabuco de Vedenius, também mostram o emprego dos engenhos de guerra pelos romanos.

Apesar das imprecisões e lacunas existentes na história das máquinas de guerra, tais evidências representam uma sólida base de sustentação e confirmam a existência dos engenhos e de uma arma de artilharia nos exércitos romanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Roma foi um o mais expressivo império de sua época e sua queda, no ano de 476, marcou o fim da Antiguidade. Mas, embora tenha ruído como tantas outras civiliza-



ções que os antecederam, os romanos deixaram um legado de conhecimento e desenvolvimento social, político, econômico e militar lançando as bases da atual cultura ocidental.

No campo militar, Roma desenvolveu um exército profissional, disciplinado e organizado. Sua organização em exércitos, legiões, coortes e centúrias, guardadas as devidas proporções, são virtualmente as mesmas das forças terrestres da atualidade, normalmente organizados em exércitos, divisões, brigadas e batalhões.

Embora não tenham inovado na construção dos engenhos de arremesso, os romanos incorporaram o que havia de melhor em sua época – as máquinas gregas – e foram os primeiros a organizarem uma artilharia como arma, desenvolvendo técnicas e táticas de emprego que contribuíram sobremaneira para a expansão do império. Os artilheiros romanos já demonstravam preocupação com dois fatores essenciais da artilharia – a precisão e o alcance – utilizando em larga escala a catapulta, engenho que podia ser apontado em elevação

e direção. Também estabeleceram dois tipos distintos de artilharia, a de campanha, que realizava o acompanhamento das legiões em operações de movimento, e a de sítio, responsável para subjugar fortificações inimigas estáticas. Tal divisão da artilharia perdeu por quase vinte séculos sem sofrer grandes alterações.

Os romanos fizeram uso irrestrito dos engenhos de arremesso em seus exércitos e fizeram progredir a arte dos sítios e das fortificações. A artilharia de Roma, apesar de rudimentar segundo a ótica atual, incrementou o poderio do exército que serviu como sustentáculo de um dos mais expressivos impérios que passaram pela história do mundo, do qual o ocidente é ainda herdeiro de seus defeitos e virtudes.

BIBLIOGRAFIA

BAGNAL, Nigel. *The Punic Wars 264 – 146 BC*. Oxford: Osprey Publishing, 2002.

BÍBLIA Sagrada. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 1969.



CAMPBELL, Duncan. *Greek and Roman Artillery 399 BC–AD 363*. Oxford: Osprey Publishing, 2003.

_____. *Ancient siege warfare: Persian, greeks, carthaginians and romans 546-146 BC*. Oxford: Osprey Publishing, 2005.

_____. *Siege warfare on the roman world 146 BC – AD 378*. Oxford: Osprey Publishing, 2005.

CARTWRIGHT, Marck. Roman Artillery. *Ancient History Encyclopedia*. Disponível em <http://www.ancient.eu/article/649/>. Acesso em 7 nov.2016.

CHINN, George. *The Machine Gun History, Evolution, and Development of Manual, Automatic, and Airborne Repeating Weapons*. Washington: Department of the Navy, 1951.

HÉRON D'ALEXANDRIE. *Le chi-robotaliste (extraits)*. Paris: Imprimerie Nationale, 1878.

JONES, Cristopher. *The Power of the catapult*. The Gates of Nineveh, 2011. Disponível em <<https://gatesofnineveh.wordpress.com/2011/08/25/the-power-of-the-catapult/>>. Acesso em 7 nov. 2016.

JOSEFO, Flávio. *Guerra dos Judeus - Livro I*. Curitiba: Juruá, 2002.

LIVIO, Tito. *History of Rome*. Salt Lake City: Project Gutenberg, 2004.

LISSNER, Ivar. *Assim viviam nossos antepassados*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1959

KEEGAN, John. *Uma História da Guerra*. Rio de Janeiro: BibliEx, 1996.

ROSTOVTZEFF, M. *História de Roma*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

SIMKINS, Michael. *Roman army from Cesar to Trajan*. Oxford: Osprey Publishing, 1984.

THE ROMAN Military Research Society. Disponível em <http://www.romanarmy.net/bal-lista_accuracy.shtml>. Acesso em 6 nov. 2016.

UNSTEAD, R.J. *Uma Cidade Romana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

VITRÚVIO. *Ten books on architecture*. Salt Lake City: Project Gutenberg, 2009.

WINDROW, Martin; McBRIDE, Angus. *Imperial Rome at war*. City of Industry: Concord, 2002.



¹ LIVIO, Tito. *History of Rome*. Salt Lake City: Project Guttenberg, 2004.

² CAMPBELL, Duncan. *Ancient siege warfare: Persian, greeks, carthaginians and romans 546-146 BC*. Oxford: Osprey Publishing, 2005.

³ BAGNAL, Nigel. *The Punic Wars 264 – 146 BC*. Oxford: Osprey Publishing, 2002.

⁴ SIMKINS, Michael. *Roman army from Cesar to Trajan*. Oxford: Osprey Publishing, 1984.

⁵ JOSEFO, Flávio. *Guerra dos Judeus - Livro I*. Curitiba: Juruá, 2002.

⁶ BÍBLIA Sagrada. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 1969.

⁷ CAMPBELL, Duncan. *Greek and Roman Artillery 399 BC–AD 363*. Oxford: Osprey Publishing, 2003.

⁸ HÉRON D'ALEXANDRIE. *Le chirobaliste (extraits)*. Paris: Imprimerie Nationale, 1878.

⁹ VITRÚVIO. *Ten books on architecture*. Salt Lake City: Project Guttenberg, 2009.

¹⁰ JOSEFO, Flávio. *Guerra dos Judeus - Livro I*. Curitiba: Juruá, 2002.

A Crimeia e o poder

Paulo Cesar de Castro^a

Resumo: A crise criada pela Rússia na Crimeia, decorrente do agravamento do conflito, inicialmente interno, na Ucrânia, demonstrou como os russos exploraram vulnerabilidades ucranianas em proveito de seus interesses vitais, a despeito dos esforços políticos e diplomáticos da ONU, da União Europeia, dos Estados Unidos, de outros estados e organismos internacionais. Este artigo analisa o exercício do poder por um membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, em prol da reconquista de região que é de seu interesse vital.

Palavras-chave: Crimeia, relações internacionais, geopolítica.

Relações internacionais são relações de poder e a Organização das Nações Unidas (ONU) é a expressão jurídica de uma vitória militar, ensinava meu professor de Direito Internacional dos Conflitos Armados¹, na Escola Superior de Guerra Tenente-General Luís Maria Campos, do Exército Argentino.

A crise² criada pela Rússia na Crimeia, decorrente do agravamento do conflito, inicialmente interno, na Ucrânia³, evidenciou a

atualidade daquelas lições. Os russos exploraram vulnerabilidades ucranianas em proveito de seus interesses vitais, a despeito dos esforços políticos e diplomáticos da ONU, da União Europeia, dos Estados Unidos, de outros estados e organismos internacionais.

A CRIMEIA⁴

Até então território da Ucrânia, a Crimeia é uma península de

^a General de Exército. Sócio do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



Península da Crimeia: palco de disputa entre russos e ucranianos

26.200 km²⁵ ligada ao continente pelo istmo de Perokop – 5 a 7 km de largura – e banhada pelos mares Negro e de Azov. Sua costa é pródiga em baías e portos que abrigavam, ao tempo da extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a Frota do Mar Negro.

Essa esquadra, em 1992, foi dividida entre a Rússia e a nascente Marinha da Ucrânia. É fácil, pois, inferir a importância estratégica da península para instalação e manutenção de bases navais de ambos os estados. Para os russos surgira um

complicador, a saída de sua força naval para mares quentes via Mediterrâneo, evidente interesse vital, passara ao controle de outra potência. As tensões decorrentes começaram a diminuir em maio de 1997, após a ratificação do Tratado de Amizade, Cooperação e Associação, firmado entre a Federação Russa e a Ucrânia.

Os habitantes (2.033.736)⁶ da Crimeia são majoritariamente russos (58,3 %), seguindo-se ucranianos (24,3 %), tártaros da Crimeia



(13%), bielorrussos, tártaros, armênios, judeus e outros grupos. Nessa população não se inclui a de Sebastopol (379.200 habitantes)⁷, considerada pela Rússia uma cidade federada, a exemplo de Moscou e São Petersburgo.

Após a implosão da URSS, a península passou a integrar a recém-independente Ucrânia com o nome de República da Crimeia (fevereiro de 1992), posteriormente alterado para República Autônoma da Crimeia, *status* que lhe permitia executivo e parlamento próprios.

Salta aos olhos que a Crimeia fazia parte da Ucrânia somente do ponto de vista jurídico e formal. Bastaria à Rússia empregar seu poder para reintegrá-la à Federação, retomar o controle absoluto sobre a península e, portanto, assegurar interesse vital no Mar Negro. Assim foi feito.

A RÚSSIA E O PODER

O Manual C 124-1, *Estratégia*, publicado pelo Estado-Maior do Exército, afirma que o poder é a

capacidade de impor a vontade para atingir os objetivos fixados pela política.⁸ Na mesma fonte, em linguagem mais elegante, lê-se que política e estratégia sem poder *não passam de palavras ao vento*.

A escalada do conflito interno ucraniano ofereceu à Rússia, no primeiro trimestre de 2014, a oportunidade de anexar a Crimeia, a qual foi eficazmente aproveitada pela aplicação do poder nacional o que permitiu impor sua vontade, a despeito do clamor da comunidade internacional. Estava em jogo um interesse vital e, em 21 de março, o presidente Vladimir Putin promulgou o acordo de adesão da Crimeia e da cidade de Sebastopol à Federação Russa.

O emprego do poder pela Rússia entra para a história como campo fértil para estudiosos de política, estratégia e relações internacionais, fenômeno que este artigo se propõe a identificar.

a. Expressão militar

O poder militar russo começou a ser aplicado em 26 de fevereiro de



2014, quando tiveram início manobras a fim de “testar a prontidão de unidades do 2º Exército da circunscrição militar do centro e dos comandos da Força Aérea, Forças Aero transportadas, Aviação Estratégica e de Transporte”.⁹ Para bom entendedor, demonstração de força para dissuadir. E como já se sabe o fim deste filme, contra aquela força não houve argumento.

Desde então, a Rússia empregou eficazmente seu poder militar¹⁰, apesar da contraofensiva diplomática e política da comunidade internacional. As iniciativas militares russas podem assim ser resumidas:

- 28 de fevereiro: foram ocupados os aeroportos da capital, Síferopol, e de Sebastopol. A tropa, muito bem uniformizada, equipada e armada, não ostentava qualquer identificação. No mesmo dia ocorreram o anúncio oficial de manobras antiterror para proteger a base da Frota do Mar Negro, sobrevoos da área por helicópteros russos e denúncia, por fontes militares ucranianas, da chegada de 13 aeronaves transportando dois mil militares russos.

- 1 de março: a Câmara Alta do parlamento russo autorizou o envio de “contingente limitado” de tropas à Ucrânia, dita missão de estabilização (sic) para resguardar a segurança de cidadãos etnicamente russos. Simultaneamente, o governo da Ucrânia denunciou a presença de quase 15 mil soldados, carros de combate e outros blindados na Crimeia. No mar, belonaves russas assediaram navios da Guarda Costeira ucraniana, próximo a Sebastopol.

- 3 de março: a Frota do Mar Negro cercou a sede da Marinha da Ucrânia. Ainda na Crimeia, a Base Aérea de Balbek, equipada com 45 aeronaves de caça, rendeu-se e fuzileiros navais foram cercados em Feodosia.

- 5 de março: segundo estimativas de Kiev, pelo menos dezesseis mil soldados russos estariam ocupando a Crimeia.

- 6 de março: em seu discurso oficial, a Rússia insistia em afirmar que não mantinha militares na península. Acrescentava que as tropas empregadas na Crimeia não passavam de forças de autodefesa.



- 7 de março: o governo de Kiev estimava o efetivo russo na península em trinta mil homens.

- 13 de março: a três dias do referendo popular sobre o destino da Crimeia, a Rússia aumentou a presença, dando início a novos exercícios militares em quatro regiões próximas à fronteira com a Ucrânia e na Bielorrússia, aliada de Moscou.

- 19 de março: sem resistência, foram invadidas e tomadas as bases das forças armadas ucranianas, na Crimeia. Em Sebastopol, o comandante da força naval russa chegou ao prédio da base naval da Ucrânia, na qual foi hasteada a bandeira da Federação Russa.

Nenhum tiro havia sido disparado. A dissuasão e o emprego do poder militar tinham obtido êxito e aos ucranianos restava lamber as feridas. Passaram-se os dias e...

- ... 17 de abril¹¹ em entrevista, o Presidente Putin admitiu, pela primeira vez, a presença de tropas russas na Crimeia. O mandatário disse que "Por trás das forças de autodefesa da Crimeia certamente es-

tavam nossos militares. Comportaram-se de forma muito correta. Era necessário proteger as pessoas".

b. Expressão psicossocial¹²

As pessoas são protagonistas relevantes desta expressão do poder. O censo de 2001 revelou que 58,3% dos habitantes da Crimeia eram russos e que os demais 41,7% dividiam-se entre outros grupos étnicos. Essa maioria falava russo, um dos idiomas oficiais daquela que, já em 1921, intitulava-se República Socialista Soviética Autônoma da Crimeia. Com que país essa maioria das pessoas se identifica, a Rússia ou a Ucrânia, recém-independente? Qual a cultura predominante?

Os ucranianos, na Crimeia, resumiam-se a 24,3% e falavam outro idioma oficial, o ucraniano. É fácil entender que ucranianos e russos não formavam uma nação. Terceiro idioma oficial, o tártaro da Crimeia é falado por 13% dos habitantes da península. A história dessa última minoria ratifica a diversidade da



população e sua não identificação com o governo de Kiev.

A deposição do presidente da Ucrânia, em 22 de fevereiro de 2014, o banho de sangue em Kiev e a vulnerabilidade decorrente facilitaram, na própria Crimeia, iniciativas para futura anexação. Seu parlamento marcou para 25 de maio um referendo a fim de que a população se manifestasse sobre anexação à Rússia ou permanência integrada à Ucrânia, ainda que com maior autonomia.

Moscou, que já havia sido acusado de conceder passaporte aos russos da península, não perdeu o bonde da história: maioria da população e Crimeia com executivo e legislativo próprios. Bandeiras russas passaram a ser exibidas em Siferopol e em outras cidades. Simultaneamente, o parlamento elegeu, a portas fechadas, um novo primeiro-ministro, Serguey Aksyonov, não por acaso favorável à anexação.

Sem perda de tempo, o mandatário antecipou a consulta popular de maio para 16 de março. No dia seguinte ao referendo, foi divulgado

que a opção "*Você apoia a reunião da Crimeia com a Rússia, na qualidade de membro da Federação Russa?*" obtivera 95,5% dos votos. O parlamento, por unanimidade, aprovou o referendo, declarou, oficialmente, a independência da Ucrânia e oficializou pedido de anexação à Rússia, concretizada, em Moscou, em 21 de março.

A população crimeana manifestara-se “democraticamente” em consulta popular, sob a proteção de tropas de autodefesa (sic). Assim, num passe de mágica, a Crimeia e Sebastopol passaram a integrar a Federação Russa ... *consummatum est!*

c. Expressão econômica

A Rússia provê cerca de um quarto da demanda europeia de gás natural. Um terço das exportações realiza-se através da Ucrânia em cujo território estão localizados importantes depósitos do gás. Salta aos olhos, em verdadeira grandeza, o elevado grau de dependência da União Europeia e dos países europeus da Organização do Tratado do Atlântico Norte em relação aos



russos¹³, no que respeita ao fornecimento de gás natural.

A condenação firme dos Estados Unidos da América (EUA) às

fornecimento de gás à União Europeia afetaria significativamente a economia da Rússia, que passa por momentos de desaceleração.



Tropas russas invadindo a Crimeia

ações militares na fronteira com a Ucrânia e na Crimeia não poderia, pois, ser plenamente acompanhada por seus aliados transatlânticos. A par da mencionada dependência do gás há, por exemplo, empresas da Alemanha que investem bilhões na Rússia e, no Reino Unido, o setor bancário fatura alto com investimentos naquele país. Por outro lado, não deve ser desprezado que eventual interrupção de

A Ucrânia, por seu turno, é o quinto maior parceiro comercial da Rússia. “A economia russa está ligada à ucraniana por investimentos de empresas nas áreas de energia, agricultura, defesa e setor financeiro...A Rússia será a grande perdedora da crise na Ucrânia, afirmou o economista-chefe de mercados emergentes no Standard Bank, Timothy Ash”.¹⁴



A Rússia apostou na queda de braço e ameaçou a Ucrânia com corte no fornecimento de gás. O presidente da estatal Gazprom declarou que, caso os ucranianos não pagassem uma dívida de US \$ 1,9 bilhões pelo fornecimento de gás, os dutos seriam fechados. O alarme ecoou forte nos países dependentes dos gasodutos que cruzam o território da Ucrânia.

O preço pela anexação da Crimeia tem sido elevado para Moscou: os líderes das principais economias ocidentais (G7) suspenderam a reunião do G8 agendada para Sochi, na Rússia; a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) congelou as negociações para a entrada russa no grupo; e o presidente dos EUA autorizou o bloqueio, nos EUA, de bens pertencentes a altos funcionários, parlamentares e empresas russas que tenham contribuído para minar a democracia ucraniana, ameaçar sua paz, segurança e soberania.

Por outro lado, o mercado de ações na Rússia reagiu bem, tendo

subido 3,7% e o rublo se recuperado das perdas iniciais. O término pacífico do referendo na Crimeia trouxe alívio ao mercado europeu cujas ações na Europa também fecharam em alta.¹⁵

A Rússia ganhara a queda de braço pela Crimeia, inclusive no campo econômico... pelo menos até hoje.¹⁶

d. Expressão política¹⁷

Os organismos internacionais, os estados soberanos, a diplomacia e as lideranças destacam-se em verdadeira grandeza durante as crises, como ratificado na Crimeia.

A ONU agiu sem demora. O Conselho de Segurança reuniu-se em 28 de fevereiro, quando das primeiras notícias sobre o emprego de “forças de autodefesa” na península. O representante da Rússia apresentou ao Conselho carta do presidente deposto da Ucrânia pedindo providências para salvar seu país de uma guerra civil (3 de março).

Em 5 de março, um enviado especial da ONU foi ameaçado por homens armados e não fardados ao



visitar uma base militar em Sinferopol. Alguns dias depois, foi submetida ao Conselho uma resolução de ilegalidade sobre o referendo na Crimeia. A Rússia, obviamente, vetou-a, o que comprovou a máxima: “a ONU é a expressão jurídica de uma vitória militar”. O poder se impusera ao direito.

A Alemanha, no contexto da União Europeia (UE), propôs levar a crise à mediação da Organização para a Segurança e Cooperação da Europa (OSCE). Em 6 de março, observadores desse organismo tiveram a entrada na Crimeia barrada por militares sem identificação nos uniformes. A exemplo do Conselho de Segurança, o caminho seguido pela OSCE foi obstruído pela Rússia.

É importante lembrar que o Memorando de Budapeste sobre Garantias de Segurança, assinado em 1994 por EUA, Rússia, Reino Unido e Ucrânia, assegurou a devolução aos russos de milhares de ogivas nucleares soviéticas. Pelo pactuado, o país recém independente recebeu garantias de que EUA e Rússia não usariam a força

ou o ameaçariam com ações militares. Em março deste ano, os signatários marcaram reunião em Budapeste à qual o chanceler russo não compareceu. Esta possível via de solução para a crise mostrou-se infrutífera, até porque, não sendo um tratado, o Memorando não prevê mecanismo de supervisão nem penas em caso de seu descumprimento. Outra tentativa revelara-se ineficiente e ineficaz.

A diplomacia foi exercitada exaustivamente pelas partes envolvidas, Ucrânia, Rússia, EUA, UE e demais estados da Europa Ocidental. Ameaças de medidas punitivas, reuniões, contatos pessoais e telefônicos marcaram o dia-a-dia dos líderes e de seus auxiliares mais imediatos. Os canais para negociação permaneceram abertos e foram intensamente explorados sem êxito, exceto para a Rússia.

O 8 de maio, “Dia da Vitória”, foi politicamente explorado pelo presidente russo. O mandatário visitou a Crimeia, onde foi muito bem recebido pela população. Cercado de veteranos da Segunda Guerra Mundial, Putin assistiu a um desfile



militar, enquanto as potências ocidentais protestavam por sua iniciativa, taxando-a de provocativa e desnecessária.¹⁸

A Crimeia permaneceu sob duas bandeiras, a sua própria e a russa, substituta da ucraniana.

CONCLUSÃO

O mundo testemunhou, de fins de fevereiro até março, o exercício do poder por um membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, em prol da reconquista de região que é de seu interesse vital. O poder militar foi aplicado eficazmente, malgrado o clamor mundial.

A população foi consultada em referendo assaz antecipado. Ameaças de sanções econômicas foram ignoradas. Os organismos internacionais foram acionados sem êxito, o poder de veto exercido, os canais diplomáticos mantidos abertos e os líderes conversaram longamente, inúmeras vezes.

O poder se abateu sobre a Ucrânia, estado soberano que ficou de pés e mãos atados ante a Rússia. Para o mundo, perplexo, sublinhou-se a lição de que, mesmo na segunda década do terceiro milênio, relações internacionais são relações de poder e a ONU permanece sendo a expressão jurídica de uma vitória militar.

¹ À época (1985 e 1986), na Argentina, a disciplina chamava-se Direito Internacional de Guerra. Excelente professor, o General de Brigada Cerdá integrava o quadro de auditores, oficiais de carreira formados em Direito. Esse quadro não tem similar nas forças armadas brasileiras.

² BRASIL, Estado-Maior do Exército, C 124-1, *Estratégia*, 3ª. Ed., 2001, pag. 2-3 e 2-4. BRASÍLIA: Portaria nº 109-EME, de 21 de setembro de 2001.

³ Iniciado em 21 de novembro de 2013. Em janeiro/fevereiro de 2014, Kiev assistiu a violento banho de sangue. O conflito interno evoluiu, rapidamente, para uma crise. Ver: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Euromaidan>. Acessado em 4 de maio de 2014.

⁴ Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Crimea>. Acesso em 4 de maio de 2014.

⁵ Pouco menor que o estado de Alagoas (27 778,506 km²).



⁶ Censo de 2001.

⁷ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Sebastopol>. Acesso em 4 de maio de 2014.

⁸ BRASIL, Estado-Maior do Exército, C 124-1, *Estratégia*, 3ª. Ed., 2001, pag. 1-3. Brasília: Portaria nº 109-EME, de 21 de setembro de 2001.

⁹ Disponível em: <http://www.correio-damanhacanada.com/manobras-militares-russas-provocam-alerta-na-ucrania/>. Acesso em 4 de maio de 2014.

¹⁰ *O Globo*, Rio de Janeiro: edições de 1 a 20 de março de 2014.

¹¹ Disponível em <http://noticias.terra.com.br/mundo/europa/vladimir-putin-admite-presenca-de-tropas-russas-na-crimea>. Acesso em 5 de maio de 2014.

¹² Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Crimeia>. Acesso em 8 de maio de 2014

¹³ *O Globo*, Rio de Janeiro: 2ª Ed., p. 26.: edição de 06 de março de 2014. e Reuters. *Gas Infrastructure Europe*. Reuters, dados industriais, publicado em 03 de março de 2014.

¹⁴ *O Globo*, Rio de Janeiro: 2ª Ed. p.26: edição de 06 de março de 2014.

¹⁵ *O Globo*, Rio de Janeiro: p. 23.: edição de 18 de março de 2014.

¹⁶ 9 de maio de 2014.

¹⁷ *O Globo*, Rio de Janeiro: edições de 1 a 20 de março de 2014.

¹⁸ *O Globo*, Rio de Janeiro: p. 34. Edição de 10 de maio de 2014.

A implantação do Estado Novo e a Revolta Integralista

Hélio Leôncio Martins^a

Resumo: Em 1938, em plena sucessão presidencial de Getúlio Vargas, o governo delatou a existência de um plano comunista – o Plano Cohen – que pretendia assumir a força, o poder e aqui instituir o comunismo. Não demorou muito para que a falsidade do plano fosse revelada, tudo fora antecipadamente planejado partidários do integralismo. Assim foi implantado por Vargas o regime do Estado Novo no País. Vargas colocou todos os partidos políticos existentes da ilegalidade, gerando insatisfação entre os integralistas. Em maio de 1938, uma revolta integralista atacou o Palácio da Guanabara, tentando acabar com o Estado Novo e promovendo a retirada de Vargas do poder. O artigo estuda o processo político que conduziu ao golpe do Estado Novo e analisa como o Governo Vargas conseguiu sufocar o levante integralista, com destaque para a participação da Marinha no episódio.

Palavras-chave: Estado Novo, Era Vargas, Integralismo.

O episódio da implantação do Estado Novo envolveu uma sequência de fatos de veracidade duvidosa que a tornaram dependente de documento improvisado, de autoria de um capitão do Exército, descrevendo ficcionalmente violento ata-

que comunista ao País, mas apresentado como real pelo chefe do Estado-Maior do Exército, com perfeito conhecimento de sua valia pelo Governo que dele iria se aproveitar.

Em 1935, por determinação da Internacional Comunista, com base

^a Vice-almirante, ex-combatente da 2ª Guerra Mundial. Sócio do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



em informação de Luís Carlos Prestes de que teria o apoio integral do Exército, foi desencadeado, a 11 de novembro, um ataque comunista, com a vinda para o Brasil de elementos estrangeiros preparados especialmente para este tipo de ação.

Tal ataque resultou em motins no 3º Regimento de Infantaria e no 1º Regimento de Aviação, ambos logo dominados, depois de se tornarem cena de assassinato de colegas dormindo e outras agressões semelhantes. E o Estado do Rio Grande do Norte ficou em mãos comunistas por alguns dias.

Para combater o comunismo que tentava se impor, foi promulgado o estado de guerra que durou até junho de 1937. A 13 de dezembro de 1935, uma reunião de generais fixou a maneira pela qual lutariam contra outro ataque. O General Góes Monteiro deu seu voto por escrito, alviando a hipótese da instalação de um governo mais forte do que o que existia, em formato próximo do futuro Estado Novo.

Como consequência, o ano de 1936 foi pleno de medidas legais ou

supralegais anticomunistas e, principalmente, afetado pelo receio de novamente pairar sobre a nação a existência de um “fantasma vermelho”. Simultaneamente, tomou corpo a oposição ao regime provisório em que se vivia desde 1930, anteveendo-se a eleição prevista na Constituição de 34 e receando o continuísmo de Getúlio Vargas. Em torno disso já houvera um desentendimento de Getúlio Vargas com Flores da Cunha, o governador do Rio Grande do Sul, que ampliava a brigada local com batalhões provisórios e importava armas. O Governo não queria usar contra ele ação militar, mas enviou uma divisão de contratorpedeiros que atracou no Rio Grande. E Góes Monteiro foi nomeado inspetor das Regiões Militares do Sul, com o que pôs-se a par da situação do Rio Grande. Nomeado Ministro da Guerra, não aceitou a função, porque ficaria muito exposto, indicando para assumi-la o General Eurico Dutra.

Em 1937, a preocupação com o comunismo diminuiria bastante, havendo sido em grande parte vencida



no ano anterior pelo estado de guerra, e mais as perseguições, prisões, exílios, julgamentos no Tribunal de Segurança, criado especialmente para acelerar as condenações. Tomaram fôlego as candidaturas de Armando Sales e José Américo, e, em junho, a de Plínio Salgado, para a eleição marcada para 3 de janeiro de 1938, o que não era do gosto de Getúlio nem de Góes Monteiro, então chefe do Estado-Maior do Exército.

Na opinião desses últimos, o ambiente de perigo nacional precisava renascer, favorecendo e justificando transformações políticas. A iniciativa neste sentido partiu, pelo que se sabe, de Plínio Salgado, com a incumbência dada a um capitão do Exército, Olympio Mourão Filho, que acumulava funções no Estado-Maior do Exército e, como prócer integralista, chefiando o Serviço Secreto do Movimento, cabendo-lhe como tal a tarefa de elaborar um boletim de informações.

Chamado Olympio por Plínio Salgado, esse disse-lhe que o movimento estava se preocupando muito

com sua candidatura, tendo desaparecido a atenção com o avanço comunista. Seria necessário que voltasse à tona esse perigo, a luta contra o qual era um dos objetivos principais do movimento. Que ele usasse o próximo boletim para mostrar que o perigo ainda permanecia, afetando a acalmia existente. O capitão, em obediência, elaborou um documento copiando informações, algumas falsas, de diversas origens, inclusive traduzidas do espanhol, compondo assim um plano de ataque comunista de envergadura, ao qual deu o nome apelativo de Plano Cohen. Plínio não o aprovou, achando-o fantasioso, ficando com o original, e deixando na mão de Olympio a cópia, que a guardou possivelmente para empregá-la com outros fins.

Morava ele perto do edifício de apartamentos onde residiam o General Álvaro Mariante, seu amigo pessoal, e o General Góes Monteiro. Indo Olympio, certa noite, visitar Mariante, conversaram sobre a ação comunista. Olympio então foi em casa buscar a cópia do chamado Plano Cohen e mostrou-o, sem dizer



de suas origens. Mariante interessou-se vivamente pelo documento e disse que deveria ser entregue a Góes Monteiro, com o que Olympio não concordou, pois achava ser assunto puramente integralista. Mariante pediu para guardar a cópia, a fim de lê-la com mais cuidado.

Isto se passou em fins de agosto. Daí por diante, uma série de fatos foi se desenvolvendo, culminando com a implantação do Estado Novo. A 8 de setembro, Getúlio, em oração pública, afirmou que falava como Presidente pela última vez, mas atacou os candidatos e terminou dizendo que “já teria adquirido bastante experiência para não acreditar no feiticismo das fórmulas e reconhecer que o bem público não deve encontrar obstáculos nas leis e convenções jurídicas. Se essas dificultam o progresso, entram a administração e fazem perigar a segurança nacional, hão de ser substituídas ou revogadas. A flexibilidade de adaptar-se às circunstâncias do momento e não à rigidez formalística é a peculiaridade característica das democracias. Quando essas circuns-

tâncias assumem caráter imperativo, o acertado será não antepor-lhe diques, e sim conformar-se com os fatos, alterar os textos, substituindo-os, e emprestando ao Poder Público novas formas de ação!”

Não podia Getúlio ser mais claro sobre suas intenções e teria certamente trunfos suficientes para levá-las adiante. A 22 de setembro, com antecedência de dois meses, foi realizada a costumeira romaria aos túmulos das vítimas de 1935, como uma lembrança do perigo comunista.

Realmente Góes Monteiro havia recebido o Plano Cohen, possivelmente de Mariante (embora este tivesse negado, quando interpelado por Olympio), mas só deu conhecimento dele ao ministro da Marinha, Guilhem; ao do Exército, Dutra; ao chefe da Casa Militar, General José Pinto; e ao chefe de Polícia, Müller. Manteve-o restrito a esse grupo. Mas teria aplicação em pouco tempo. A 28 houve uma reunião dos ministros militares para examinarem o Plano e decidir as providências a tomar, dentro ou fora da lei,



sendo enviado um memorial ao Governo, que seria um aval garantindo a veracidade do plano e do perigo que o País enfrentava.

A 30, os jornais do Rio de Janeiro publicaram, e a *Hora do Brasil* exibiu, o plano na íntegra. E a 1º de outubro, o ministro da Justiça enviou ofício ao Congresso solicitando que se promulgasse o estado de guerra, diante da ameaça vermelha antevista pelo Estado-Maior do Exército. Isto é, as mais altas autoridades do País entraram em acordo para amedrontar o Congresso com base em documento de valor duvidoso, profetizando um perigo que não mais havia, isto com o fito de implantar uma ditadura, o que não é uma página gloriosa em nossa história.

Ao receber o pedido de promulgação de estado de guerra, a Câmara ficou alvoroçada. Os 52 deputados da oposição, liderados por Otávio Mangabeira, queriam saber a origem daquela notícia que levava a público algo que seria um segredo de Estado Maior e que exigiria um esforço nacional para ser enfren-

tada. Os deputados governistas afirmavam que o aval militar bastava para assegurar sua importância e veracidade. E que tudo deveria ser feito e concedido para combater tal ameaça. Por fim, com 138 votos a favor, foi aprovado o estado de guerra. O Plano Cohen desempenhara o seu papel.

O Capitão Olympio, ao ler nos jornais o plano fictício que havia escrito, e depois de receber a negativa de Mariante, conseguiu contatar o General Góes Monteiro (conforme afirmou), dizendo-lhe que não poderia em caso nenhum garantir a origem verídica daquele documento, mas foi mandado se retirar, pois nada tinha a ver com aquilo e era um oficial do Estado-Maior, devendo saber calar-se. No livro *O General Góes depõe...*, de Lourival Coutinho, Góes dá uma versão do caso difícil de acreditar. Conta que um major, Caiado, vendo Olympio datilografar no Estado-Maior, procurou ler, espiando por cima do ombro, o que estava sendo escrito, concluindo ser um plano comunista. Imediatamente disse que o mesmo



deveria ser mostrado a Góes Monteiro, o que foi feito por intermédio do General Mariante. E Góes acrescentava que Olympio pedira que não o acusasse. Isto levou este último a pedir um Conselho de Justiça, sendo absolvido, e escrever memória em que desmente o depoimento de Góes e se defende.

No meio de tanta falsidade, não é fácil descobrir a verdade. Mas crer que Olympio iria datilografar o Plano no Estado-Maior (e era um trabalho de fôlego) e um simples passar de olhos permitisse descobrir que se tratava de um Plano comunista, e aparecer o General Mariante para levá-lo a Góes, é um pouco forte. O fato é que o Plano chegou às mãos de Góes Monteiro, e que ele o usou para fazer recrudescer um perigo vermelho que aterrorizasse o País.

O estado de guerra não foi usado contra o inimigo que o havia causado – os comunistas, que permaneceram sossegados. Seu emprego limitou-se ao cuidadoso preparo para ser instalado o Estado Novo. O primeiro tropeço a ser afastado foi Flo-

res da Cunha, no Sul, quando a Brigada Policial e mais a Força Pública paulista, foram requisitadas pelo Exército. Flores demitiu-se a 17 de outubro e retirou-se para o Uruguai. Com uma mexida nos governadores (interventores), só foram deixados em seus postos os de absoluta confiança. A mando de Getúlio, Negrao de Lima excursionou pelo Norte e pelo Nordeste, fazendo uma verificação de fiéis e infieis.

O jurista Francisco Campos elaborou uma Constituição – diziam que em cinco dias – nos moldes da italiana e mostrou-a a Plínio, solicitando sua aprovação e a adesão às intenções de Getúlio. Seria a terceira força a apoiá-lo, além do Exército e da Marinha. O General Newton Cavalcante, comandante da 1ª Brigada de Infantaria, simpatizante do integralismo, também fez uma aproximação de Plínio com Getúlio. O chefe integralista foi levado pelo chefe de Polícia a contatar o ministro da Guerra, e mesmo o Presidente, que lhe propôs (sendo aceita) uma ligação com algo que iria acontecer. Disto resultou, a 4 de novembro, uma passeata em forma militar



de 50 mil integralistas na Rua Guanabara, assistida pelo Presidente, pelo General José Pinto, chefe da Casa Militar; e pelo General Newton Cavalcanti, depois da qual aumentou substancialmente o alistamento integralista. Assisti aos dois eventos, a 15 de novembro, junto à estátua de Deodoro e no lançamento de um novo contratorpedeiro no Arsenal de Marinha, ambos repletos de braços erguidos.

Por fim chegara a hora. A 8 de novembro, os próceres governamentais, civis e militares reuniram-se para decidir o que fazer. Prevendo o que se aproximava, Armando Sales publicou um manifesto distribuído entre Rio e São Paulo, que acusava o Governo de pretender dar um golpe de Estado. Foi a única resistência. A 10 de novembro, pela manhã, o Congresso foi fechado pela cavalaria da Polícia Militar (não querendo o Exército se envolver) e publicou-se um longo manifesto do ministro da Guerra explicando as razões daquela modificação que iria trazer a paz pela qual o País ansiava. A nova Constituição de Francisco Campos foi adotada

por ordem da Presidência, e das eleições não mais se falou – e o Brasil mergulhou em oito anos de ditadura. O Plano Cohen desapareceu.

E nada aconteceu com seu imaginoso autor. Mas tudo indica que o Exército em geral teve conhecimento de seu papel, com o qual não concordando, Olympio só foi promovido daí em diante por antiguidade. Consegui ir para a Força Expedicionária Brasileira (FEB), mas só passou na Itália 30 dias, sem funções, sendo inclusive insultado publicamente por um oficial comunista, mas manteve-se na carreira. Absolvido por um Conselho de Justificação 18 anos depois, atingiu o Generalato de Divisão e foi a figura que iniciou, de Juiz de Fora, o Movimento de 1964.

O integralismo exultou com o Estado Novo. Não sei que tipo de promessas Plínio recebera de Getúlio, mas, pelo rádio (que eu ouvi), ele comunicava que seria o “condestável” do País (na esperança ingênua de que Getúlio aceitasse ser o Rei Vitor Emanuel II)! Desde a parada de 4 de novembro, o integra-



lismo, sentindo-se fortalecido, começou a se exibir em todo o Brasil, com desfiles, tambores batendo etc. Entretanto, Getúlio ou observou na parada ou foi devidamente informado de que a Ação Integralista, embora numerosa, e marchando com passo certo, não possuía estrutura militar nem treinamento, nem armas. Sua existência prestigiada só iria confundir a política do Estado Novo. A 3 de dezembro, um mês depois da apoteótica marcha, com um decreto proibiu sua existência, como a de todos os outros partidos. Ainda acenou com a possibilidade de o integralismo se transformar em movimento cultural, dando esperança a Plínio de ser o ministro de Educação, o que ele, Plínio, também informou pelo rádio. Mas nada disso aconteceu.

Plínio enviou a Getúlio uma carta mais queixosa do que indignada, e Newton Cavalcanti outra, dizendo-se não-integralista, mas que garantia a aceitação do movimento e passaria por mentiroso. Pedia demissão do comando da Brigada. Foi apenas punido.

A lembrança que se tem hoje da Ação Integralista é a de tratar-se de um nazismo nacional, com todos os desvios e males deste. Talvez até passasse a ser, se realmente conquistasse o poder,

que, como é sabido, traz sentimentos reformadores aos próprios líderes. Os movimentos totalitários sempre são dirigidos por elementos carismáticos, que impõem seus pontos de vista, suas ideias, suas rea-



O jornal O Globo noticia a fracassada tentativa dos integralistas



ções aos seguidores, que tudo aceitam, incorporando o entusiasmo e a vontade do líder.

No caso do integralismo, quando foi criado, em 1932, não apareceu, no momento nem depois, esse *duce*. Plínio era um pacato intelectual (excelente escritor de romances) que teve a ideia de substituir pelos estímulos de Deus, Pátria e Família um ambiente de descrença, de desordem política, revolucionário, com o comunismo como bandeira, que se refletia na vida da nação. Tal conceito é que atraiu seguidores e não os discursos do “chefe”. A camisa, os símbolos e a saudação repetiam o que estava em moda, mas nem o nazismo alemão nem o fascismo italiano haviam ainda mostrado a face negra.

O seu avanço na Marinha, e houve, e muito, explica-se. É esta um ambiente fechado, com todos, oficiais e praças, tendo tido o mesmo preparo básico, com ênfase em qualidades subjetivas, semelhantes a Deus, Pátria e Família, e que, com o integralismo, encontravam em sua vida política uma continuação do aprendizado na Escola

Naval ou nas escolas de aprendizes. O alistamento no integralismo, aliás, incluía elementos que se salientavam na Marinha e na sociedade. O que se pregava nos primeiros anos era o aperfeiçoamento moral, sem se ouvir, pelo menos na chamada Província do Mar, que envolvia a Marinha, pregação no sentido de se alcançar o poder, e muito menos de qualquer maneira. Esta tentativa Getúlio passou a Plínio.

Com o engano, ou traição, palavra que não é muito usada na política, os elementos mais radicais do integralismo derrotado ficaram irritados e começaram a conspirar, no sentido de vencer o Estado Novo. Em março fizeram uma tentativa, mas de maneira muito canhestra. A trapalhada foi tanta que a polícia descobriu tudo, fez algumas prisões, os possíveis chefes fugiram e nada se fez. A iniciativa de uma intentona pode ter sido obra dos que sobraram depois do decreto de 3 de dezembro, pois o grande alistamento, vindo com o Estado Novo, murchara bastante. Também a adesão de elementos liberais ou anti-getulistas praticamente dominou a



conspiração, de forma que a rigor não se pode chamar o movimento como simplesmente integralista.

Conforme rezava um rascunho do plano da ação revoltosa integralista encontrado, a ideia era a formação de diversos grupos que neutralizariam órgãos ou personagens em posições responsáveis, sendo a ação principal o ataque ao Palácio da Guanabara, onde o Presidente seria aprisionado e levado para um navio de guerra, atracado na ponte que existia no Flamengo. Assumiria o Governo uma junta de militares, e a notícia seria irradiada pelo Brasil. Plínio estava em São Paulo, mas a direção da conspiração coube a Otávio Mangabeira e a Euclides Figueiredo, embora internados em um hospital. Por indicação de Mangabeira, a chefia geral da intentona, que reuniria os grupos e comandaria todas as forças militares e civis, seria do General José Candido Pereira de Castro Junior, distinto oficial, liberal anti-getulista que tinha seu quartel-general na Avenida Niemeyer, 550. Belmiro Valverde, velho integralista, comandaria as ações, e ao Tenente Fournier, ex-ajudante de

ordens de Euclides Figueiredo, caberia o ataque ao Palácio Guanabara.

Foi escolhida para início das operações a madrugada de 11 de maio, porque seria quando o Tenente Fuzileiro Naval Barbosa Nascimento, integralista, comandaria a guarda de fuzileiros do Palácio da Guanabara. Este neutralizaria a guarda e abriria caminho para os elementos civis fardados de fuzileiros, que atuariam sob o comando de Fournier. Em parte isso aconteceu. A guarda foi trancada na sala dos sargentos e vigiada por um dos falsos fuzileiros, com uma metralhadora. Mas dos 80 atacantes esperados só chegaram 25, que se perderam entre às árvores do parque. O primeiro a reagir foi o ajudante de ordens da Marinha, Tenente Isaac Cunha. Depois foram trocados tiros entre o palácio e os atacantes.

Uma metralhadora manejada pelo Tenente Nascimento alvejava os portões para evitar entradas e saídas. Mesmo assim, entrou um carro com Benjamim Vargas e amigos e saiu outro para obter socorro. O te-



lefone público foi cortado, mas havia uma linha especial ligando o Palácio com os órgãos de defesa, que serviu para transmitir os pedidos de auxílio. Na porta principal do palácio, por onde seria o acesso dos atacantes, ficariam sucessivamente defensores armados. Mas nenhum agressor se aproximou. Não houve estímulo ou comando que os empurrasse. Muitos já se retiravam pelo morro nos fundos do palácio, inclusive os tenentes Nascimento e Fournier.

Enquanto isso, as diversas capturas previstas e ocupações de locais críticos eram tentadas, todas praticamente sem êxito. O ministro Eurico Dutra não foi encontrado onde o aguardavam para prendê-lo. Sabendo do ataque ao Guanabara, ele foi ao Forte do Leme e daí, com 12 homens, se dirigiu ao Palácio, atirando contra os atacantes que restavam. Chegando o socorro da Polícia Especial, e já havendo pouca ação, Dutra, com a notícia de tiroteio no Ministério da Marinha, usou a traseira de uma motocicleta para ir rapidamente ao Ministério da Guerra, de onde determinaria que um grupo

de obuseiros fosse combater a sede da Marinha, o que não foi preciso, porque o Ministério já estava sob o fogo de uma bateria de canhões de 75mm dos fuzileiros navais. Nos terrenos do Palácio, oito dos pseudofuzileiros foram encontrados mortos, diziam que fuzilados por Benjamim.

A desordem no comando da Intentona era completa. O General Castro Junior mandara suspender as operações quando verificou sua falta de preparo, mas não foi obedecido. As tentativas em terra nada realizaram, exceto a prisão do Coronel Canrobert, que foi levado em um automóvel, mas abandonado quando seus carcereiros julgaram-se perseguidos.

As ações da Marinha foram as seguintes, completadas conforme as tarefas que lhe cabiam mas sem resultados efetivos, porque nenhuma ligação havia nem entre elas, nem com as que iriam se realizar em terra, aliás todas falhando:

- A 1 hora da manhã, bateram à porta da casa do Almirante Castro e Silva, chefe do Estado-Maior da Ar-



mada. Sua esposa, olhando pela janela, disse serem quatro homens, visivelmente suspeitos. Como já havia boatos prevendo assaltos a autoridades, o almirante saiu pelos fundos da casa e, em automóvel dirigido por seu filho, foi se juntar ao ministro da Guerra e tomou conhecimento sobre o que se passava na Marinha, dando as devidas providências.

- O edifício do Ministério da Marinha, atual Edifício Tamandaré, havia sido ocupado por sargentos que aguardavam a chegada do Comandante Hasselman, um dos elementos mais radicais, que vinha pela rua carregando um embrulho com revólveres. Pela manhã, os oficiais, embarcados nos navios, tomavam as lanchas, que os levavam para bordo, no cais em frente ao Ministério. Foram detidos pelos sargentos e conduzidos para dentro do edifício, sendo-lhes dito que não estavam presos, seria apenas uma garantia segura em relação ao fogo cruzado com os canhões de terra. Hasselman, com a audácia que lhe era habitual, entrou pelo portão da guarda. Recebeu um tiro, não se

sabe se de um dos fuzileiros ou do oficial de serviço. Atingido na espinha, ficou semiparalítico. Carregado, mesmo deitado dirigiu a defesa. Foi preso, com grande sofrimento, recuperando-se mais tarde, chegando mesmo a ser diretor da Fazenda da Marinha. A bateria dos fuzileiros postou-se na Ilha das Cobras, em frente ao edifício, e martelou-o até ele se render.

O Cruzador *Rio Grande do Sul* foi abordado pelo seu ex- imediato, Nuno de Oliveira, e por quatro tenentes, não havendo reação, pois a guarnição era quase toda integralista. Ficaram aguardando os sinais na Praia do Flamengo informando que o Presidente estava pronto para embarcar, isto é, que houvera êxito no ataque ao Palácio. Como o sinal não apareceu, o navio cruzou a baía durante a noite, ouvindo pelo rádio as notícias negativas dos ataques, entregando-se na manhã seguinte. Os cinco oficiais foram expulsos da Marinha e passaram dois anos presos em Fernando de Noronha. Foram readmitidos em 1945, reformaram-se e não voltaram à Marinha.



A turma de guardas-marinha, que ainda estava na Escola Naval, na Ilha das Enxadas, e que já havia tentado revoltar-se em março, sem êxito, por se sentir isolada, em grande maioria tentou repetir a façanha. Desarmou a guarda de fuzileiros e ficou aguardando ordens, que não vieram. Foram, da mesma maneira, expulsos da Marinha. Voltaram em 1945. Alguns pediram reserva, outros continuaram a carreira, chegando mesmo ao almirantado.

Elementos da Aviação Naval, na época instalada na Base do Galeão, ocuparam a Central de Rádio da Marinha, na Ilha do Governador, e o depósito de munição em uma ilhota junto à Ilha de Brocoió, mas não tendo notícias, não sabendo o que se passava, abandonaram-nas.

Por fim, aquele que era considerado o chefe do integralismo na Marinha, o Capitão de Mar e Guerra Fernando Cochrane, submarinista muito prestigiado, mas que, pelas minhas lembranças, não me parece que tenha tido essa posição, reuniu uma meia dúzia de oficiais, que o seguiram pelo seu prestígio, não

lhés dizendo o que fariam, simplesmente afirmando que aguardavam a palavra do General Castro Junior, e ficaram na cidade à sua espera. Como ela não viesse, foram para casa.

A caça aos integralistas que se seguiu teve os mesmos aspectos da desenvolvida contra os comunistas. O inquérito na Marinha foi atribuído ao Capitão de Mar e Guerra Durval Teixeira, não-integralista, que cumpriu sua tarefa com seriedade, evitando que os marinheiros fossem submetidos aos processos contundentes da polícia.

Com a adesão ao Estado Novo, Plínio aceitando as promessas de ser feito o seu condestável (pelo menos disse que aceitara), o integralismo perdeu muito de sua força, pelo menos entre os que admiravam o alto nível moral e ideal que alardeava, e por isso a ele se haviam juntado. Com a derrota, o movimento, mostrando que era algo confuso, sem estrutura, também foi abandonado pelos que a ele aderiram por considerá-lo o caminho ao poder. Plínio, um ano depois dos acontecimentos de maio, foi preso (esteve oculto



nesse meio tempo) e exilado. Escreveu longa carta ao General Dutra, pedindo-lhe que protegesse os integralistas, pelo bem que haviam feito. Os próceres não sofreram muito. Houve prisões dos elementos mais radicais, mas, embora alguns tenham depois tentado transformar a Ação Integralista em um Centro de Cultura, na realidade o movimento desapareceu.

Elemento que se salientou, criando um problema diplomático, foi o Tenente Fournier, considerado o maior dos culpados, porque sua tarefa envolvera uma ameaça pessoal ao Presidente e a sua família, que poderia ir até o homicídio. Esteve escondido algum tempo, mas, de repente, irrompeu na embaixada italiana pedindo asilo. O embaixador concedeu, sendo por isso duramente recriminado pelo Governo italiano e pressionado pelo Governo brasileiro para entregar Fournier, pois não era ele considerado fugitivo político. E pior: o carro que o levou para a embaixada pertencia ao Capitão Manoel Aranha, irmão do nosso chanceler, que, considerando

o fato como responsabilidade de família, pediu demissão, com o que perturbou o arcabouço governamental, por ser Oswaldo Aranha a pessoa de maior confiança de Getúlio. Em carta muito amiga, a demissão foi recusada.

Resolvendo este último problema, foi enviado à embaixada um coronel propondo a saída de Fournier, aparentemente por vontade própria, podendo este decidir se queria ir para a polícia ou ser prisioneiro do Exército. O debate foi longo, só terminando com a intervenção do pai de Fournier, oficial reformado, que o fez aceitar sair da embaixada e ir para a prisão do Exército. Como já estava com tuberculose adiantada, em pouco faleceu.

Em 1945, a anistia fez com que os integralistas ainda presos fossem soltos, e os expulsos das Forças Armadas, readmitidos. Góes Monteiro, da mesma maneira como cooperou para criar o Estado Novo, liderou seu fim e a saída de Getúlio, confirmando ser exímio em intrigas políticas.

A campanha da Guiana: Caiena tomada aos franceses^a

Cláudio Skora Rosty^b

Resumo: Como represália à invasão de Portugal pelas tropas de Napoleão Bonaparte, o príncipe-regente D. João VI decidiu enviar uma expedição militar para ocupar a Guiana, território francês ao norte do Brasil. O presente artigo tem por objetivos: apresentar na ordem cronológica os acontecimentos que levaram o D. João a enviar uma expedição militar para conquistar a capital da Guiana Francesa; conhecer os combates em terra e no mar, que caracterizaram o batismo de fogo do Corpo de Fuzileiros Navais; e identificar as contribuições que a ocupação de Caiena trouxe para o Brasil.

Palavras-chave: Guiana Francesa, Política externa joanina.

Ao participar, na qualidade de membro do IGHMB e da DPHCEX, no Seminário Comemorativo do Bicentenário da Tomada de Caiena quero apresentar uma das repercussões pouco conhecida da era napoleônica no Brasil, decorrente do Bloqueio Continental e da invasão de Portugal por Junot, em 1807,

ocasionando a transferência da Família Real portuguesa para o Brasil. Essa vinda do governo e da corte portuguesa ao Rio de Janeiro foi sem dúvida importante para que o país declarasse sua independência em 1822. Alcançou o patamar de

^a Conferência realizada no Seminário Comemorativo do Bicentenário da Tomada de Caiena, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

^b Coronel de Infantaria. Sócio do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



Estado, com sua elevação a categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves (1815).

Das muitas outras repercussões destacamos a invasão da Guiana Francesa em 1809, o primeiro ato militar da política externa de D. João e que se constituiu no batismo de fogo do Corpo de Fuzileiros Navais, com o emprego de tropas anglo-luso-brasileiras e sua ocupação por mais de oito anos de Caiena.

Esta comunicação tem por objetivos: apresentar na ordem cronológica os acontecimentos que levaram o Príncipe Regente D. João a enviar uma expedição militar para conquistar a capital da Guiana Francesa; conhecer os combates em terra e no mar, que caracterizaram o batismo de fogo do Corpo de Fuzileiros Navais; e identificar as contribuições que a ocupação de Caiena trouxe para o Brasil.

A Região das Guianas era constantemente disputada por ingleses, holandeses e franceses. Com a União Ibérica (1580–1640) a defesa dos domínios espanhóis na parte norte do continente sul-americano ficou a cargo dos portugueses, que

se fixaram ao longo do rio Amazonas. Com o fim da união entre as duas Coroas, a América portuguesa viu-se além dos limites de Tordesilhas. Foi neste período, que se formou o núcleo original da primeira colônia gaulesa às margens do Rio Sinamari, e, em 1634, foi transferida para Caiena.

Diante dos choques de interesses, Portugal e França optaram por uma negociação em 1652 e estabeleceram um tratado provisório assinado em 4 de março de 1700. Porém, o limite no rio Oiapoque só foi definido pelo Tratado de Utrecht, de 11 de abril de 1713.

Após a chegada do Príncipe Regente ao poder, várias foram as tentativas de acordo sem sucesso, como o de Paris de 1797, que não foi ratificado por Portugal pelo fato de ir contra os seus interesses, e o de Amiens, de 1802, que excluiu o país ibérico das negociações, logo o não reconhecimento do tratado¹.

O contencioso disputado pela França e por Portugal durou quase dois séculos, referia-se a posse do território compreendido entre o Rio



Oiapoque, ao norte, e o rio Amazonas, ao sul, que hoje forma o Estado brasileiro do Amapá. A importância da área disputada se deve ao fato de que o Cabo Norte, entre Belém e Caiena, marcava o limite da foz do Amazonas: quem se instalasse ao sul desse ponto, em qualquer lugar entre o Rio Araguari e a cidade de Macapá, teria garantido o direito de navegar no Rio Amazonas e chegar até o Peru².

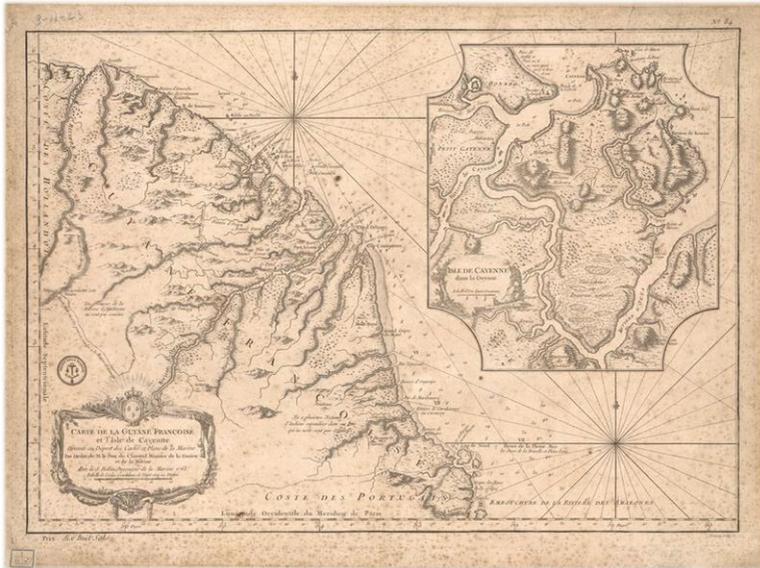
A ideia principal do Príncipe Regente ao chegar no Brasil era conduzir uma operação local, organizada e financiada pelo governador do Grão-Pará. Aproximadamente 800 Km separavam Belém de Caiena, compreendendo as seguintes localidades: Cidade de Chaves, Ilha Caviana, Cabo Norte, Ilha de Maracá, Rios Calçoene, Cunani, Cacioporé, Oiapoque, Cabo Orange, Rio Arouague, Rio Mahury (Fortes Diamante, Degras des Cannes e Triô) e Caiena. Cidade de Caiena hoje.

D. João desembarcou em 8 de março no Rio de Janeiro e, a 10 de junho de 1808, declarou guerra aos franceses, autorizando os lusobrasileiros a fazerem guerra, por

terra e mar, o que anulou os tratados anteriores entre os dois países e ordenou a conquista de Caiena como represália à França pela invasão de Portugal; para evitar que os franceses mantivessem uma base de apoio na América, que já era utilizada pelos corsários franceses; para fixar definitivamente no Rio Oiapoque os limites norte do Brasil, a fim de manter a posse do rio Amazonas e para buscar suas especiarias.

CONCENTRAÇÃO ESTRATÉGICA

Ao Capitão-General e Governador do Grão-Pará José Narciso Magalhães de Menezes coube organizar a operação bélica para conquistar a Guiana Francesa. Ele constituiu o núcleo da força expedicionária com duas companhias de grana-deiros e duas companhias de caçadores do 1º e 3º Regimentos de Linha (Estremoz) e uma bateria de artilharia com três peças de seis polegadas.



Carta da Guiana Francesa do final do século XVIII

O tenente-coronel Manuel Marques D’Elvas Portugal foi designado comandante dessa tropa com cerca de 450 homens. Esta força organizada no Belém do Pará seguiu em 8 de outubro para a cidade de Chaves, constituindo o grupamento de vanguarda. Em Chaves, antes de prosseguir viagem, para a Ilha de Caviana, foi reforçada com um contingente de colonos e indígenas. De

Caviana seguiu para a foz do Araguari. Dobrou o Cabo Norte, atingiu o Rio Cunani e estacionou em Cacioporé à espera de reforços.

A 3 de outubro, aportou em Belém a escuna HMS *Confiance*, navio de guerra inglês, da esquadra do almirante Sidney Smith, comandada pelo seu sobrinho, capitão James Lucas Yeo. O Governador Narciso enviou reforços para Marques de 350 soldados do Regimento de



Estremoz, comandados pelo Major Palmeirim. Narciso esperava, ainda, a chegada de dois navios de guerra portugueses com 18 canhões cada um, comandados por Luís da Cunha Moreira. Esses navios, que traziam do Rio de Janeiro uma tropa de fuzileiros-marinheiros, partiram de Belém a 22 de outubro, integrando a esquadra de James Lucas. Em 29 de novembro, os fuzileiros-marinheiros chegaram ao ponto de encontro, foz do Rio Caciporé, onde a flotilha de Marques os esperava. A força expedicionária, agora completa, dobrou o Cabo Orange, indo ancorar na foz do Oiapoque. Eram, ao todo, 800 soldados e 300 fuzileiros navais, embarcados para o combate.

Em Caiena, o comissário do imperador Napoleão na Guiana, Victor Hugues, contava para a defesa, com apenas 511 militares profissionais, 200 milicianos e uma centena de escravos armados. Ao todo, em torno de 900 homens.

A CONQUISTA DE CAIENA

a. Oiapoque

(1º a 13 de dezembro de 1808)

O Rio Oiapoque materializava a fronteira que os portugueses queriam restaurar. A frota anglo-luso-brasileira chegou à sua foz a 1º de dezembro, quando James Lucas e Marques se conheceram e este ficou sabendo que o inglês comandava a força naval, portanto, em igualdade de condições com ele. Nessa ocasião, Marques recebeu do Governador Narciso, por intermédio do major Palmeirim a sugestão de libertar os escravos da Guiana e incorporá-los à sua tropa e que a tomada de Caiena era o objetivo final da operação.

O desembarque no Oiapoque ocorreu entre 4 e 7 de dezembro, sem encontrar resistência. Os portugueses se instalaram na margem direita do rio defronte do local chamado Ponta do Vigia, de onde, no dia 5, Marques enviou o manifesto do governador do Pará endereçado a Hugues, proclamando a soberania dos portugueses sobre a margem di-



reita do rio Oiapoque. Em 9 de dezembro, os portugueses tomaram posse, solenemente, com saudações à bandeira, salvas de artilharia e missa campal. No dia 13 de dezembro, a tropa ocupou também, a margem oposta do Oiapoque.

b. Arouague
(14 de dezembro 1808 a 5 de janeiro de 1809)

A 14 de dezembro, Lucas deixou o Oiapoque, rumou com a sua frota para o Arouague, desembarcando com 30 ingleses e 20 fuzileiros comandados por Cunha Moreira. Esta foi a primeira ação de combate dos fuzileiros navais do Brasil, cujo bicentenário a Marinha comemorou este ano na ilha das Cobras. Saliente-se que o bravo Cunha Moreira, que viria a ser o 1º ministro da Marinha do Brasil independente, homenageado com a medalha comemorativa pelo seu bicentenário de nascimento. E, no combate, foi ferido no rosto por uma cutelada de sabre. Marques, partiu para o Arouague, aonde chegou a 23 de dezembro. O dispositivo francês de

defesa em 28 de dezembro estava mais ou menos instalado.

No dia 30 de dezembro, o comissário Hugues enviou uma carta ao ministro francês, por intermédio do brigade *Joséphine* carregado de açúcar, algodão e especiarias, solicitando apoio, pelo fato de ter que enfrentar com somente 800, efetivo inimigo que ele calculava em 1300 a 1400 homens.

c. No Mahury
(6 a 9 de janeiro de 1809)

Na manhã do dia 6 de janeiro, a esquadra aliada deixou o Rio Arouague e concentrou suas forças de ocupação próximo da ilha de La Mére. O início do desembarque foi comandado por Lucas. A força expedicionária ocupou uma pequena enseada situada na margem esquerda do Mahury, entre as baterias francesas do Diamante e do Degras des Cannes.

Lucas atacou Diamante e enviou o contingente português para atacar o Degras, após Diamante conquistado e ocupado por Marques, Lucas Yeo seguiu para Triô, passando por Degras. O Triô caiu por volta das 18



horas por falta de munição, e seu comandante recuou até Caiena com suas tropas. Marques atravessou o rio com uma centena de luso brasileiros, apoiado por Savory, desencadeando o combate mais sangrento da campanha.

Na noite do dia 7 para o dia 8, as tropas francesas se retiraram para Caiena e Lucas incendiou plantações e destruiu a bela propriedade de Hugues, para esconder os saques vultuosos que fez, e no dia 9 as tropas conquistadoras seguiram para a capital.

O fato é que, vencido em combate³ e cercado em Caiena, porém ainda dispendo de força para resistir, Hugues convocou seus auxiliares imediatos na manhã de 10 de janeiro e comunicou-lhes que recebera um abaixo-assinado dos moradores pedindo-lhe para capitular (ele havia estimulado a elaboração desse documento). O argumento para cessar a luta era que os atacantes estavam saqueando e incendiando as propriedades, em particular os comandados do capitão inglês.

A petição dos habitantes de Caiena, exigindo que Hugues se rendesse, chegou às suas mãos na manhã do dia 12, assinada por uma dúzia de civis. Na tarde do mesmo dia, foi assinada a rendição em três línguas, atribuindo a vitória ao “Exército do Pará”. A carta de capitulação continha um preâmbulo e 16 cláusulas. Mas, a mais chocante era a cláusula 11^a que mantinha o Código Napoleônico em vigor até a assinatura do tratado de paz entre França e Portugal.

d. Rendição

A Guiana Francesa foi conquistada pelos luso brasileiros com o apoio britânico e ficou sendo exclusivamente portuguesa. O ato da rendição ocorreu em 14 de janeiro de 1809, na Praça do Governo em Caiena, com a entrega de mais de 500 fuzis e duas bandeiras francesas.

A rendição foi concluída quando 593 soldados de Napoleão, foram escoltados até os navios, que lhes serviram de prisão até serem encaminhados de volta à França.



Marques, já como governador provisório, nomeou como seu secretário um cidadão suíço residente em Caiena, Siegert, que serviu lealmente aos portugueses durante vários anos. Nomeou também, uma junta de civis, fazendeiros e comerciantes, quase todos inimigos de Hugues para administrar a nova posse portuguesa.

Cuidou dos aspectos militares da ocupação, sendo auxiliado por seu adjunto, o major Palmeirim, que organizou o acantonamento das tropas, a instalação de postos de segurança nos diversos pontos da colônia, a internação dos doentes no hospital de Caiena e expediu um edital de intimação, em 16 de janeiro, para que todos voltassem a trabalhar em suas fazendas.

O brigue *Infante D. Pedro* zarpou no dia 3 de março, levando a bordo o chefe francês deposto Hugues e chegou em Morlaix em 20 de abril de 1809. Os 325 franceses vencidos zarparam a 15 de abril de 1809, e chegaram no começo de junho ao porto de La Rochelle. Em 15 de março, Lucas seguiu para o Rio

de Janeiro, para se juntar às tropas navais britânicas lá estacionadas.

Embora o termo de posse da Guiana pelos portugueses tenha sido assinado em 14 de janeiro de 1809, ela jamais foi declarada oficialmente como parte integrante do território brasileiro, até 21 de novembro de 1817, quando foi devolvida à França.

ADMINISTRAÇÃO PORTUGUESA DE CAIENA

a. O governo provisório de Marques (janeiro a outubro de 1809)

Marques agora livre de Victor Hugues (deportado), o vencido insuportável, e de James Yeo, o aliado incômodo, passou então a se preocupar com a retomada das atividades rurais da Guiana Portuguesa. Alguns dias após a vitória chegou, por intermédio de Narciso, o tão prometido reforço, “a terceira expedição”, e com ela veio instruções precisas do poder central e sua recém nomeação a general e a confirmação no posto de governador.



Naquele momento dispunha apenas de cerca de 1.300 homens para manter a defesa da Guiana conquistada. Distribuiu tropas para ocupar postos nos principais pontos fortes do litoral, reconstruiu as fortificações e reforçou sua artilharia, instalando um eficiente sistema de vigia e alerta.

O novo general se pôs a trabalhar na “Descrição da Guiana Francesa”, informações preciosas sobre a Guiana para o governo central do Rio de Janeiro (Geografia, população e produção agrícola).

A nova administração se ocupou com os direitos de ancoragem, importação e exportação; a *capitação*, principal imposto foi conservada com a mesma taxa anterior; foi estipulado um câmbio favorável aos guianenses e assegurada a liberdade de comércio aos negociantes de Caiena, que há anos foram estrangulados pelo bloqueio inglês. Agora eles poderiam frequentar todos os portos do Brasil e até mesmo os das Antilhas britânicas, confirmando que a gestão portuguesa seria liberal, amigável e favorável aos colonos de Caiena.

Defender a colônia, sustentar sua economia, favorecer as atividades agrícolas, manter a calma e a harmonia – essas foram, então, as instruções recebidas por Marques. Mas também, sobretudo, colocar as mãos na única e maior riqueza da Guiana Francesa: as especiarias espalhadas por várias fazendas, principalmente na “La Gabrielle”⁴.

A falta de víveres era intensa e crítica. O comissário da expedição⁵, encarregado da intendência, comprava a preço alto e a crédito tudo o que os navios americanos traziam a Caiena, mas os soldados detestavam a comida da caserna que lhes era oferecida, detestavam o peixe do Norte e a farinha de trigo. Queriam mandioca, que Marques mandou plantar por toda parte.

A situação sanitária da tropa era terrível. A malária, que havia atacado os homens desde o início das operações, não abrandou após a vitória. Durante o ano de 1809, o pequeno hospital militar de Caiena teve de abrigar em caráter permanente cerca de duzentos militares doentes.



Entre 1812 e 1816, a guarnição, que contava com 940 homens no início do período, perdeu 130 por morte e 118 repatriados por doença (bem como 69 desertores). Nessas condições, pode-se imaginar o desespero reinante nas casernas da Guiana, desfechando no incidente de 9 de junho de 1809, quando a tropa muito agitada, se reuniu diante do palácio do governador sem que tivesse sido convocada. O coronel Palmeirim⁶, segundo no comando da guarnição, conseguiu acalmar um pouco os ânimos, mandou chamar Marques e o admoestou duramente diante da tropa. A situação tornou-se insustentável para Marques, que solicitou seu retorno ao Pará por razões de saúde.

b. O Governo de Alexandrino (outubro de 1809 a fevereiro de 1812)

O governador Narciso do Pará escolheu um coronel da Engenharia chamado Pedro Alexandrino Pinto de Souza⁷ para substituir Marques à frente do governo da Guiana. Seduzido por alguns oficiais da guarnição, deixou que se formasse em

torno de si uma espécie de corte de favoritos, que se dedicavam a toda espécie de tráfico de influência; facções que se formavam e se destruíam mutuamente.

Duas personalidades enérgicas assumiram a liderança, afastando Alexandrino da organização da tropa e da gestão administrativa: o tenente-coronel Francisco Rodrigues Barata⁸ fora nomeado para substituir Palmeirim à frente da guarnição. Ele chegou a Caiena em agosto de 1810, cercado do prestígio conquistado em uma brilhante carreira. Teve dificuldades de colocar ordem na guarnição devido os costumes militares em vigor. Naquela época, entre os portugueses, cada regimento tinha seu próprio regulamento, de sorte que, não se podiam modificar estruturas e missões sem recorrer aos coronéis comandantes das unidades em questão, os quais, em seus quartéis de Belém, consideravam-se oficiais do regimento e senhores exclusivos dos soldados, onde quer que estes se encontrassem. A outra personalidade recém-chegada à colônia foi o ju-



rista chamado João Severiano Maciel da Costa⁹. Sua missão era dupla: primeiramente, deveria supervisionar o funcionamento da justiça e da polícia, uma questão que se tornara delicada para os portugueses, devido ao artigo da capitulação que previa a manutenção do código napoleônico no território. Em segundo lugar, deveria organizar as finanças da colônia, tendo como missão explícita fazer com que ela nada custasse ao tesouro. Denunciou ainda outros desmandos financeiros, como a importante dívida com os fornecedores norte-americanos de produtos alimentares para a guarnição.

Maciel retomou o controle da situação durante o primeiro semestre de 1810. Em 6 de fevereiro decretou a necessidade de passaporte para todos os viajantes e implantou a censura da correspondência. No dia 7 de março impressionado com o nível de consumo de rum, transformou a bebida em monopólio, revertendo o lucro para o governo. Em abril, reorganizou a alfândega e a justiça, assumindo pessoalmente as atribuições de juiz de uma corte de

cassação. Finalmente, em julho, dissolveu a junta provisória que havia sido formada por Marques. Maciel instituiu um estado liberal, simples e eficaz, bem diferente da administração colonial francesa, inchada e pretoria.

O suíço Siegert, que havia trabalhado para Marques, continuou a serviço de Maciel até o fim, era inestimável auxiliar, aparentemente íntegro, cujas revisões e balanços certamente deixavam maravilhados os financistas da capital.

O Governador Narciso Magalhães de Menezes faleceu em Belém em dezembro de 1810. E uma junta provisória o substituiu composta pelo bispo, pelo juiz de mais alto posto da província e pelos chefes militares das principais unidades ali existentes.

Marques que se encontrava em Belém foi nomeado para compor também a junta, o qual assistiu impotente às eternas disputas entre o prelado e o juiz, que deixavam a junta inoperante e o Pará à deriva. A atonia da junta não passou despercebida em Caiena, onde também



ocorriam violentos conflitos entre Alexandrino e o coronel Barata.

Na noite do dia 5 de março de 1811, os rebeldes deixaram, efetivamente, os quartéis. Formaram várias colunas, uma das quais marchou em direção à praça principal, armada com lanças, sabres e facas, já que nunca lhes era dada nenhuma munição. O coronel Barata mandou colocar dois canhões em posição de tiro e formou em pelotão com as unidades leais e com todos os oficiais, atirando contra os revoltosos.

O motim em Caiena causou muita preocupação às autoridades de Belém e do Rio, sem, contudo, levá-los a tomar qualquer medida concreta. O vigor da repressão foi suficiente para manter a ordem na tropa até o final da ocupação. Entretanto, a incompetência de Alexandrino era evidente, assim como a capacidade de Maciel. O primeiro foi chamado de volta, e o segundo foi encarregado de conduzir os assuntos civis, tendo sido criado um posto de governador militar, exclusivamente para cuidar da defesa e da guarnição, para o qual Marques foi nomeado em junho. Ele encerrou

seu mandato anual na junta de governo e voltou a Caiena em fevereiro de 1812.

c. O Governo de Maciel (fevereiro de 1812 a novembro de 1817)

Não se conhece nenhum decreto oficial que estabelecesse os poderes de Maciel, ele nunca foi realmente “governador” da Guiana, mas sua personalidade forte e as limitações do cargo de Marques, estritamente militar, fizeram-no, de fato, a principal autoridade da colônia. Ele já vinha atuando há dois anos e suas medidas começavam a dar frutos: a Guiana se desenvolvia. Isso fica evidente quando se observa os balanços feitos por Siegert ou o ensaio estatístico de Moreau de Jonnés. Antes da conquista, a Guiana Francesa importava mercadorias no valor de cerca de 1.500.000 francos e exportava 1.300.000. Nos anos 1812, 1814 e 1815, para os quais existem dados brasileiros disponíveis, as importações (subsistência) se mantiveram mais ou menos no mesmo nível, enquanto as exportações aumentaram sensivelmente, atingindo 2.300.000 em 1815. As



mercadorias exportadas eram, sobretudo, o algodão, o urucum e o cravo-da-índia. Os portos franceses foram inacessíveis até 1815, mas a demanda do Brasil e das Antilhas britânicas, agora abertas e estimuladas ao comércio, mais do que compensou esse déficit. Entre cem e duzentos escravos ingressavam, a cada ano, na colônia, onde seu número total permanecia mais ou menos estável.

O destino incerto da colônia não justificava nenhum investimento

português nesse sentido. O que ficou durante os combates conhecido como sequestro foi, portanto, instituído em março de 1812, onde vinte e nove propriedades, avaliadas no total em dois milhões e meio de francos, foram atingidas. Uma delas era a fazenda chamada de Quartel-General, de propriedade de Victor Hugues, a mesma que Yeo havia incendiado. Essas propriedades empregavam, ao todo, dois mil escravos, cifra que permite supor que representavam cerca de um quinto de



O combate em Aprouague assinalou o batismo de fogo dos Fuzileiros Navais brasileiros.



toda a produção da Guiana. Os intendentess dessas fazendas foram convidados a entregar suas contas e seus lucros ao governo, que invocou para si o direito de demiti-los e de substituí-los.

Marques mantinha sua guarnição sob controle, assistido por um comandante de armas competente, José Pedro Dias Azedo. A guerra entre os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, em 1812, lhe deu a oportunidade de desmentir brilhantemente a fraqueza que lhe fora atribuída.

O comandante de um brigue inglês, o *Mosquito*, ancorado em Caiena, havia capturado injustamente duas escunas suecas – portanto neutras – que ele suspeitara fossem de fato americanas. Marques o repreendeu duramente e o expulsou do porto. O brigue, confiando na força de sua bandeira, voltou alguns dias mais tarde. Para surpresa geral, Marques o recebeu com tiros de canhão, rechaçando-o definitivamente, e depois se queixou junto a Londres. Ao que parece, o Comandante Tomkinson recebeu uma advertência do Conselho de Guerra.

Mais tarde, em 28 de agosto de 1809, o ministro da Guerra enviou a Narciso instruções diferentes sobre a gestão da Guiana. Sua principal preocupação, o transplante das especiarias para o Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

O túmulo de Narciso continua lá, na Igreja das Mercês em Belém. A pedra tumular exhibe a lista de suas condecorações e seu título, único na história dos governadores do Pará: “Governador da Capitania do Grão Pará, Rio Negro, e Caiena”.

O JULGAMENTO DE VICTOR HUGUES

Napoleão, ao ser informado sobre a queda de Caiena, mandou abriar um inquérito contra Victor Hugues para averiguar se ele havia empregado todos os meios ao seu alcance para defender a colônia, ou se ele se rendera a uma pequena tropa apenas para proteger suas fazendas e sua fortuna. Em 27 de abril de 1809, Hugues escreveu ao ministro sobre os motivos da rendição¹⁰.



O imperador, em 20 de dezembro, determinou que Hugues fosse encarcerado na prisão da Abadia, em Paris, e levado à Corte Marcial¹¹. Foi absolvido em 10 de julho de 1810, fruto de duas recomendações enfáticas em seu favor: uma teria vinda do Rei da Vestefália, Jerônimo Bonaparte (irmão de Napoleão), que o conhecera na Guiana; e a outra, de Talleyrand, Príncipe de Benevente. Victor Hugues ficou livre, além de ter limpadado completamente seu nome voltou a Caiena após a saída portuguesa.

A DEVOLUÇÃO DE CAIENA

Com a queda de Napoleão foi realizado a partilha da Europa, por meio do Congresso de Viena, que se reuniu de novembro de 1814 a junho de 1815, e, com o Tratado de Paris entre a França e a Inglaterra e a ação do Conde de Funchal, ficou estabelecido a devolução de Caiena aos franceses.

Em 28 de agosto de 1817, a convenção de restituição definiu que a devolução seria até o Rio Oiapoque que sua embocadura estava entre o

4º e o 5º grau de latitude setentrional até o 32º grau de longitude a Este da Ilha Fer e dele seguindo pelo paralelo de 2º 24' de latitude setentrional até a fronteira com a Guiana Holandesa (atual Suriname).

No dia 8 de setembro de 1817 o tenente-coronel Manuel Marques e o Conde de Carra Saint-Cyr presenciaram a devolução de Caiena. Consta que o governo francês teria ficado impressionado com a tristeza dos colonos franceses ante a mudança de governo.¹²

Em 21 de novembro de 1817 oficialmente, os portugueses concluíram a devolução de Caiena aos franceses, estabelecendo-se o limite entre os dois países o corte do rio Oiapoque que vigora até hoje.

Defender a posse, sustentar sua economia, favorecer as atividades agrícolas, manter a ordem e a harmonia foram as maiores preocupações dos administradores; Marques, Alexandrino e Maciel. Bem como, cuidar das mudas das especiarias espalhadas por várias fazendas, principalmente da “La Gabrielle”.



As questões de limites entre a França e o Brasil, não foram resolvidas no Império e na Primeira República, ainda ocorreram conflitos, como a invasão francesa no Amapá em 1895, repelida pela tropa de Francisco Xavier da Veiga Cabral (Cabralzinho). Em 1897, o Brasil submeteu à Comissão de Arbitragem, em Genebra, a pendência franco-brasileira sobre o limite no Oiapoque. A posição brasileira foi defendida por Rio Branco, e o presidente da Confederação Helvética expediu, a 1º de maio de 1900, o laudo arbitral favorável ao nosso país. Ficava, assim, juridicamente assentada a posse pelo Brasil do território que hoje constitui o Estado do Amapá. Além do seu valor estratégico, é rico em minérios, particularmente manganês, para cuja exploração construiu-se uma ferrovia e um porto. A fixação da fronteira no Oiapoque livrou-nos de conflitos que poderiam ocorrer, caso o delta do Amazonas viesse a ser partilhado com outras potências.

CONTRIBUIÇÕES DA TOMADA DE CAIENA PARA O BRASIL

a. Políticas

A maior contribuição da Tomada de Caiena para o Brasil foi garantir posse do estuário do Rio Amazonas e da livre navegação até os Andes, garantindo a preservação da integridade da parte norte do território brasileiro.

Como prêmio, D. João mandou cunhar uma medalha comemorativa da Tomada de Caiena, cujo exemplar se encontra no museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e no pátio do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro encontra-se um canhão apreendido nos combates de Caiena no ano de 1809.

b. Econômicas

A maior contribuição econômica para o Brasil foi dada pela fazenda de aclimatação “La Gabrielle”, que fomentou o Horto Botânico do Pará, criado em 1796, por meio de remessas de mudas de plantas exóticas (especiarias), que possuíam um alto valor no mercado internacional, que



antes eram feitas na clandestinidade.

A cana caiana, a noz-moscada, a romã, a palmeira imperial ou real, o cravo-da-índia, a fruta-pão, a fruta do conde, e há indícios de que até a carambola foram introduzidas no Brasil, por intermédio de Caiena. Também vieram as primeiras mudas de café (século XVIII).

Ao total, foram enviadas 82 espécies acompanhadas de instruções para o seu plantio. Com a criação do Horto Real (1808), no Rio de Janeiro¹³, e do Horto do Recife e Olinda (1811), consolidou-se a rota de remessas de plantas exóticas de Caiena para o Pará, e de lá para os demais hortos do Brasil. Entretanto, atualmente, o traço mais significativo deixado pela empreitada luso-brasileira em Caiena, está nas vastas plantações de cana-de-açúcar no Brasil, tornando-se o primeiro produtor mundial de açúcar e de combustível não poluente (álcool). A variedade predominante veio originalmente do Haiti, passando pela Guiana e perpetuando-se no nordeste brasileiro como “Cana Caiana”.

c. Militares

1) Criação do Corpo de Fuzileiros Navais

No Combate em Aprouague ocorreu o batismo de fogo dos Fuzileiros Navais. A campanha em Caiena evidenciou que os componentes da tropa luso-brasileira possuíam um diferencial: a vocação anfíbia. Eram destemidos combatentes que realizaram a primeira operação combinada na Amazônia.

A Banda Marcial dos Fuzileiros Navais com seus uniformes históricos, em suas apresentações públicas referenciam a epopeia da tomada de Caiena.

2) Criação da 2ª/32º Grupo de Artilharia de Campanha (Bateria Caiena)

Em 1987, o Ministério do Exército, por intermédio do seu Centro de Documentação, preencheu uma lacuna, atribuindo a denominação histórica de “*Bateria Caiena*” à 2ª Bateria do 32º Grupo de Artilharia de Campanha. Hoje sediada em



Brasília e participando com seu uniforme de época das solenidades de troca de guarda do Pavilhão Nacional, executando tiros de salva de gala.

Finalmente, a tomada de Caiena permitiu a conquista, a ocupação e a consolidação do território brasileiro na Amazônia.

BIBLIOGRAFIA

JORGE, A. G. de Araújo. *Rio Branco e as fronteiras do Brasil*. São Paulo: 1959.

SOUBLIN, Jean. *Cayenne 1809*. Paris: Éditions Karthale, 2003.

¹ JORGE, A. G. de Araújo. *Rio Branco e as fronteiras do Brasil*. São Paulo: 1959.

² SOUBLIN, Jean. *Cayenne 1809*. Paris: Éditions Karthale, 2003.

³ Nesses combates Yeo contou 24 mortos ou feridos entre os ingleses, um morto e 8 feridos portugueses. Hugues contabilizou 26 mortos e 51 feridos. Cerca de trinta fazendas foram queimadas em 9 de janeiro e os escravos libertos por vingança saquearam fazendas e destruíram as plantações.

⁴ “La Gabrielle” belíssima fazenda dotada das melhores terras da Guiana, era protegida dos piratas predadores por uma colina encimada por uma imensa paineira. Os sucessivos governantes vinham cultivando, há trinta anos, um verdadeiro tesouro em noz moscada e cravo-da-índia. Eles haviam feito todos os esforços possíveis, investido fortunas e haviam esperado ansio-

samente pelos resultados, nem sempre satisfatórios. Victor Hugues chegou a dedicar à fazenda um dos artigos de sua rendição: os vencedores não tocariam um dedo na “Gabrielle”, ela era preciosa demais. Os vitoriosos a avaliaram em 180 mil libras esterlinas, ou seja, mais de quatro milhões de francos de ouro. Yeo queria sua parte, na condição de comandante aliado: pediu 75 mil libras aos portugueses, que fizeram ouvidos de mercador.

⁵ Antonio Pereira de Carvalho.

⁶ Palmeirim era um oficial competente. Rigoroso, não aprovava a fraqueza de seu superior e compartilhava do julgamento de Vatar sobre o governador, demasiadamente francófilo em sua opinião. Ele já havia pedido transferência, devido a conflitos pessoais com seu chefe, mas esta lhe havia sido recusada. Palmeirim tinha muitos adeptos: ainda ficou dois anos na Guiana antes



de voltar ao Pará, onde recebeu o comando de um regimento, sendo promovido a general em 1818. Opositor da independência do Brasil, voltou a Portugal em 1822 e lá faleceu em 1833.

⁷ Alexandrino Pinto de Souza por muito tempo, ele havia trabalhado na marcação das fronteiras no Rio Negro, depois em Macapá; são seus alguns mapas da foz do Amazonas. As correspondências da época traçam-lhe um perfil conflitante. “Um homem de bem, honesto e desinteressado”, mas um engenheiro que ficava mais à vontade com seus teodolitos do que em contato com a tropa, “um septuagenário alquebrado pela idade, que nada sabia de disciplina militar”. E, para completar, um funcionário em fim de carreira, que ficou de cabeça virada com essa nomeação inesperada e o mísero poder de um governador colonial.

⁸ Em 1798, uma missão incomum lhe havia sido confiada. Tratava-se de fazer contato, em nome da corte portuguesa, com uma colônia de marranos estabelecida, há mais de um século, na foz do Rio Essequibo, no local aproximado onde hoje se encontra a cidade de Georgetown. Daí, uma portagem de alguns quilômetros permitia passar ao Essequibo e então bastava descê-lo até o mar. Barata levou cerca de dois anos para fazer o trajeto de ida e volta em

uma piroga, acompanhado de um punhado de índios. Seu relato escrito da empreitada tornou-se uma importante fonte sobre a história das regiões que ele atravessou. Voltou então a Portugal, onde combateu os franceses em 1808 e 1809 e de onde foi chamado para assumir o posto em Caiena.

⁹ João Severiano Maciel da Costa, brasileiro de nascimento, natural de Minas Gerais, ele havia completado seus estudos em Coimbra e trabalhado como magistrado em Portugal antes de ser nomeado juiz da Corte de Apelação da província brasileira da Paraíba. Era apaixonado por Economia e falava francês, qualidades que o levaram a ser escolhido, em junho de 1809, Intendente Geral de Polícia da Guiana, onde chegou em janeiro de 1810.

¹⁰ Motivos da rendição de Hugues: “A honra das armas de Sua Majestade não sofreu nenhum ataque nessa circunstância... foi preciso, com o pouco que nos restava da guarnição, ceder não ao brio, mas ao incêndio, à revolta e ao temor de um massacre dos brancos... Se o inimigo tivesse sido leal e generoso, se não tivesse empregado meios odiosos como a libertação dos escravos e os incêndios...”.

¹¹ Composição da Corte Marcial: General Duplessis, Coronel Rabbe e Coronel Vaugrigneuse, Comandante Lefranc,



Capitão Brisse e Capitão Thomas e Tenente Lelièvre.

¹² Conde Carra Saint-Cyr comentou com o secretário do governo francês: “...é espantoso, Sr Secretário, que franceses, vendo drapejar as cores nacionais, vertam lágrimas de saudade pela dominação anterior, peço votos

que ao término de minha administração receba demonstrações semelhantes”.

¹³ Em 13 de junho de 1808, o Príncipe Regente criou o Horto Real (Jardim Botânico - Rio de Janeiro), onde foram transplantadas as mudas vindas da Guiana Francesa aclimatadas pela fazenda “La Gabriele”.

Visconde de Inhaúma, o herói modesto

Francisco Eduardo Alves de Almeida^a

Resumo: Na Marinha, um dos personagens mais conhecidos é o Visconde de Inhaúma. No entanto, existem apenas dois trabalhos de importância publicados sobre ele. Com o objetivo de trazer luzes sobre a biografia de Inhaúma, este artigo discute exatamente a vida desse relevante personagem da Marinha, procurando apontar as suas dificuldades e ideias como chefe naval.

Palavras-chave: Visconde de Inhaúma, Marinha Imperial, Guerra da Tríplice Aliança.

Desde os tempos antigos tem havido um interesse constante pelos heróis, variando em intensidade e em caráter, de acordo com o período histórico analisado. Muitos desses heróis têm sido ligados, direta ou indiretamente, a eventos militares como batalhas, revoluções e guerras, o que de forma alguma exclui heróis não belicosos. O certo é que os heróis são construções históricas

que atendem especificamente determinados propósitos como, por exemplo, enaltecer virtudes militares, virtudes cívicas ou mesmo virtudes esportivas.

As vidas dos grandes homens no passado nunca deixaram de ser lidas por um público fiel e ávido por descobrir as “intimidades” de seus heróis. Certamente a história dos grandes homens nos atrai. Na Mari-

^a Capitão de Mar-e-Guerra. Sócio do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



nha do Brasil o personagem mais biografado tem sido Joaquim Marques Lisboa, o que me parece natural, uma vez representar a lealdade, o espírito marinheiro e a liderança requerida de um patrono.

Outros personagens navais brasileiros, no entanto, têm sido relegados a um plano secundário como se apenas Tamandaré fosse passível de uma original e interessante biografia. Dentre esses personagens, muitas vezes relegados, encontra-se Joaquim José Inácio. Mais conhecido por emprestar o nome de seu título a uma classe de navios, Joaquim Inácio não requereu até o momento uma grande biografia que o dignifique, embora existam trabalhos interessantes como o escrito por seu irmão Antônio Vitorino de Barros em 1870, algo apologético e enaltecedor e outro por Henrique Boiteux de 1932, como parte do livro “Os Nossos Almirantes”, muito descritivo e pouco analítico. Joaquim Inácio merece certamente mais.

Chefe modesto e leal, nasceu em Lisboa no dia 30 de julho de 1808, em plena ocupação francesa

de Portugal. Filho de oficial de marinha, chegou ao Brasil com dois anos de idade, acompanhando sua família que vinha a bordo da fragata *D. Carlota* trazendo a bagagem remanescente da família real, que já se encontrava no Brasil.

Após estudar no Seminário de São Joaquim, Joaquim Inácio entrou para a Real Academia dos Guardas-Marinha em 1821, para o primeiro dos três anos requeridos para se tornar oficial de marinha como seu pai. Tinha na ocasião 13 anos de idade¹.

Foi declarado guarda-marinha em 11 de dezembro de 1823 recebendo ordens de se apresentar na Nau “Pedro I”, onde Lorde Cochrane tinha içado o seu pavilhão.

Cochrane era o mais antigo almirante na Marinha Imperial em atividade no mar, conforme impusera como condição fundamental em seu contrato. Era um homem destemido, impetuoso e combativo. Vinha precedido de grande fama após seu desempenho no Chile como organizador da Armada Chilena. Vinha, também, combatendo agressi-



vamente os portugueses, procurando impor os interesses do recém-criado Império do Brasil no mar. Foi um exemplo marcante para aquele adolescente que iniciava sua vida no mar.

A nau *Pedro I*, primeiro local de embarque do jovem guarda-marinha Joaquim Inácio, era o mais poderoso navio da esquadra. Seu comandante era um leal amigo de Cochrane, o capitão de mar-e-guerra Thomas Crosbie. Por cerca de um ano Joaquim Inácio permaneceu a bordo dessa nau, desembarcando em 1825 como Segundo-tenente com ordens de se apresentar no brigue-escuna *Pará*, que, imediatamente, rumou para a Cisplatina, que se encontrava em alvoroço. Mal sabia Joaquim Inácio que a Cisplatina seria seu real batismo de fogo.

Em abril de 1825 João Antonio Lavalleja, com um grupo de compatriotas, iniciou uma rebelião na Banda Oriental, incorporada ao Brasil fazia nove anos. Esse território encontrava-se em franca onda revolucionária contra o Império e a Confederação Argentina apoiava os revoltosos, com o óbvio propósito

de incorporar a Banda ao território das Províncias Unidas. A guerra foi então declarada entre o Brasil e a Argentina.

A Marinha Imperial brasileira era composta de 65 navios², superior assim à argentina que, por ser menos poderosa, utilizou uma estratégia de negação ao uso do mar com ataques de seus navios corsários contra o tráfego brasileiro. Esses ataques vinham perturbando, sobremaneira, a atividade marítima do Brasil. O Brasil, por outro lado, estabeleceu um bloqueio naval ao território argentino, de modo a estrangular o tráfego marítimo inimigo, ao mesmo tempo em que procurou atacar os corsários inimigos quando e onde fosse necessário.

Os navios brasileiros, apesar de mais poderosos, tinham sérias limitações no seu emprego em combate contra os argentinos. Por possuírem maiores calados e dimensões, eles eram inadequados para navegar nos meandros de bancos, altos fundos e canais estreitos do largo Estuário do Prata.

O brigue-escuna *Pará* participava do grupo que bloqueava o



Prata e nele se encontrava Joaquim Inácio. Em 9 de fevereiro de 1826 travou-se o combate de Corales entre forças navais do Brasil e Argentina. Um embate que terminou inconcluso, pois mais uma vez os argentinos recuaram para áreas de pouca profundidade, sem poderem ser perseguidos pelos navios brasileiros.

Em seguida, o Almirante Rodrigo Lobo, comandante das forças navais brasileiras, destacou para a Colônia de Sacramento uma pequena divisão para defender essa posição de qualquer investida inimiga. Nessa divisão encontrava-se o *Pará* de Joaquim Inácio.

O célebre almirante Brown percebeu a fraqueza da praça de Sacramento e assim resolveu atacá-la, como previsto por Rodrigo Lobo. Foram muitos dias de ataque contínuo, enquanto os brasileiros mantinham o controle de Sacramento, entretanto reforços eram necessários, uma vez que a munição e víveres estavam escasseando. O mais trágico era que a força principal brasileira encontrava-se a apenas 10 milhas de distância, alheia ao que acontecia.

Joaquim Inácio recebeu, então, ordem de atravessar o bloqueio estabelecido por Brown e contatar Rodrigo Lobo, solicitando auxílio. Tarefa difícil e arriscada que ele veio a cumprir com eficiência. Ultrapassou nada menos que 19 embarcações inimigas até chegar nos navios brasileiros. Seus apelos, no entanto, não foram correspondidos pelo almirante que acreditou que a praça àquela altura já estivesse em poder de Brown. Rodrigo Lobo, por excesso de prudência e descuido, deixara escapar um momento ideal para forçar Brown ao combate.

Não satisfeito Joaquim Inácio carregou três barcos pequenos com mantimentos e munição e partiu, em seguida, para Sacramento. Por sorte, o almirante Brown, àquela altura, já havia levantado o cerco à cidade e se recolhido à segurança do ancoradouro de Buenos Aires, temeroso de uma aproximação das forças navais brasileiras, o que nunca ocorreu. Rodrigo Lobo por sua inação veio a ser substituído pelo almirante Pinto Guedes, considerado oficial agressivo e competente³.



Após essa ação, Joaquim Inácio desembarcou para a corveta *Jurujuba* onde permaneceu por um período de tempo. Da “Jurujuba” foi transferido para a corveta *Duqueza de Goiás*, já em outubro de 1826.

A situação na Banda vinha se deteriorando rapidamente. As forças brasileiras sofreram sério revés no combate de Juncal, seguido pela indecisa ação de Quilmes. Pinto Guedes necessitava de uma ação que restabelecesse a confiança da esquadra imperial. Resolveu, então, atacar Carmem de Patagones, local onde desejava destruir os corsários que atacavam o tráfego marítimo brasileiro. Sua decisão baseou-se em informes recebidos de que em Carmem de Patagones encontravam-se diversos corsários inimigos e navios brasileiros apresados. Designou para isso o capitão-de-fragata James Shephard para comandar a expedição que incluiu a *Duqueza de Goiás*, onde servia Joaquim Inácio, a corveta *Itaparica*, o brigue-escuna *Escudeira* e a escuna *Constança*, uma força pequena e sem o poder de combate necessário

para uma missão daquela magnitude.

Essa pequena força naval chegou na entrada do Rio Negro em 25 de fevereiro de 1827, ação logo percebida pelo inimigo. Os navios deveriam navegar por cerca de 20 milhas nesse rio até Carmem de Patagones, em local desconhecido, com muitos bancos de areia. Logo depois da entrada a *Duqueza de Goiás* encalhou. Por cerca de dois dias tentou-se retirá-la do encalhe em vão. Como que, anunciando o desastre, uma tormenta atingiu esse navio afundando-o, morrendo nessa ocasião 39 homens, muitos afogados devido ao álcool consumido em grande quantidade.

Os três navios restantes reiniciaram a subida do rio até a *Itaparica* também encalhar. Shephard estabeleceu, então, um grupo de defesa a bordo desse navio e os dois outros navios continuaram a subida do Rio Negro. A cerca de seis milhas de Carmem, Shephard resolveu atacá-la por terra, desembarcando cerca de 320 homens sob o seu comando direto. Joaquim Inácio recebeu a ordem de permanecer na *Constança*



com 15 homens, 3 mosquetes e 3 espadas para defendê-la⁴. Ordenou, também, que Joaquim Inácio evitasse o combate e caso fosse perseguido, suspendesse de onde se encontrava e se dirigisse ao local de fundeio da *Itaparica*.

Depois de extenuante avanço, a tropa brasileira realizou um ataque frontal contra o inimigo, superior em número e poder de fogo. Logo no início da refrega, Shephaerd caiu morto e o ataque perdeu seu ímpeto. A retirada era a única solução. Ao tentar recuar foram cercados e a tropa se rendeu.

Enquanto ocorriam essas ações, os argentinos resolveram atacar os dois navios fundeados. Em primeiro lugar tomaram a *Escudeira*, depois de heroica resistência. Em seguida foi a vez da *Constança*, sob a responsabilidade de Joaquim Inácio. O combate foi breve, pois Joaquim não contava com muitos recursos de defesa. O navio foi tomado e Joaquim aprisionado.

A expedição foi um retumbante desastre. A Marinha Imperial perdeu 4 navios, 79 mortos e 579

prisioneiros⁵. Um grupo de 93 prisioneiros brasileiros, dentre os quais se encontravam Marques de Lisboa e Joaquim Inácio foram transferidos para o brigue argentino *Ana* para seguirem para o Rio Salado, onde ficariam encarcerados. No segundo dia de viagem, os prisioneiros liderados por Marques de Lisboa e Joaquim Inácio revoltaram-se contra os seus carcereiros, dominando a tripulação adversária e rumando para a Banda Oriental, local de fundeio dos navios brasileiros. Apesar de perseguidos, conseguiram chegar a águas amigas a salvo.

Pinto Guedes, talvez desejando desviar a atenção de seu mau planejamento, imputou o fracasso a diversos oficiais da expedição, dentre os quais se encontrava Joaquim Inácio. Por incrível que pareça, não quis abrir um Conselho de Guerra contra os acusados, pois certamente os seus erros apareceriam claramente. Alegou para essa decisão que “tudo cairia em nada”⁶. Tinha medo de ser responsabilizado, por isso não tomou nenhuma ação punitiva, no entanto a culpa estava lançada sobre oficiais, que não tiveram



chance de se defender. Ao jovem tenente Joaquim Inácio foi imputada a pecha de covarde, sem a possibilidade de defesa. Permaneceria vulnerável até o almirantado, quando a disputa partidária tomaria conta dos embates políticos.

A vida prosseguia. Joaquim Inácio não chegou a permanecer um mês na Corte e logo foi mandado de volta ao Prata, onde assumiu em dezembro de 1827 a função de Imediato da escuna *Grenfell*. Em combate permanente contra os ousados corsários argentinos, Joaquim Inácio permaneceu até maio do ano seguinte quando participou ativamente do memorável combate entre a escuna Argentina *Ocho de Febrero*, comandada pelo valente Tomás Espora e a *Bela Maria* de Marques de Lisboa, nos momentos iniciais da ação. Nessa ação, o futuro Marquês de Tamandaré combateu por cerca de dez horas o inimigo Espora até este, sem munição, render-se. A *Grenfell* de Joaquim Inácio permaneceu ao largo do embate, por possuir um calado excessivo para a área de ação.

A guerra, enfim, aproximava-se de seu término, uma vez que ambos contendores estavam no limite da exaustão material e financeira. Em agosto de 1827, com a expedita intervenção da Grã-Bretanha, foi assinada uma Convenção Preliminar de Paz, nascendo assim a República Oriental do Uruguai, como um estado-tampão entre a Argentina e o Brasil. Joaquim Inácio voltava para a casa, depois de quase dois anos de guerra.

Em 18 de outubro de 1829 Joaquim Inácio foi promovido a primeiro-tenente, ao mesmo tempo em que foi nomeado pelo Imperador Cavaleiro da Ordem de Cristo⁷, como clara demonstração de que as acusações de que fora vítima não o tinham afetado imediatamente. Temia por elas, no entanto sabia que cumprira com o seu dever e em momento algum fora covarde.

O ano de 1831 foi um ano pleno de agitações que culminaram na abdicação de Pedro I em favor de seu filho, ainda menor de idade. Teve início o período da História do Brasil conhecido como período regencial, que se estenderia até 1840.



A Marinha, nessa fase da História Imperial, teve a tarefa de transportar tropas para os mais longínquos rincões do país, de modo a auxiliar a controlar os diferentes movimentos insurrecionais que perturbaram a vida nacional. Joaquim Inácio, a bordo da fragata *Imperatriz* participou ativamente das ações imperiais para debelar o movimento conhecido como Cabanagem no Pará.

Em setembro de 1835 iniciou-se um movimento que seria o mais importante e perigoso pelo qual passaria a Regência. Essa luta levaria cerca de dez anos e envolveria o Rio Grande do Sul em um movimento que tinha o propósito de separar a província do governo central. Teve início a chamada Revolução Farroupilha, cujo um dos chefes foi Bento Gonçalves.

Joaquim Inácio participou modestamente dessa revolta, entretanto teve uma tarefa de suma importância ao transportar o líder Bento Gonçalves, capturado pelas tropas legalistas, em outubro de 1836, do Rio Grande até a Bahia, logo após assumir o comando do brigue *Constança* já como capitão-tenente. O

governo temia uma tentativa de fuga do rebelde se ainda permanecesse no sul. A alternativa foi transportá-lo para o nordeste. Joaquim Inácio cumpriu essa tarefa de uma forma muito eficiente e após quinze dias de viagem entregou Bento Gonçalves às autoridades da Bahia.

Em novembro de 1837 eclodiu a revolta conhecida como Sabinada, chefiada pelo médico Francisco Sabinho Álvares da Rocha Vieira, daí advindo o nome de Sabinada ao movimento. O propósito dessa nova sedição era separar a província do Império, durante a menoridade de Dom Pedro. Para lá seguiu a *Constança* sob o comando de Joaquim Inácio, compondo a divisão de bloqueio da cidade de Salvador sob o comando do Chefe de Divisão Teodoro de Beaurepaire. Joaquim Inácio participou ativamente dos combates nessa cidade e em março do ano seguinte, 1838, a revolta foi dominada, sendo os líderes submetidos a julgamento, vindo a ser condenados a morte, no entanto muitos acabaram anistiados. Francisco Sabinho foi exilado para Goiás, vindo a falecer em 1846 em Mato Grosso⁸.



No ano de 1840 foi declarada a maioria de Dom Pedro, o que veio, aos poucos, a diminuir as sedições, tão comuns na década anterior. Nesse ano Joaquim Inácio foi designado Inspetor dos Arsenais de Marinha da Província do Rio Grande do Sul, lá permanecendo por cerca de quatro anos.

É dessa época, também, a aproximação com Luiz Alves de Lima e Silva, Barão de Caxias, designado Presidente da Província e Comandante-em-Chefe do Exército em operações contra os farrapos em 9 de novembro de 1842 pelo governo imperial. Essa foi a primeira de uma série de encontros entre os dois chefes militares nos próximos vinte anos, culminando no encontro final na Guerra do Paraguai.

Em 1844 foi Joaquim Inácio promovido a capitão-de-fragata e nomeado Cavaleiro da Ordem de São Bento de Aviz como um justo reconhecimento pela sua atuação como Inspetor do Arsenal de Rio Grande. No ano seguinte, para sua alegria, foi nomeado comandante da fragata *Constituição*, um dos navios mais importantes da Marinha. Esse

navio já tinha sido comandado por chefes navais ilustres como John Grenfell e William Eyre, o que indicava que Joaquim Inácio adquiria prestígio entre os seus pares e superiores.

Em outubro de 1845 Dom Pedro II, a Imperatriz D. Teresa Cristina e grande comitiva foram transportados pela *Constituição* sob o comando de Joaquim Inácio a Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo em visita protocolar. O Imperador queria a conciliação nacional e essa visita ao Rio Grande demonstrava que o Império do Brasil era de todos, inclusive dos farrapos. Nessa pacificação se distinguiu o Conde de Caxias que acabou escolhido senador por este estado.

Ao final da comissão Joaquim Inácio foi muito elogiado pelo Chefe de Esquadra John Grenfell, comandante da divisão naval que transportou o Imperador. Além disso, durante a viagem, Joaquim Inácio manteve estreito contato com Dom Pedro II, que ficou muito bem impressionado com o seu estilo de comando, inteligente, espirituoso e



modesto. Essa boa impressão traduziu-se no recebimento da Comenda da Imperial Ordem da Rosa, ofertada pelo Imperador ao final de 1845.

No ano seguinte, 1846, a *Constituição* partiu ainda com Joaquim Inácio como comandante, para um período de reparos na Inglaterra, lá permanecendo até maio do ano seguinte. Uma das maiores emoções por que ele passou foi encontrar-se com o seu ex-comandante de força a bordo da nau *Pedro I*, Lorde Cochrane, conde de Dundonald. O velho almirante britânico reconheceu imediatamente o comandante da *Constituição* como o seu jovem guarda-marinha de 1824. Já se passavam 23 anos desde aquele primeiro encontro. Ambos conversaram durante longo tempo sobre o Brasil e as aventuras do velho “lobo do mar”. Foi um encontro emocionante e inesquecível para Joaquim Inácio⁹.

No seu regresso ao Brasil a *Constituição* foi deslocada na sua derrota para seguir a Pernambuco, assolada pela última revolta sediciosa que tomou o nome de Revolta

Praieira, de tendências liberais e burguesas. Ao final de 1848 os revoltosos tomaram Barreiros e avançaram perigosamente sobre Recife, capital da Província. Joaquim Inácio recebeu ordens do governo central para assumir o comando das forças navais lá localizadas, compostas de uma corveta, seis brigues, uma escuna e um transporte¹⁰. Encontravam-se no porto também um vapor e a fragata *Dom Afonso*, sob o comando de seu amigo, capitão-de-mar-e-guerra Joaquim Marques de Lisboa, recém chegado da Europa. Ao todo 12 navios e cerca de 1.200 homens.

Em fevereiro de 1849 deu-se o combate final contra os praieiros, sangrento e acirrado. Ao final, os revoltosos foram derrotados e entregaram-se ao governo legal. Joaquim Inácio horrorizou-se com os combates e a mortandade ocorrida durante a revolta. Disse ele que “aquilo não foi batalha, foi caçada diabólica, de que escapei por milagre; atirava-se à marujada como às feras; não podia deixar de responder, embora sangrasse o coração, mas o dever prevalecia e só me retirei quando vi a



cidade livre das forças rebeldes”¹¹. Dom Pedro II sempre conciliador viria a anistiar os revoltosos três anos depois.

Em março de 1849 Joaquim Inácio foi promovido a capitão-de-mar-e-guerra e no ano seguinte passou o comando da sua querida *Constituição*, designado que foi para assumir as funções de Inspetor do Arsenal de Marinha da Corte, função de grande responsabilidade.

Sua sensibilidade era temperada com forte religiosidade, devotando ao catolicismo grande fervor. Um episódio demonstra essa sua característica religiosa. Era padroeira do Arsenal de Marinha da Corte, São João Batista. A este santo fora dedicada pequena capela que, com o correr dos anos, foi sendo relegada, encontrando-se em 1851 em completo abandono. Acabou fechada. Sua pia batismal chegou a ser usada como depósito de munição! Joaquim Inácio, vendo essa situação de abandono, resolveu investir e recuperar a capela para uso não só dos funcionários, como do povo em geral. Em junho de 1851 a capela foi totalmente recuperada,

sendo celebrada uma missa com um *Te Deum* composto por Francisco Manoel. Joaquim Inácio era um crente que acreditava convictamente na Providência Divina. Acreditava em Deus e na caridade ao instituir uma associação beneficente para os funcionários do Arsenal.

Em março de 1852 foi promovido a Chefe de Divisão, primeiro posto do almirantado. Tinha 43 anos de idade. Nesse ano reinava a paz política com o chamado Governo de Conciliação que tinha como Chefe de Gabinete Honório Herméto Carneiro Leão, o Marquês de Paraná. Inteligente, dinâmico e trabalhador o saquarema Honório Herméto organizou um coeso ministério, no qual se destacou José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco. Foi realmente um período de franco progresso e nesse ambiente de paz que Joaquim Inácio ascendeu ao almirantado. Por cerca de três anos permaneceria a frente do Arsenal, tendo nesse período sido nomeado Cavaleiro da mui nobre e antiga Ordem da Torre e Espada do Valor Lealdade e Mérito de Portugal pelos serviços prestados



como Inspetor do Arsenal no reparo do vapor lusitano *D.Maria II* da Companhia Luso-Brasileira.

Em novembro de 1855 foi nomeado Ajudante de Ordens Encarregado do Expediente do Quartel General da Marinha. Em 1856 foi promovido a Chefe de Esquadra, permanecendo na função até 1860, quando então houve uma mudança de nomenclatura de sua função que passou a ser Ajudante de Ordens do Ministro da Marinha, pasta na ocasião assumida por Francisco Paes Barreto do Partido Liberal.

Um dos assuntos que mais o aborreceu foi ser designado Ajudante de Ordens do Ministro da Marinha. Considerava que tal função

não deveria ser exercida por um oficial general. Somente em casos excepcionais, quando o titular fosse da Casa Imperial, caberia a designação de um oficial general. Assim resolveu submeter à apreciação do Mi-

nistro Paes Barreto a sua proposta de alterar o regulamento do Quartel General da Marinha, retirando a designação de Ajudante de Ordens. O choque com Paes Barreto foi inevitável. Depois de longa demora o Ministro despachou contrariamente ao pleito de Joaquim Inácio. Não restava

alternativa que não a solicitação de exoneração, o que foi imediatamente aceita pelo Ministro. Disse Joaquim Inácio que “o despeito [do ministro] a originou; não foi consequência do pedido das outras comis-



O Visconde de Inhaúma retratado por volta de 1861



sões; o ministro quis mostrar superioridade, que eu era o primeiro a reconhecer, vingou-se por que sabia não levar eu a bem, estar um oficial general obrigado ao papel de Ajudante de Ordens”¹².

A morte de Paraná em 1856 foi um duro golpe na Conciliação. Uma crise financeira se abateu no país no ano seguinte, fazendo com que em 1858 o Gabinete de Marquês de Olinda caísse. Alguns gabinetes se seguiram sem trazer a tranquilidade ao Brasil. Os dois partidos do Império, o Conservador e o Liberal, iniciaram diversos embates que vieram a aumentar a intranquilidade política. O Imperador, então, recorreu à única figura que poderia apaziguar os ânimos e garantir moderação e equilíbrio. Chamou Luiz Alves de Lima e Silva, o já Marquês de Caxias.

Caxias aceitou a dura missão e imediatamente organizou o seu Gabinete. Lembrou, então de seu velho amigo Joaquim Inácio, já Comendador, para assumir a pasta da Marinha. Não era apenas a amizade que

os unia. Ambos também eram maçons fervorosos e se reconheciam como tal.

As primeiras palavras de Joaquim Inácio no ministério foram de modéstia e comedimento. Disse ele “não posso mudar de natureza e por isso conto passar por muitos desgostos, mas o que asseguro é que entro Joaquim José Inácio no firme propósito de sair Joaquim José Inácio”¹³. Não ficaria deslumbrado com a função e efetivamente não se deslumbrou. Entrou da mesma forma que saiu, modestamente.

Pouco se tem discutido na historiografia naval o período de Ministério de Joaquim Inácio. Eu particularmente desconheço trabalhos acadêmicos que abordem essa época na Marinha. Entretanto o novo Ministro tinha ideias precisas de como deveria ser organizada a Marinha Imperial.

Joaquim Inácio acreditava que a Marinha a vela estava condenada como instrumento eficaz de guerra e que o navio misto era o principal meio das futuras frotas de combate. Ressaltava, no entanto, que os na-



vios a vela ainda eram úteis na patrulha costeira e como escola para futuros oficiais e praças nas lides marinheiras. Diagnosticava que a concentração dos navios nas capitais das províncias populosas, principalmente no Rio de Janeiro, sede de uma das estações e a mais importante, muito contribuía para, segundo suas palavras, “enervar a atividade dos oficiais e marinagem, que pela longa estadia nos portos, contraem relações que dificilmente se arrancam, quando chamados a servir em outros pontos”¹⁴.

Joaquim Inácio tinha plena consciência de que as inovações técnicas estavam modificando as estruturas e organização navais. Embora a Guerra de Secessão nos Estados Unidos da América ainda estivesse em curso, ele se mantinha atualizado nas novidades advindas desse conflito. Previa a emergência de novas descobertas suplantando as em curso. Estudava atentamente a luta entre as fortalezas e os navios encouraçados, armados com canhões de grande calibre, e essa percepção lhe seria muito útil em breve no Paraguai.

Um dos projetos mais interessantes de Joaquim Inácio foi o estudo para estabelecer uma força naval brasileira na Europa, pois isso proporcionaria aos oficiais e praças o adestramento necessário nas grandes manobras conjuntas com outros países, segundo acreditava. Tinha certeza que essa estação tornaria o país mais conhecido e faria com que os europeus travassem contato com nossos costumes, concorrendo para “desmentir calúnias que prejudicando-nos na opinião dos estrangeiros, ferem os legítimos interesses do nosso comércio e contrariam os esforços para atrair imigrantes.”¹⁵

A questão que mais incomodou o Ministro foi a organização do Ministério. Para ele a estrutura da ocasião não funcionava e muito pelo contrário, atingia a própria moral do pessoal da Marinha pelo anacronismo burocrático e funcional. Inicialmente desejou ajustar os postos às funções previstas em tabela de lotação, mal conectadas e afastadas da realidade. Propôs extinguir o posto de Chefe de Divisão por não existir “congêneres no mundo e por provo-



car conflitos de hierarquia com outros países”¹⁶, segundo suas próprias palavras. As funções desse posto seriam distribuídas pelos outros dois postos de cima, o Chefe de Esquadra e o Vice-Almirante.

Para ele o sistema francês de administração com três elementos básicos, homens, navios e dinheiro, devia ser aplicado à Marinha do Brasil. O restante das tarefas gravitaria em torno desses três elementos e seriam secundárias, assim propôs quatro grandes Diretorias. A Diretoria Central, cabeça do sistema administrativo, compreendendo a Secretaria de Estado, centralizando responsabilidades, métodos de trabalho administrativo e orientação geral de serviços. A Diretoria do Pessoal, incumbida da gestão do pessoal, instrução e adestramento, hospitais, capitânicas, tribunais, navios, forças navais e operações. A Diretoria do Material, com os arsenais, almoxarifados, serviços de logística, construção naval, obras civis, artilharia e aquisição de material. E por fim a Contabilidade Geral com os setores de contadoria e pagamento. Propunha a extinção das estações

navais, substituindo-as por cinco distritos navais, chefiados por oficiais-generais, como comandantes gerais de área, respondendo diretamente ao Ministro.¹⁷

Um dos eventos que mais o magoou no período de Ministério foi a morte de seu irmão e grande amigo Capitão-tenente Bento José de Carvalho, comandante do corveta *D. Isabel*, que afundou próximo do Cabo Espartel nas costas do Marrocos, quando realizava viagem de instrução, na noite de 11 de novembro de 1861. O afundamento dessa corveta pode ser considerado uma das grandes tragédias por que passou a Marinha em sua existência, juntamente com o afundamento do encouraçado *Aquidaban* no final do século XIX e a perda do cruzador *Bahia*, logo depois do término da Segunda Guerra Mundial. Nesse desastre que ocorreu com a *D. Isabel* morreram 123 tripulantes, cerca de pouco mais que cinquenta por cento da tripulação. Bento lhe era muito chegado e sua morte lhe atingiu dolorosamente. Registrou Joaquim Inácio com essas palavras o trágico acidente: “o triste acontecimento



que destruiu em flor tantas esperanças, encerra, porém, uma lição grandiosa; só a luta engrandece o homem e a luta com os elementos eleva-o acima do comum da humanidade”¹⁸.

Nesse período como Ministro, Joaquim Inácio sofreu ataques virulentos pela Imprensa do advogado, jornalista e político Aureliano Cândido Tavares Bastos. A inimizade entre ambos surgira por que Tavares Bastos vinha criticando na imprensa a administração de Joaquim Inácio, alegando excessiva centralização e despotismo na condução dos assuntos afetos à pasta. Por estar exercendo uma função política no Ministério da Marinha, Tavares Bastos não podia estar criticando o titular da pasta da forma como vinha fazendo. Não restava a Joaquim Inácio, por um dever ético e regulamentar, sob pena de perda de autoridade se não exonerá-lo. Os ataques, a partir daí, passaram a ser mais virulentos por parte de Tavares Bastos que, para não se expor demasiado e por ser um artifício comum na época, utilizou o pseudônimo de “solitário” publicando seus textos

críticos no jornal de grande circulação no Império, o *Correio Mercantil* do Rio de Janeiro¹⁹. Os dois nunca fariam as pazes e mantiveram uma grande inimizade até a morte de Joaquim Inácio.

Outro grande adversário político de Joaquim Inácio foi o combativo político e advogado Zacarias de Góes e Vasconcelos, que inclusive já ocupara a pasta da Marinha em 1852. Brillhante orador, inteligência acima da média, ele seria também Chefe do Gabinete que substituiria o de Caxias em 1862, do qual Joaquim Inácio era ministro, após intensa campanha oposicionista. Zacarias foi um dos políticos de maior prestígio no Segundo Império, vindo a falecer em 1877. A oposição de Zacarias era contra o Gabinete Caxias e não só especificamente contra Joaquim Inácio. Os discursos de Zacarias da tribuna encontram-se entre os mais virulentos e bem escritos dos anais do Parlamento do Império brasileiro. Após intensa campanha orquestrada por Zacarias, o Gabinete Caxias não mais se sustentou e diante de uma moção de censura o Gabinete caiu.



Joaquim Inácio passou o Ministério para José Bonifácio de Andrade e Silva. Terminava assim a experiência política de Joaquim Inácio no Partido Conservador.

Em 1864 o Brasil se viu envolvido em um conflito com o Paraguai que levaria quase seis anos. Depois de um período de inação, as armas brasileiras conseguiram vitórias importantes na Batalha Naval do Riachuelo em junho de 1865 e em Uruguaiana, em agosto desse ano, com a rendição das forças paraguaias invasoras do território brasileiro no Rio Grande do Sul. Após a grande operação do Passo da Pátria, na qual a Marinha transportou 51.000 soldados da margem argentina para a paraguaia, seguiram-se grandes vitórias terrestres em Tuiuti, a maior batalha campal da América do Sul, Jataiti-Corá, Boqueirão e Sauce.

A partir de julho de 1866 a concepção estratégica aliada era conquistar a margem esquerda do Rio Paraguai, em território inimigo e com apoio da Esquadra dominar Curuzu, Curupaiti e depois Humaitá, fortaleza considerada inexpugnável. Em setembro, Curuzu

caiu sob ataque aliado, no entanto os avanços tornaram-se lentos e desgastantes. A moral da tropa começou a ser atingida, a disciplina sofreu intensamente no terreno movediço do Paraguai. O relacionamento entre os chefes aliados, também, vinha agravando aquele estado de coisas. Existiam desconfianças entre os chefes brasileiros e argentinos, sendo que o choque entre Joaquim Marques de Lisboa, o Visconde de Tamandaré, Comandante-em-Chefe das Forças Navais brasileiras, e Bartolomeu Mitre, Presidente da Argentina e Comandante-em-Chefe Aliado, era o de maior efeito. Naquele arranjo organizacional estabelecido pela Tríplice Aliança, a Esquadra Imperial encontrava-se sob comando direto de Tamandaré, sem estar subordinada a Mitre.

Os choques gravitavam sob a melhor maneira de utilizar os navios. Mitre propugnava pela exposição direta dos navios no bombardeio às fortificações inimigas, o que era considerado imprudente e irresponsável por Tamandaré que via nessa atitude de Mitre a verdadeira



intenção de expor os navios à destruição e assim ver enfraquecido o Poder Naval brasileiro no Prata. Havia desconfianças mútuas e o ambiente se deteriorava rapidamente entre os chefes. A derrota no Curupaiti requereu mudanças. Tamandaré e Polidoro foram imediatamente atingidos pela derrota. Mudanças eram necessárias, de modo a que se invertesse o curso da guerra e fosse mantida a aliança do Império com a Argentina. Como Mitre não poderia ir, Tamandaré tinha que partir.²⁰

Zacarias de Góes e Vasconcelos, Chefe de Gabinete na ocasião, até como uma ironia do destino, resolveu convidar Caxias para unificar e apaziguar os ânimos e o mais importante, trazer um novo ânimo às tropas aliadas que patinavam no Paraguai. Em sua grandeza, Caxias aceitou a difícil missão, esquecendo os dissabores e a oposição ferrenha que Zacarias lhe dirigira anos antes. Imediatamente escolheu seu velho amigo, Joaquim Inácio, para substituir Tamandaré. Os dois estariam novamente juntos em um momento delicado da História do Império.

A Guerra do Paraguai já era para Joaquim Inácio um sofrimento antes mesmo de seguir para o teatro de operações. Perdera, pouco tempo antes, o seu dileto filho, o jovem Capitão-tenente Antônio Carlos Mariz e Barros, a bordo do couraçado *Tamandaré*, em frente a Itaipuru, atingido por uma granada que estraçalhou suas pernas. Levado ao Navio Hospital *Onze de Junho*, Mariz e Barros declinou dos anestésicos quando começaram a amputar as pernas, declarando que isso era para mulheres. Solicitou apenas um charuto aceso. As pernas foram amputadas a frio, vindo a falecer horas depois. Suas últimas palavras foram “mãe ... esposa ... filhos ... amigos... nunca vos esqueci ... pai ... sempre honrei o seu nome”.²¹

Ao saber da morte do filho, Joaquim Inácio chorou. Ao receber as condolências de um amigo, este lhe disse “ - resigne-se general por que também queria chorar; o pranto é contagioso”. Joaquim Inácio respondeu-lhe “ - não repare, é um navio velho a fazer água: a bomba da resignação acertará a estancá-la”²². Ele se lembrou, pouco tempo antes,



que escrevera uma carta a seu querido filho Mariz e Barros, cumprimentando-o pelo modo valente como vinha se comportando na campanha até aquele instante. Escreveu ele para o filho o seguinte “-portou-se bem como um herói...hoje tu és o Barros de Paissandu e não o filho do Chefe de Esquadra, tem direito a tudo e nenhum invejoso atribuirá mais ao filhotismo aquilo que obtiver...continue a ser valente...mas não vá procurar voluntariamente o perigo, nem faça ostentação de coragem... não mostre orgulho de seus feitos”²³.

A sua preocupação com a integridade física de seu filho o fazia passar muitas noites sem dormir. Um projétil inimigo tirou a vida daquele filho pelo qual sentia grande orgulho. Voltou-se mais ainda para a religiosidade, pois somente Deus poderia consolá-lo naquele momento.

Antes de embarcar para o Paraguai, compareceu a Igreja da Ordem Terceira da Imaculada Conceição, onde mandou rezar uma missa em ação de graças pelo sucesso de sua difícil tarefa. No dia 3 de dezembro

de 1866 seguiu para o teatro de operações. No dia 22 daquele mês assumiu o comando das forças navais brasileiras no Paraguai a bordo do *Apa*, em frente a Curuzu. A despedida do amigo Tamandaré que retornava a Corte foi emocionada e presenciada por muitos oficiais.

Joaquim Inácio, imediatamente se inteirou da situação estratégica e tática, estabelecendo o *Brasil* como seu capitânia. Determinou, então, a continuação do bombardeio de Curupaiti. Em um desses ataques, foi morto o Capitão-tenente Vital de Oliveira, conhecido hidrógrafo e comandante do *Silvado*. Foi uma grande perda para a esquadra Imperial que abalou imensamente Joaquim Inácio²⁴.

Em janeiro de 1867 ele recebeu a notícia de que havia sido promovido ao último posto da ativa, a de Vice-almirante. Com um mês de aclimatação e conhecimento com o ambiente da guerra ele acreditou ser possível forçar Curupaiti, no entanto temia ficar isolado, caso essa posição não fosse forçada por terra, o que parecia lógico, no entanto as-



sim não pensava Mitre que continuou insistindo em ultrapassar tanto Curupaiti como Humaitá, em sequência. Joaquim não concordava com essa proposta, no que foi apoiado por Caxias.

Até agosto houve muitas indefinições sobre o que fazer. Caxias, aos poucos ia corrigindo as deficiências do Exército e tais providências, como era de se esperar, levaram tempo, além disso, houve um surto de cólera que atingiu todas as tropas no campo de batalha. Afinal Caxias determinou que Curupaiti fosse forçada pela Esquadra, aguardando-se a tomada de Humaitá para data posterior.

Em 15 de agosto de 1867 a esquadra brasileira, sob o comando de Joaquim Inácio, com um total de 10 navios iniciou o forçamento da posição de Curupaiti, tendo recebido forte bombardeio inimigo. A passagem dos dez navios levou cerca de duas horas, tendo cada encouraçado levado cerca de 40 minutos para desfilar em frente da posição inimiga. Os brasileiros tiveram apenas três mortos e 22 feridos, dentre eles

o comandante do *Tamandaré*, Eliziário Barbosa que teve que sofrer a amputação de um braço.

Os navios sofreram numerosos impactos em seus costados, sendo que o *Brasil* onde se encontrava o almirante recebeu 64 impactos diretos, o que demonstrou a qualidade das couraças dos navios brasileiros. Curupaiti fora afinal transposta, no entanto, os navios agora se achavam em uma posição perigosa entre esta fortificação e Humaitá. O transporte logístico não poderia ser feito pelo rio, assim determinou que fosse aberto um caminho de estrada de ferro com cerca de 25 quilômetros pela margem direita do Rio Paraguai, no Chaco, entre Curuzu e outro ponto entre Curupaiti e Humaitá, batizado de porto Eliziário, em homenagem a Eliziário Barbosa. Esse foi um caminho fundamental para manter os navios abastecidos até que Curupaiti caísse.

Humaitá era o próximo forte a ser vencido. Com uma largura média de 800 metros, fazia um grande U, onde se localizavam cerca de 109 bocas de fogo apontadas para o rio e mais 80 canhões contra terra²⁵. Era



realmente uma fortaleza que provocaria grandes danos aos navios que forçassem a passagem, pelo menos assim se pensava.

Joaquim Inácio tinha uma característica de comando participativo, fruto de sua própria personalidade modesta e da experiência de Carmem de Patagones quando os planos foram conduzidos, sem que ao menos houvesse discussões entre os participantes sobre a viabilidade de ser realizada tal ação. Assim, solicitou aos seus comandantes pareceres quanto ao forçamento de Humaitá, como proposto por Mitre. A maioria de seus comandantes concordou com o ponto de vista de Joaquim Inácio quanto ao forçamento. Acreditavam que os danos seriam grandes e que haveria a necessidade de se conquistar Humaitá por terra. Além disso, acreditavam que uma vez transposta Humaitá, os navios estariam entregues à própria sorte, sem abastecimentos e separados ainda por Curupaiti e por Humaitá.

Joaquim Inácio se preocupava imensamente com a quantidade de baixas entre os seus subordinados e

não iria expô-los desnecessariamente ao fogo inimigo e por ter essa postura paternal com as tripulações, passou a ser chamado carinhosamente de “Tio Joaquim”. Não forçaria Humaitá se não houvesse um plano de envolvimento dessa fortaleza por terra e nisso ele era apoiado pelos seus comandantes. Por meses resistiu às investidas de Mitre que queria o forçamento a qualquer custo. Caxias continuou a apoiá-lo nessa resistência.

Por cerca de seis meses a força naval permaneceu entre Curupaiti e Humaitá, bombardeando ambas fortificações. Em fevereiro de 1868 resolveu-se forçar finalmente Humaitá, em coordenação com a tomada de Estabelecimento ao norte desta fortificação pelas tropas de Caxias, como desejava Joaquim Inácio. Com esse plano imaginado por Caxias, as chances de queda de Humaitá eram grandes. Naquela altura, Joaquim Inácio já havia recebido o título de Barão de Inhaúma pelos seus relevantes serviços prestados em campanha.

Muito se tem discutido sobre a passagem de Humaitá. O plano de



Inhaúma previa a investida dos navios em pares, os monitores por bombordo e encouraçados por boreste, em três pares, apoiados por fogos de apoio de outros navios que fustigariam os inimigos, enquanto se desse a passagem do grupo principal. Um plano simples, porém ariscado. O exército brasileiro apoiaria, também, com fogos providos de terra, de modo a desviar a atenção dos defensores paraguaios.

A passagem foi acompanhada atentamente por Inhaúma que tudo assistia a bordo do *Brasil* que apoiava com fogos de contrabateria os navios atacantes. Houve intensa fuzilaria e os navios sofreram diversos impactos diretos dos canhões inimigos, no entanto conseguiram finalmente ultrapassar Humaitá, sem perdas significativas. Nessa passagem distinguiu-se o primeiro-tenente Antônio Cordovil Maurity, comandante do *Alagoas*. Inhaúma diria posteriormente que “arrojos como este só os pratica um verdadeiro bravo, deixei-o seguir seu belo destino. Deus protege atos tão nobres. Se me fora dado lançar neste

momento as dragonas de oficial superior sobre os ombros do meu bravo camarada, o sr primeiro-tenente Maurity, eu o faria com o maior dos contentamentos”²⁶. Inhaúma, em sua modéstia, prezava o desempenho de seus subordinados e sabia premiar os seus atos. Fazia parte de sua personalidade enaltecer os atos que deviam ser enaltificados. Talvez visse em cada ato heroico de seus subordinados, o seu filho Mariz e Barros, morto como um herói. Sentia falta de seu filho Antônio Carlos e Maurity o lembrava dele.

Um ponto interessante que merece ser discutido é a autoria de artigos publicados por um suposto correspondente de guerra que acompanhava a esquadra em operações e que eram veiculados na Corte no periódico *A Semana Ilustrada*, com o pseudônimo de “Leva Arriba”. Os artigos eram baseados em relatos de ações em combate da força naval e muitas vezes enalteciam os combatentes. Muito natural esse procedimento. Em todas as guerras os correspondentes têm procurado não só descrever as ações de combate, mas também enaltecer os



atos heroicos dos combatentes, até como forma de aumentar a moral dos que lutam e dos que se encontram em casa. No caso do “Leva Arriba” a descrição das ações era bem detalhada com informações que incluíam descrições que só podiam ser originadas por quem tinha uma visão total de conjunto, por exemplo, um oficial de estado-maior que acompanhava as operações em curso ou mesmo o próprio comandante-em-chefe. Parece lógico esse raciocínio, pois era comum, naquele tempo, importantes personalidades do Império utilizarem pseudônimos para expor opiniões e críticas a outras pessoas ou mesmo ao regime.

A historiografia corrente tem apontado como autores dos artigos ou o irmão de Inhaúma, Antônio José Victorino de Barros, segundo a interpretação de historiadores navais brasileiros ligados à Revista Marítima Brasileira que têm reapresentado os artigos do “leva arriba” em seus últimos exemplares ou o próprio Inhaúma, segundo interpretação do Barão de Jaceguay, comandante do “Barroso”, unidade subor-

dinada a Inhaúma na guerra. A análise dos fatos, segundo minha interpretação, não aponta para nenhum dos dois, mas sim para ambos. No primeiro caso, Antônio José foi o autor da primeira e única biografia de Inhaúma de 1870 e por ele nutria profunda admiração que beirava a adoração. Para quem leu essa biografia, o tom apologético é a marca do texto. Muito bem, Antônio José morava no Rio de Janeiro e não participou da campanha, logo não poderia ter escrito os artigos. Pela lógica, se não era Antônio José o “leva arriba”, só poderia ser Inhaúma o autor anônimo dos artigos. Assim Jaceguay estaria em princípio com a razão. No entanto, parece-me difícil que Inhaúma tenha escrito no dia 2 de outubro de 1868 o seguinte texto que “Leva Arriba” escreveu sobre a ação em frente a Angostura :

O dia 1º o que quer dizer ontem, ou véspera de hoje, é a data de um belo feito marítimo e mais uma das provas da bravura pessoal, da perícia e galhardia de nosso [...] o herói do dia foi o al-



mirante...era magnífico e imponente vê-lo em seu posto de honra e em um navio de madeira, assoberbar a grossa artilharia da terrível fortificação paraguaia²⁷.

Parece-me inverossímil Inhaúma se autoelogiar dessa forma, dada a sua personalidade modesta e equilibrada. Em minha interpretação acredito que os artigos eram realmente escritos por Inhaúma que os remetia para o seu irmão na Corte. Neles Inhaúma descrevia as ações de combate detalhadamente, no entanto, Antônio José, movido por forte admiração por seu irmão, acrescentava frases laudatórias que não seriam do agrado do velho almirante, que devido a outras preocupações mais prementes na guerra e sem ter acesso aos artigos publicados na época não se manifestava. Antônio José então enviava os artigos modificados para publicação na *Semana Ilustrada*. Dessa forma acredito que o “leva arriba” fosse tanto Antônio José como Inhaúma.

Pode parecer estranho eu me ter detido como historiador em um fato considerado secundário, em

face de outros assuntos mais importantes da campanha, no entanto os textos do “Leva Arriba” indicam com certeza a visão de Inhaúma sobre a guerra e suas preocupações mais prementes. A questão laudatória fica por conta da admiração de Antônio José, o que não é relevante para a História da Guerra. Assim, acredito que a historiografia naval brasileira necessita ser reinterpretada e discutida.

Inhaúma privava das mesmas agruras que todos os tripulantes da força naval. Enquanto homens mais jovens sucumbiam às doenças, picadas de cobras, de aranhas, de mosquitos, alta temperatura a bordo dos navios e economia nos suprimentos, o velho almirante sofria e resistia a tudo, apesar dos seus 60 anos de idade. Pode-se imaginar as privações passadas pelo velho chefe naval nas agrestes barrancas do Rio Paraguai. Tudo era difícil, para todos. Dessa maneira a guerra deve ser analisada. Uma luta diária contra os elementos da natureza e contra os inimigos paraguaios.

Em março de 1868 o Governo Imperial elevou Joaquim Inácio a



Visconde com grandeza e nesse mesmo mês Curupaiti finalmente caiu. Nos meses seguintes, a esquadra imperial continuou fustigando Humaitá, em apoio às tropas do Exército que operavam próximo às margens do Paraguai. Por duas vezes, forças paraguaias tentaram abordar os navios que se encontravam próximos a Humaitá, tendo sido repelidos com grande número de baixas. Em uma dessas ações veio a morrer em combate o jovem comandante do *Rio Grande*, capitão-tenente Antônio Joaquim, muito ligado a Inhaúma. Os laços que os uniam eram fortes. Antônio Joaquim foi grande amigo de seu irmão Bento e com ele estivera no naufrágio da corveta *D. Isabel* como mestre. Viera de praça e galgara todos os postos do oficialato por merecimento até ser tragado pela guerra.

No início de agosto era a vez da queda de Humaitá, depois de meses de ataques quase ininterruptos. O envolvimento dessa praça fora o motivo de sua queda, corroborando assim a ideia de manobra de Inhaúma que preconizava a ação combinada da esquadra com o Exército,

pois sabia ser impossível a tomada de uma fortaleza sem a atuação de tropas terrestres. A próxima preocupação de Inhaúma era Angostura, centro nevrálgico defensivo de Solano Lopes ao sul de Assunção.

Caxias naquela oportunidade já arquitetava a manobra que seria considerada a mais ousada e criativa de toda a campanha do Paraguai, a manobra de Piquissiri. A ideia do marquês foi construir uma estrada na margem direita do Rio Paraguai no Chaco, de cerca de 11 km de extensão, de modo a desbordar a posição fortificada do inimigo próximo a Angostura, Palmas foi utilizada como base avançada e de lá cerca de 23.000 soldados foram transportados pelos navios de Inhaúma para Santa Tereza onde se iniciou a estrada do Chaco. Para manter a pressão sobre o inimigo Caxias ordenou ataques concentrados ao sul de Piquissiri, de modo a desviar a atenção de Solano Lopes do que ocorria a oeste no Chaco. A esquadra, que já havia forçado a passagem de Angostura, rumou para o norte, onde embarcou em Santa Helena as tropas que trafegaram pela estrada e as



fez desembarcar em Santo Antônio, já na margem esquerda do Rio Paraguai ao norte do dispositivo de defesa paraguaio. Coordenação eficiente e eficaz entre as forças terrestres e navais, fruto do perfeito entendimento entre Caxias e Inhaúma. Seguiram-se os combates de Itororó, Avaí e Lomas Valentinas em dezembro de 1868 com vitórias de Caxias.

Inhaúma com seus navios bombardeou Angostura durante muitos dias e em um dos ataques veio a perder seu grande amigo, o comandante do *Mariz e Barros*, o capitão-tenente Neto de Mendonça. A ele Joaquim Inácio era muito ligado por ser amigo íntimo de seu filho Antônio Carlos e por frequentar a sua casa desde os tempos acadêmicos quando ambos eram aspirantes da Escola Naval. Neto de Mendonça em tudo lembrava Antônio Carlos.

Angostura rendeu-se em 30 de dezembro de 1868. Inhaúma começava a demonstrar cansaço e a doença que o mataria em poucos meses, aos poucos ia minando o velho almirante. Em suas ordens de dia

não deixava de citar os feitos de seus subordinados, especialmente Delfim Carlos de Carvalho, seu genro, casado com sua filha Anna Eliza e Francisco Cordeiro Torres e Alvim. Não se vangloriava dos seus feitos, preferindo imputar, modestamente a seus subordinados, as grandes vitórias das armas navais brasileiras.

Em janeiro de 1869 desembarcou em Assunção já ocupada por tropas brasileiras. O clima dessa cidade afetou mais ainda a combalida saúde de Inhaúma. As operações navais estavam praticamente terminadas. Solicitou então sua exoneração, pois suas forças estavam se esvaindo. Sentia que a morte lhe chamava e queria encontrar a sua família, em especial sua querida esposa e companheira Maria José e suas três filhas, Anna Eliza, Carlota Adelaide e Constança. O casal já havia perdido Joaquim Inácio Junior, Antônio Carlos, Manoel e Constança, o que os afetara sobremaneira. Queria encontrar as filhas antes de morrer.

Caxias presentindo a gravidade da moléstia de Inhaúma o autorizou a passar as funções a seu



genro, Delfim Carlos, o Barão da Passagem. Durante o trânsito para a Corte, Inhaúma tomou conhecimento de que o Imperador Dom Pedro II o promovera, no quadro extraordinário a Almirante e o havia condecorado com a Grã-Cruz da Ordem da Rosa.

Em 18 de fevereiro de 1869 chegou ao Rio de Janeiro, no entanto estava tão debilitado que teve que ser transportado deitado em um escaler por seus amigos do Arsenal da Corte. Foi recebido em triunfo pela população da cidade, contudo devido a sua fraqueza não pôde corresponder aos acenos dos populares que o aguardavam no cais.

No dia 8 de março de 1869 Joaquim José Inácio despediu-se da vida. Português de nascimento, brasileiro de coração e emoção, Almirante da Armada Imperial, Visconde de Inhaúma, Tio Joaquim para os subordinados, modesto por natureza, deixou a vida aos 60 anos de idade.

Especula-se até hoje entre os historiadores qual teria sido a doença que atingiu Inhaúma levando-

o a morte. Não se tem certeza. Alguns acreditam que possa ter sido uma insuficiência renal pelo tipo de sintomas apresentados. Outros uma doença adquirida no Paraguai, malária, por exemplo. Ou insuficiência cardíaca ou mesmo leucemia. Os diagnósticos eram imprecisos naquela época. O que se tem certeza foi que Inhaúma era um chefe modesto e preocupado com os seus subordinados. Não expôs seus homens a perigos desnecessários e por isso foi considerado inerte por seus adversários. Seu estilo de comando o fazia consultar, sempre que necessário, seus comandantes de navios e oficiais de Estado-Maior a quem tratava como verdadeiros filhos. Era assim muito estimado por seus pares e subordinados.

Como chefe de família, foi pai preocupado e amoroso. Suas cartas para Maria José, sua companheira de muitos anos demonstram um amor extremoso. A sua religiosidade era intensa e acreditava convictamente em Deus. Na maioria das suas Ordens de Dia no Paraguai terminava com um “viva a Nação



brasileira e viva o Imperador”, demonstrando com isso sua total lealdade à Monarquia e ao Brasil. Sua grande paixão foi, contudo a Marinha Imperial, para a qual dedicou 48 anos de vida e por ela encontrou a morte. Inhaúma representa a vitória do homem comum, sem arroubos extraordinários, nem atos heroicos arreatadores, mas nem por isso deixando de ser um exemplo de heroísmo para as gerações que se seguiram. O heroísmo, por ser correto, simples, dedicado e corajoso em situações de guerra e de crise.

Não existem instituições perenes que não reverenciem seus heróis. A Marinha Britânica reverencia Lorde Nelson como o exemplo do almirante inglês. Os norte-americanos reverenciam John Paul Jones, Farragut, Nimitz, Halsey e Spruance. Os franceses Duguay Trouin e Suffren. Os argentinos Brown e Espora. Os historiadores navais brasileiros têm o dever de resgatar os acontecimentos importantes da Marinha no passado e seus personagens, de modo a que seus exemplos, positivos e negativos, sirvam de referência para as novas

gerações de marinheiros, criando dessa maneira uma identidade comum a todos, congregados na instituição Marinha do Brasil. Essa é a verdadeira função social do historiador naval brasileiro.

Não existe Nação que não cultue os seus heróis. Inhaúma foi, e será um personagem importante para a Marinha do Brasil pelo seu exemplo de chefe simples e marinheiro dedicado. Ele foi realmente um herói modesto.

BIBLIOGRAFIA

BARROS, Antonio J. Vitorino de. *O Almirante Visconde de Inhaúma*. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1870.

BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *Cartas do Solitário*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938.

BOITEUX, Henrique. *Os Nossos Almirantes*. V.5. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1932.

DORATIOTTO, Francisco. *Maldita Guerra*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.



ESQUADRA ENCOURAÇADA. *Semana Ilustrada*. Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1868.

FOLHA DE ASSENTAMENTOS de Joaquim José Inácio, aspirante a guarda-marinha da Academia Nacional e Imperial de Guardas-Marinhas do Brasil nos anos de 1821, 1822 e 1823. Arquivo da Marinha. Serviço de Documentação da Marinha.

MAIA, João do Prado. *A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.

MARTINS, Helio Leôncio; BOITEUX, Lucas Alexandre. Campanha Naval na Guerra da Cisplatina. In: GUEDES, Max Justo. *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2002, v.3, t.1.

MINISTÉRIO DA MARINHA. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 2ª Seção da*

10ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos negócios da Marinha, Joaquim José Inácio. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1860.

PALHA, Américo. *Soldados e marinheiros do Brasil*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1962.

PRIMEIRO LIVRO-MESTRE dos oficiais da Armada Nacional referente a Joaquim José Inácio, 1869, páginas 71 a 81 verso, conferida por Hugo Morato de Faria em 17 de janeiro de 1952.

SENNA, Ernesto. *Rascunhos e perfis*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1909.

VALE, Brian. *Una guerra entre ingleses*. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales, 2005.

¹ FOLHA DE ASSENTAMENTOS de Joaquim José Inácio, aspirante a guarda-marinha da Academia Nacional de Guardas-Marinhas do Brasil nos anos de 1821, 1822 e 1823. Arquivo da Marinha. Serviço de Documentação da Marinha.

² VALE, Brian. *Una guerra entre ingleses*. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales, 2005, p.31.

³ Essa ação está muito bem descrita em MARTINS, Hélio Leôncio; BOITEUX, Lucas Alexandre. Campanha Naval na Guerra Cisplatina. In: GUEDES, Max



Justo. *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2002, v.3, t.1, p.254.

⁴ BARROS, Antonio J. Vitorino de. *O Almirante Visconde de Inhaúma*. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1870, p. 128.

⁵ BOITEUX, Henrique. *Os Nossos Almirantes*. V.5. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1932, p.76.

⁶ Ibidem, p. 77.

⁷ Comenda indicada no Primeiro Livro-mestre dos oficiais da Armada Nacional, referente a Joaquim José Inácio, 1869, páginas 71 a 81, conferida por Hugo morado de Faria em 17 de janeiro de 1952, p. 72.

⁸ MAIA, João do Prado. *A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965, p. 175.

⁹ BARROS, Op.cit, p.163.

¹⁰ MAIA, Op.cit, p. 254.

¹¹ BOITEUX, Op.cit, p. 91.

¹² BOITEUX, Op.cit. p. 95.

¹³ BARROS, Op.cit. p. 174.

¹⁴ MINISTÉRIO DA MARINHA. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 2ª Seção da 10ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos negócios da Marinha, Joaquim José Inácio*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1860, p.11.

¹⁵ Idem, p.12.

¹⁶ Idem, p.5.

¹⁷ Interessante notar que em 1863 a denominação de Estação Naval foi alterada para Distrito Naval, com as tarefas propostas por Joaquim Inácio.

¹⁸ Relatório do Ministro da Marinha, p. 12.

¹⁹ Para maiores informações e esclarecimentos sobre esses artigos sugere-se ler Cartas do Solitário de Tavares Bastos. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938.

²⁰ Para maiores detalhes consultar DORATIOTTO, Francisco. *Maldita Guerra*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

²¹ PALHA, Américo. *Soldados e marinheiros do Brasil*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1962, p.302.

²² BARROS, Op.cit. p. 161.

²³ SENNA, Ernesto. *Rascunhos e perfis*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1909, p. 364.

²⁴ BOITEUX, Op.cit. p. 104.

²⁵ MAIA, Op.cit. p. 312.

²⁶ BOITEUX, Op.cit. p. 113.

²⁷ ESQUADRA ENCOURAÇADA. Artigo especial enviado pelo correspondente de guerra “leva arriba”. *Semana Ilustrada*. Palmas, 2 de outubro de 1868.

Rondon, o marechal da selva

Israel Blajberg^a

Resumo: O presente trabalho versa sobre o legado de cidadania do Marechal Rondon, Soldado de Mimoso, Herói do Brasil. Aborda sua formação militar e positivista, que muito contribuiu para vencer o desafio da floresta, uma epopeia que o colocou no elevado patamar de Herói do Brasil, e indicado ao Prêmio Nobel da Paz. Também é abordada a Epopeia Rondoniana das Revoluções, onde brilhou o seu lado de soldado combatente.

Palavras Chave: Comunicações, Amazônia, Rondon,

SOLDADO DE MIMOSO, HERÓI DO BRASIL (1865–1881)

A História do Brasil incorporou às suas páginas figuras de grandes soldados, do qual apresentamos breve perfil sobre um dos seus mais lídimos representantes, ainda próximo na linha do tempo, misto de soldado e apóstolo, Rondon, ícone da integração nacional, explorador

da Amazônia, incomparável indigenista, soldado exemplar e severo, ciioso da honra militar.

Contemplando sua figura retratada em tradicionais imagens, o porte altivo e a fisionomia serena não deixam dúvidas quanto a sua origem, ele que pelo lado materno herdou o generoso sangue indígena que corria em suas veias, das nações Terena e Bororo. Rondon, no alvo-recer do século passado, demons-

^a Engenheiro e professor. Sócio do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



trou na prática o significado do respeito aos direitos humanos das minorias, algo revolucionário para a época.

Pois é este brasileiro, descendente dos nossos índios, cujo nome ombreia com David Livingstone e Henry Stanley, exploradores das bacias dos rios Congo e Zambeze, no coração da África; Amundsen e Byrd, exploradores do Polo Sul; Percy e Chacot, exploradores das terras Árticas, tendo sido consagrado pelo Conselho Nacional de Geografia (CNG) como o “Civilizador do Sertão”.

Entretanto, este breve relato sobre o Marechal, que viveu quase 93 anos, seria insuficiente para enaltecer os feitos Rondonianos que legaram ao Brasil a história de uma epopeia de desbravamentos, descobertas científicas, e ações humanitárias que lhe valeu o justo reconhecimento mundial “o maior explorador de terras tropicais” pela Sociedade de Geografia de Nova York (EUA),

Vamos assim nos ater ao seu papel não menos relevante na História Militar do Brasil, igualmente valioso, mas talvez menos conhecido,

ele que foi um grande herói em tempos de paz.

Trata-se de um ilustre confrade, cujo nome avulta entre os que assinaram a histórica ata de fundação da então Sociedade Militar Brasileira de História e Geografia.

Com efeito, aos 7 de novembro de 1936, reuniu-se no salão nobre do Clube Militar um grupo formado por oficiais do Exército e da Marinha, idealistas e intelectuais, sob a feliz inspiração do então Capitão de Infantaria Severino Sombra de Albuquerque. A sociedade entraria em funcionamento oficialmente aos 15 de novembro de 1938, já com o nome de Instituto de Geografia e História Militar, reunindo, a exemplo de Rondon, outros grandes nomes que deixaram marcas indeléveis na cultura militar brasileira.

Em 1865, enquanto rugia o alvoroço da Guerra da Tríplice Aliança com a invasão de Mato Grosso, poucos meses depois do ataque paraguaio ao Forte de Coimbra, enfrentado pelo Tenente Antônio João e seu punhado de bravos, um menino predestinado nascia em Mimoso, no mesmo Mato Grosso.



5 de maio, este dia histórico ficou eternizado pelas comemorações anuais do Dia Nacional das Comunicações e do Dia da Arma de Comunicações do EB, em memorável homenagem a seu Patrono

Aos 5 de maio de 1955, data de seu aniversário de 90 anos, muito justamente recebeu o título de Marechal do Exército Brasileiro concedido pelo Congresso Nacional, e no ano seguinte o Território Federal do Guaporé teve seu nome alterado para Território Federal de Rondônia.

Fez jus aos seus antepassados, de quem trouxe na alma o gosto pela natureza, onde vive o povo da floresta, gente brava, caçadores, pescadores, a labutar pelo sustento da família a cada novo dia.

É sobre o soldado de Mimoso, herói do Brasil, que ora iremos brevemente discorrer

FORMAÇÃO MILITAR E POSITIVISTA (1881–1892)

O jovem Cândido Mariano concluiu a escola normal com distinção aos 16 anos, no Liceu Cuiabano.

Foi nomeado professor, mas a carreira das armas o atraiu, e, como voluntário, logo assentou praça no 3º Regimento de Artilharia a Cavalos, de Cuiabá, sendo incluído na 4ª Bateria, então comandada pelo Capitão Hermes da Fonseca, futuro Ministro da Guerra e Presidente da República.

Aos 18 anos foi aprovado e matriculado na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, onde cursou sucessivamente o Preparatório e os cursos de Infantaria, Cavalaria e Artilharia. Teve como colega de turma, na classe de 1888, Euclides da Cunha. Para Rondon, *Os Sertões* era comparável aos *Lusíadas* ou a *Dom Quixote*.

Corria a segunda metade do século XIX, quando a Escola Militar da Praia Vermelha (1855-1904) se constituiu em celeiro de bravos tenentes e capitães da Guerra do Paraguai, e dos artífices da Reforma Militar (1889-1915).

Em seguida tirou o Curso de Estado-Maior de 1ª Classe e cursou Matemática e Ciências Físicas e Naturais na então Escola Superior de Guerra do Brasil, obtendo, em 1890,



aos 25 anos, o título de Engenheiro Militar e o diploma de Bacharel em Matemática e em Ciências Físicas e Naturais, 1º colocado da sua turma.

Ainda cadete da Praia Vermelha teve participação nos movimentos abolicionista e republicano, e, como aluno e fiel seguidor do mestre Benjamin Constant Botelho de Magalhães, um dos mais ardorosos pregadores da Filosofia Positivista no Brasil, foi muito influenciado. Com efeito, até o fim dos seus dias pautou sua existência pela Religião da Humanidade, pregada por Augusto Comte.

Assim, partidário da Abolição e da República, tomou parte na conspiração com Augusto Tasso Fragoso, ao servirem de ligação, a cavalo, do foco revolucionário concentrado em São Cristóvão, e na madrugada do 15 de novembro com o almirante Wandenkolk no Clube Naval. Ao falecer, foram as últimas palavras de Rondon: "Viva a República!"

Já tenente foi nomeado catedrático substituto de Astronomia e Mecânica Racional da Escola Militar,

indicado que foi pelo General Benjamin Constant. Entretanto, não desejou ocupar a cátedra, e abdicando da carreira docente, aceitou um convite para trabalhar como ajudante na Comissão Construtora de Linhas Telegráficas, chefiada pelo então coronel Gomes Carneiro.

A Escola perdeu um instrutor, mas o Brasil ganhou o desbravador dos sertões que passaria à História.

DESAFIO DA FLORESTA: A EPOPEIA RONDONIANA (1892–1918)

Abdicou da perspectiva de uma brilhante carreira no magistério, ao assumir a Chefia do Distrito Telegráfico de Mato Grosso para dedicar-se à árdua tarefa de dirigir a Comissão de Construção da Linha Telegráfica de Mato Grosso a Goiás, mais condizente com as suas convicções positivistas.

Esta primeira missão revelaria um jovem oficial de visão humanista, permitindo que as obras de lançamento de linhas desbravando a selva transcorressem em paz, iniciando numa imensa e desconhecida



região a grande obra do militar, estudioso, sertanista e acima de tudo humano.

Com efeito, Rondon procurou combinar o seu compromisso de militar com a defesa da Pátria e as ideias da Religião da Humanidade, realizado a prática humanista pregada pelos positivistas: buscar a integração dos indígenas com o Brasil em seu processo de desenvolvimento civilizatório.

Em 1906 encontrou as ruínas do Real Forte do Príncipe da Beira, uma das mais importantes relíquias históricas da Amazônia.

Em 1907, major do Corpo de Engenheiros Militares, recebeu a chefia da comissão da linha telegráfica Cuiabá-Santo Antônio do Madeira, a primeira a adentrar a hileia amazônica, justamente denominada "Comissão Rondon", missão que se estenderia até 1915, ao mesmo tempo em que eram lançados os trilhos da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, entre 1907 e 1912, iniciando a ocupação de um espaço até então quase que completamente isolado e desconhecido que era parte

do Mato Grosso, hoje o estado de Rondônia.

Desta época marcante data a criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e a chamada expedição Roosevelt-Rondon, com o ex-presidente norte-americano Theodore Roosevelt.

Em 1913, Rondon, atingido por uma flecha envenenada dos índios Nhambiquaras, detida pela bandeira de couro de sua espingarda, transmitiu a seus soldados a ordem, vinda do fundo da sua alma indígena, jamais vista na História Militar, determinando: "Morrer se necessário for! Matar nunca!"

Honrava seus ancestrais, eis que trazia em suas veias o sangue indígena, sob a égide da frase que entrou para a História, e que certamente só poderia ter partido de um grande pacifista, o Santo Soldado, Apóstolo das Selvas.

Atendendo a pedido do Rei Alberto da Bélgica e da rainha, em visita ao Brasil e interessados em conhecer sua obra, foi chamado ao Rio. Rondon fez ao rei da Bélgica e



Rondon junto com indígenas no trabalho de direção da Comissão de Construção da Linha Telegráfica de Mato Grosso a Goiás

esposa minucioso relato de sua atuação, sendo condecorado com a comenda da Ordem do Rei Leopoldo, a maior da Bélgica.

Revelava-se assim ele que poderia justamente ser considerado o maior herói nacional do século XX, quando ao estender os limites oeste da “Ilha Brasil”, interpreta e afirma na prática a ideologia da identidade mestiça do povo brasileiro, refletindo a ideia da convivência fraterna entre as raças, em uma época em

que o conceito de responsabilidade social ainda não havia sido cunhado, nem a proteção às populações indígenas era valorizada e considerada politicamente correta, fosse no Brasil ou no exterior.

As dimensões gigantescas da obra de Rondon podem ser avaliadas quando se sabe que ainda hoje, com tamanho avanço tecnológico, menos de 10% das aldeias indígenas são atendidas pela telefonia fixa.



RONDON SOLDADO E AS REVOLUÇÕES (1919–1930)

Aos 54 anos Rondon foi elevado ao generalato, sendo em 1919 nomeado pelo Ministro de Estado Pandiá Calógeras para a Diretoria de Engenharia do Exército, passando a executar inúmeras obras e melhoramentos nas instalações militares, inclusive nas Linhas Telegráficas.

A construção dos primeiros novos quartéis nos últimos 70 anos, iniciada pelo Ministro Marechal Hermes, teve grande impulso com Calógeras, ao entregar a direção técnica a Rondon, implantando mais de 100 modernas casernas e obras militares pelo Brasil afora, além da aquisição de 25 imóveis.

Em 1922 atuou como Inspetor das Obras Contra as Secas no Nordeste, relatando como uma das causas das secas a desertificação promovida pelo homem através do desmatamento. Sobre o Rio São Francisco, já naquela época alertava sabiamente não poder o rio servir a três senhores a um só tempo: irriga-

ção, geração de energia e navegação, se não fosse reflorestada a região por ele atravessada.

Entre as obras realizadas pelo Brasil sob a direção técnica de Rondon, contam-se os prédios do atual 1º Batalhão de Polícia do Exército, construído para ali funcionar a Escola de Comando e Estado-Maior, o quartel da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, da Escola de Sargentos das Armas, da antiga Escola de Veterinária e um sem número de quartéis tipo Calógeras, como os de Pousos Alegre e o 4º Batalhão de Engenharia de Combate, de Itajubá.

É digno de menção, por abrigar hoje o atual Museu Militar Conde de Linhares, com seu rico acervo histórico, o quartel da Quinta da Boa Vista que sediou o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), um ícone da comunidade de Oficiais R/2, prédio neoclássico construído em 1920 no Governo Epitácio Pessoa pelo General Rondon, onde tantos cursaram, e de onde muitos, em um dia já distante do ano de 1944, partiram rumo ao desconhecido, para, sob a bandeira brasileira, defender a democracia e



a liberdade mundial nas alturas geladas da Itália.

Quem passa ao longo do Corpo da Guarda em direção ao pátio interno, por uma espécie de túnel atravessando o prédio, ladeado por duas clássicas escadarias de madeira em caracol, depara ainda hoje com a elegante placa onde letras cuidadosamente esculpidas recordam que a construção do quartel do CPOR foi “iniciada em agosto de 1920, terminada em outubro de 1921, sendo Presidente da República o Dr. Epitácio Pessoa, Ministro da Guerra o Dr. Pandiá Calógeras, Director de Engenharia o Gen Cândido Rondon, Encarregado das Obras o Major Volmer Silveira, e Auxiliar da Construção o 1º Ten Durval Britto”.

Em 1921 Rondon serviu na Missão Militar Francesa (MMF) como estagiário, devotado e admirado. Perguntado ao General Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa e herói da 1ª Guerra Mundial, em caso de guerra qual general seu ex-aluno indicaria para comandar o Exército – respondeu, o general Rondon. Foi aluno brilhante da

Missão, tendo como instrutor o próprio General Gamelin. Rondon foi um dos comandantes de uma das peças de manobra das célebres Manobras de Saicã, em 1922, e Pirassungua, em 1926. Foi quando surgiu grande amizade e admiração recíprocas, a ponto de Rondon visitar Gamelin em sua casa e ver o seu retrato de consagrado sertanista na sala do mestre.

Possivelmente tenha partido do Chefe da MMF a indicação de Rondon ao Ministro da Guerra General Setembrino, para pacificar o Paraná e Santa Catarina em 1924. Rondon teve brilhante desempenho ao evitar mal maior como comandante-em-chefe das forças em operações com QG em Ponta Grossa, combatendo revoltosos de São Paulo sob a liderança do General Isidoro Dias Lopes. Essa campanha culminou no combate de Catanduvás, vencido pelas forças legais, impondo a dispersão da coluna rebelde e seu internamento na Argentina.

Em 1922 foi inclusive convidado pelo positivista Dr. Borges de Medeiros para comandar a Revolu-



ção de 22, o que recusou sob o argumento: "Somos positivistas". Foi para ele a missão mais difícil e um drama de consciência ter de combater irmãos, durante quase nove meses, mas tinha para si que a missão era pacificadora, em prol do bem comum e a serviço da Pátria e da família, em consequência do que tinha obrigação de defender o Governo constituído. Foram seus oficiais de estado-maior Eurico Gaspar Dutra, Pedro Aurélio Góes Monteiro e o pai do Gen Ex Antonio Jorge Correia.

Atuou procurando reduzir ao mínimo as consequências da luta fratricida, empregando regimentos policiais da Bahia e Rio Grande do Sul, evitando, assim, lançar integrantes do Exército uns contra os outros. Forçou os revoltosos a se internarem no Paraguai, de onde passaram para Mato Grosso ao comando do General Miguel Costa, dando origem à Coluna Miguel Costa-Prestes. Elogiou o Capitão Juarez Távora que recusou o reforço de tropas paraguaias para lutar contra o governo brasileiro.

A batalha maior foi em Catanduvas. Ali os revolucionários, ao comando do Capitão Nelson de Mello, foram cercados e aprisionados. O General Rondon cuidou de enviar Nelson de Mello e seus comandados por caminhos discretos, de modo que não fossem desacatados ou humilhados.

Vinte anos depois, aquele jovem capitão seria o comandante do 6º Regimento de Infantaria, que presidiria a rendição em Forno do General Otto Freter Pico, comandante da 148ª Divisão de Infantaria alemã, com 16 mil homens, 500 peças de artilharia e 4 mil cavalos, episódio que cobriria de glória a FEB.

Fala do seu competente desempenho como soldado, no combate à Revolução de 1924, o seguinte aviso do Ministro da Guerra, o General Setembrino de Carvalho, no Boletim de 17 de agosto de 1924, do Departamento da Guerra:

O General Cândido Mariano Rondon, como Comandante em Chefe das Tropas de Operações contra os rebeldes no Paraná e em Santa Catarina, impôs-se a



nossa franca admiração, pela capacidade de que deu provas do cabal desempenho das funções a que foi chamado a exercer, tendo realizado com inquebrantável energia cívica uma grande obra em benefício da civilização.

Temos por isso de louvar, em nome do Presidente da República, esse general que acaba de enriquecer a sua fé de ofício com uma página brilhante de inteligência, cultura, iniciativa, ponderação, magnanimidade e tenacidade que o tornam incomparável Chefe Militar.

De 1927 a 1930 teve como missão realizar a inspeção minuciosa das fronteiras brasileiras, desde o Norte, até Santa Catarina, num total de 15 mil quilômetros. Nesta empreitada Rondon acabou legando ao Estado-Maior do Exército um acervo de filmes, fotografias, cartas, esboços e análises econômicas e sociais das regiões fronteiriças.

Foi esta a sua última missão no serviço ativo, pois a Revolução vitoriosa de 1930, como figura expressiva que fora da República Ve-

lha, causou-lhe sérios aborrecimentos, levando-o a pedir transferência para a Reserva.

A Revolução de 30 foi encontrá-lo no olho do furacão, o Rio Grande do Sul. Com a deposição de Washington Luiz e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, foi preso em Marcelino Ramos pelo General Miguel Costa que comandara a Coluna Miguel Costa.

Viajou escoltado de Marcelino Ramos a Porto Alegre por juristas enviados por Getúlio Vargas. Pediu para ser preso em navio como o comandante deposto da 3ª Região Militar, mas foi-lhe recusado, sendo acomodado no Grande Hotel, tendo Porto Alegre por menagem.

Ali se hospedavam Oswaldo Aranha e esposa, que o procuraram e tudo fizeram para que aderisse à Revolução, o que ele se recusou com a mesma argumentação positivista usada em 1922.

Aos 65 anos, formula pedido irrevogável a Getúlio Vargas de reforma do Exército, ao que responde este com elogios aos seus serviços. Mas aceitou, dado seu pedido. Getúlio lhe falou que estava “em dia



com o Serviço Militar no Exército, mas não com o serviço da nação que muito precisa e muito espera dele!”

RONDON – HERÓI NACIONAL (1930–1958)

Reformado como general-de-divisão, posto máximo no Exército de então, em 6 de novembro de 1930, Rondon era, a essa altura, um herói monumental da humanidade e do Brasil e, como tal, foi cercado de todas as considerações pela Revolução de 30.

Mais tarde ele se tornaria um grande colaborador de Getúlio Vargas.

O Grande General soube bem conciliar a sua filosofia positivista com a valorosa profissão de soldado do Brasil, do que deu cabal demonstração em tantos acontecimentos

ora brevemente descritos, impondo-se ainda ao mundo como positivista, adepto da Religião da Humanidade, por sua obra ciclópica sem igual de explorador sem mácula da selva tropical em favor do índio.



Cândido Rondon, fotografado no posto de general durante a década de 1920

Mesmo já reformado, outras missões o aguardavam. Nomeado Inspetor de Fronteiras, elaborou diversos preciosos relatórios, sendo ainda Chefe da Comissão Telegráfica de 1931 a 1934, por insistência do Presidente da República Getúlio Vargas.

De 1934 a 1938 presidiu missão diplomática mediando e arbitrando o conflito Peru-Colômbia

pela posse do porto de Letícia, nomeado que foi por Getúlio representante brasileiro na Comissão Mista de Delegados do Brasil, Peru e Colômbia.

O litígio fronteiriço foi sanado, sendo estabelecido um tratado de



paz, mas Rondon cumpriu a missão com grande sacrifício, pois estava idoso e doente, vitimado pelo glaucoma.

Nos próximos 15 anos iria ocupar a função de Presidente do Conselho Nacional de Proteção ao Índios, de 1939 a 1955, pouco antes de deixar este mundo.

NOBEL DA PAZ: DE EINSTEIN A JUSCELINO KUBITSCHK (1925–1956)

É interessante lembrar as duas vezes em que o Marechal foi muito justamente indicado para o Prêmio Nobel da Paz.

Um evento vagamente mencionado na literatura internacional foi a estadia de Einstein na cidade maravilhosa em 1925, a convite da Academia Brasileira de Ciências, da Escola Polytechnica e do Clube de Engenharia, quando esteve com o Presidente Arthur Bernardes, realizando conferências no Museu Nacional.

Em 1919 sua teoria da relatividade geral havia sido comprovada

num eclipse observado em Sobral. Na despedida demonstrava admiração: “Grande apresentação cinematográfica da vida dos índios e seu desenvolvimento exemplar através do general Rondon, um filantropo e líder de primeira ordem”, escrevia ele. Ao deixar a cidade, o físico alemão enviou do navio um telegrama ao Comitê Nobel, sugerindo o nome de Cândido Rondon para o prêmio Nobel da Paz. Embora não tivesse encontrado Rondon pessoalmente, Einstein, ele mesmo Nobel de Física de 1921, ficou muito impressionado com o que ouviu sobre suas atividades “na integração das tribos indígenas ao homem civilizado, sem o uso de armas nem de qualquer tipo de coerção”.

A honraria, inexplicavelmente jamais concretizada, também foi proposta por Juscelino Kubitschek, como noticiava o jornal *O Globo* em primeiro de novembro de 1956:

“[...] ‘Esta é a maior emoção da minha vida, presidente! É também a maior surpresa!’ exclamou o Marechal, quando o Dr Juscelino Kubitschek entrou em sua residência, na Avenida



Nossa Senhora de Copacabana 1394, para assegurar o apoio do governo à indicação do seu nome para o Nobel.

O Presidente abraçou o velho soldado, então com 91 anos e meio e comentou: ‘Todas as honras são poucas para homenageá-lo, marechal. Quanto mais visito o interior do Brasil, mais me é dado apreciar seu trabalho admirável. O senhor merece muito mais, marechal.’”

Em 1957 foi indicado para o prêmio Nobel da Paz, pelo Explorer's Club, de New York. Rondon, por sua obra em prol da Paz, ideal que esteve sempre presente e perseguido em suas atuações, foi proposto em 1957 por 15 nações para o Prêmio Nobel da Paz.

UM LEGADO DE CIDADANIA

O Marechal Rondon foi agraciado pelo Exército com a Medalha Militar de Ouro passador de platina, por mais de 40 anos de bons serviços, e com a Grã-Cruz da Ordem do Mérito Militar, além de outras condecorações nacionais e estrangeiras,

como a Medalha de Ouro Mérito da Sociedade Geográfica Brasileira, Medalha da Colônia de Mato Grosso no Rio de Janeiro, Grã Cruz da Legião de Honra da França, Ordem do Mérito da República da Itália, Ordem Isabel a Redentora de Portugal, Grande Oficial da Ordem do Sol do Peru, Ordem Boyacá da Colômbia, Ordem La Couronne da Bélgica e medalhas Crevaux da Sociedade Geográfica de Paris e de bronze do Clube de Exploradores dos EUA.

Rondon é um nome que os brasileiros pronunciam com muito orgulho, uma figura que dignifica a nacionalidade, um ícone a servir de paradigma nos tempos que correm. O Brasil soube reconhecer a sua obra. De Norte a Sul é comum encontrar ruas e escolas com o nome do marechal. Estradas, aeroportos, Universidades, turmas de formação civis e militares, parques, hospitais, enfim, contam-se aos milhares as homenagens prestadas.

A consagração universitária do grande soldado veio em 1968, com a criação do Projeto Rondon, por Decreto Presidencial, objetivando



conduzir a juventude a participar do processo de integração nacional.

Nada mais justo que este soldado exemplar se tornasse o Patrono das Comunicações – a Arma do Comando, justamente consagrado por Decreto de 1962.

A cada formatura, quando desfila uma Unidade da Arma de Comunicações do Exército Brasileiro, ao bradar o seu nome honrado, os ensinamentos e a mensagem que ele nos deixou revivem mais uma vez. Nestes momentos, o eco das marchas militares leva para o alto uma recordação a uma figura serena, de porte altivo, que se rejubila pelos Soldados das Comunicações, ele que foi o pioneiro legendário e seu maior expoente, sob cuja inspiração atuam.

Ao recordar, ainda que *em passant*, a sua obra extraordinária, pode-se avaliar e entender o valor do exemplo que legou as futuras gerações. O ânimo com que se lançou na tarefa de interligar os mais distantes rincões da pátria pelas linhas telegráficas certamente foi precioso incentivo para todos aqueles que dedicaram a sua vida profissional a

perseverar no cumprimento da missão a que se dedicou.

Rondon, teve a estatura de um Mahatma Gandhi, e melhores desígnios que o nosso Grande Patriarca e Mestre Moisés, porque teve a graça de adentrar a Terra Prometida, vivendo a notável epopeia de interligar o Brasil. No Mundo Simbólico, sem Internet e Celulares, o genial Carlos Drummond de Andrade assim o retrata no *Pranto Geral dos Índios*:

*“Eras dos nossos voltando à
origem
e trazias na mão o fio que fala
e o foste estendendo até o maior
segredo da mata
A piranha a cobra a queixada a
maleita
não te travavam o passomilitar
e suave”*

Se hoje temos um país onde a distância perdeu o significado, graças à Internet, aos satélites, aos cabos ópticos e aos celulares, é por que soubemos continuar e completar a obra gigantesca que Rondon iniciou, quando a simples comunicação telegráfica tanto representou para o Brasil do começo do século.



Rondon soube bem conciliar a sua filosofia positivista – a Religião da Humanidade, ao impor-se ao mundo por sua obra em favor do índio, com a sua profissão de soldado.

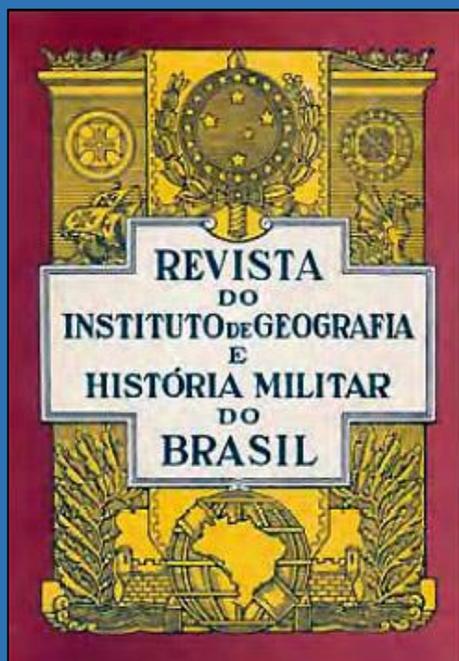
Seus últimos alentos foram para invocar pensamentos de Augusto Comte, encerrando uma longa vida dedicada as duras lides da carreira das armas, que tão bem soube desempenhar e honrar.

Rondon faleceu em 1958, no Rio de Janeiro, sendo seu corpo velado no Clube Militar, com honras de chefe de estado. O trajeto do féretro incluiu a Igreja Positivista da Rua Benjamin Constant na Glória, onde lhe foi prestada a última homenagem.

Ao longo dos 92 anos de uma vida rica e colorida, o grande soldado cumpriu galhardamente a sua missão, mas o valor simbólico da ação amazônica rondoniana se reforça a cada dia, de vez que a história moderna apenas confirma o acerto das ideias daquele soldado visionário e com o coração cheio de esperança, o precursor da marcha para oeste iniciada pelas Forças Ar-

madas brasileiras na segunda metade do Século XX, seja em terra, nos rios ou no ar.

**REVISTA DO
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
E HISTÓRIA MILITAR
DO BRASIL**



ANO: 72 N° 100 2013

ANO: 73 N° 101 2014

ISBN: 0020-3890